



Rumo S.A.

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais	9
Demonstrações do resultado	11
Demonstrações do resultado abrangente	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstrações dos fluxos de caixa	15
Demonstrações do valor adicionado	17
Notas explicativas às demonstrações financeiras	18

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Rumo S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **Rumo S.A. (“Companhia”)**, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação da recuperabilidade dos ativos da controlada Rumo Malha Sul S.A.

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 4.11 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a operação da Rumo Malha Sul S.A. ('controlada') foi significativamente afetada por condições climáticas severas. A unidade geradora de caixa da controlada possui saldo de R\$ 633.943 mil em 31 de dezembro de 2024, após dedução de R\$ 2.967.202 mil, calculada como valor irrecuperável por meio do valor em uso, pela aplicação do método de fluxo de caixa descontado para projeção estendida até a data de vencimento da concessão, que é fevereiro de 2027.

Julgamento significativo é exercido pela Administração para estimar volume de venda, preço e custos estimados, atendendo aos requerimentos contantes no contrato de concessão.

Devido aos aspectos mencionados e a magnitude dos valores envolvidos, consideramos este assunto como significativo em nossa auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, os relacionados abaixo.

- Reunião com a Administração para entendimento e validação de conceitos com base no CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos;
- Reunião com representantes da área de projetos objetivando entender orçamento e as premissas significativas utilizadas;
- Inclusão de especialistas de finanças corporativas para validação da taxa de desconto;
- Recálculo matemático do modelo e revisão das premissas relevantes;
- Revisão das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos aceitáveis as premissas utilizadas no teste de valor recuperável da unidade geradora de caixa e as divulgações apropriadas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Provisão para demandas judiciais

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 5.15 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, o Grupo possui provisão para contingência registrada em 31 de dezembro de 2024 pelo montante de R\$ 1.098.418 mil nas demonstrações financeiras consolidadas.

O montante de perdas possíveis, julgadas pela Administração e seus assessores jurídicos como menos provável de que uma conclusão desfavorável para o Grupo aconteça, divulgado na referida nota explicativa, é de R\$ 8.963.319 mil, em 31 de dezembro de 2024, apurado para as informações financeiras consolidadas.

Devido a magnitude dos valores envolvidos nas contingências, ao alto número de processos envolvidos e a complexidade dos julgamentos realizados pela Administração da Companhia no processo de mensuração das contingências, consideramos este assunto como significativo em nossa auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros o abaixo.

- Reuniões com o setor jurídico do Grupo;
- Entendimento dos processos internos para identificação de situações em que o Grupo seja parte citada em esferas administrativas ou judiciais, objetivando garantir que a informação utilizada pela Companhia está completa;
- Entendimento dos controles internos relacionados com o gerenciamento dos processos;
- Envolvimento de especialistas tributários na avaliação de discussões tributárias;
- Leitura de opiniões legais emitidas por assessores jurídicos externos, contratados pela Administração;
- Mensuração de provisão para contingência com base no recebimento de respostas dos assessores jurídicos externos contendo o estágio atual e o prognóstico de perda de cada processo;
- Análise de razoabilidade de premissas utilizadas, por amostragem, na mensuração de processos com expectativa de perda possível ou remota;
- Análise das principais inclusões e reversões, de processos na composição dos saldos de provisão para contingências, verificando a razoabilidade de premissas utilizadas;
- Análise de pagamento de contingências e entendimento sobre a expectativa anteriormente definida para a conclusão do processo em períodos anteriores;
- Recálculo de atualização monetária;
- Revisão das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos aceitáveis as premissas utilizadas pela Administração para mensuração das provisões para contingências e divulgações no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

As Demonstrações individuais e consolidadas do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC/NBCTG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da entidade ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2025.



BDORCS Auditores Independentes SS Ltda.

CRC 2 SP 013846/O-1

Ricardo Vieira Rocha

Contador CRC 1 BA 026357/O-2 - S - SP

Balancos patrimoniais
(Em milhares de Reais – R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	5.2	2.403.629	3.114.042	7.461.618	7.233.993
Títulos e valores mobiliários	5.3	95.912	228.496	812.795	1.396.107
Contas a receber de clientes	5.4	32.412	41.958	568.577	538.457
Instrumentos financeiros derivativos	5.8	-	-	706.550	26.252
Estoques	5.10	1.556	1.502	282.580	215.605
Recebíveis de partes relacionadas	4.1	76.002	120.761	102.665	58.597
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		-	13.330	117.416	156.640
Outros tributos a recuperar	5.9	132.856	30.254	548.807	356.698
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber		567.867	260.653	17	-
Outros ativos		80.297	35.651	210.742	269.481
Ativos mantidos para venda	4.9	60.792	-	60.792	-
Ativo circulante		3.451.323	3.846.647	10.872.559	10.251.830
Contas a receber de clientes	5.4	-	-	14.772	17.840
Caixa restrito	5.3	84	78	117.885	109.671
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		193.719	147.449	216.614	342.117
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.14	-	-	1.709.521	1.869.877
Recebíveis de partes relacionadas	4.1	51.941	3.326	21.452	36.929
Outros tributos a recuperar	5.9	-	-	977.285	838.072
Depósitos judiciais	5.15	66.926	65.234	301.726	271.666
Instrumentos financeiros derivativos	5.8	650.868	912.643	941.427	1.535.241
Outros ativos		16.887	10.647	76.661	60.043
Investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas	5.11	19.768.695	20.649.761	321.985	360.867
Imobilizado	5.12.1	2.314.044	506.390	20.435.467	19.176.386
Intangíveis	5.12.2	194.209	235.697	6.545.890	6.664.143
Direito de uso	5.12.3	31.522	40.987	8.039.779	7.703.754
Ativo não circulante		23.288.895	22.572.212	39.720.464	38.986.606
Total do ativo		26.740.218	26.418.859	50.593.023	49.238.436

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Balancos patrimoniais
(Em milhares de Reais – R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Passivos					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.5	46.912	110.723	1.241.113	1.356.905
Passivos de arrendamento	5.6	11.368	11.812	658.203	509.421
Instrumentos financeiros derivativos	5.8	515.583	327.250	1.362.291	821.700
Fornecedores	5.7	489.845	119.653	1.777.918	887.745
Ordenados e salários a pagar		19.092	12.574	376.475	318.550
Imposto de renda e contribuição social correntes		7.461	4.285	49.477	23.446
Outros tributos a pagar	5.13	27.648	24.390	84.132	77.989
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		5.440	176.258	11.314	180.337
Arrendamentos e concessões em litígio e parcelados	5.16	-	-	166.273	250.971
Pagáveis a partes relacionadas	4.1	38.807	146.099	366.186	269.997
Receitas diferidas		-	-	2.540	2.564
Outros passivos financeiros	5.1	25.970	8.584	338.759	342.276
Outras contas a pagar		79.460	194.291	234.121	435.636
Passivo circulante		1.267.586	1.135.919	6.668.802	5.477.537
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.5	6.730.332	6.917.100	17.882.105	17.607.936
Passivos de arrendamento	5.6	25.933	33.307	3.373.987	2.897.422
Fornecedores	5.7	-	-	-	197.186
Instrumentos financeiros derivativos	5.8	53.639	-	555.913	650.095
Outros tributos a pagar	5.13	-	-	13	21
Provisão para demandas judiciais	5.15	148.541	105.029	1.098.418	767.468
Arrendamentos e concessões em litígio e parcelados	5.16	-	-	3.554.917	3.314.402
Provisão para passivo a descoberto	5.11	3.507.571	2.373.532	-	-
Pagáveis a partes relacionadas	4.1	4.733	4.733	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.14	265.014	168.975	2.477.267	2.393.393
Receitas diferidas		-	-	16.589	19.129
Outras contas a pagar		5.625	8.912	29.857	42.792
Passivo não circulante		10.741.388	9.611.588	28.989.066	27.889.844
Total do passivo		12.008.974	10.747.507	35.657.868	33.367.381
Patrimônio líquido					
Capital social	5.17	12.560.952	12.560.952	12.560.952	12.560.952
Ações em tesouraria		(92.220)	(118.577)	(92.220)	(118.577)
Reservas		2.224.225	3.191.989	2.224.225	3.191.989
Ajustes de avaliação patrimonial		38.287	36.988	38.287	36.988
		14.731.244	15.671.352	14.731.244	15.671.352
Patrimônio líquido atribuível aos:					
Acionistas controladores		14.731.244	15.671.352	14.731.244	15.671.352
Acionistas não controladores	5.11	-	-	203.911	199.703
Total do patrimônio líquido		14.731.244	15.671.352	14.935.155	15.871.055
Total do passivo e patrimônio líquido		26.740.218	26.418.859	50.593.023	49.238.436

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados do exercício
(Em milhares de Reais – R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida	6.1	1.064.286	1.013.446	13.936.389	10.937.716
Custos dos serviços prestados	6.2	(828.698)	(812.124)	(7.533.536)	(6.838.432)
Lucro bruto		235.588	201.322	6.402.853	4.099.284
Despesas comerciais	6.2	384	(837)	(49.006)	(40.657)
Despesas gerais e administrativas	6.2	(46.425)	(42.393)	(661.678)	(559.973)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	6.3	139.670	3.735	(146.741)	(100.780)
Provisão para baixas e perdas por redução ao valor recuperável	4.11	-	-	(3.149.244)	-
Despesas operacionais		93.629	(39.495)	(4.006.669)	(701.410)
Resultado antes da equivalência patrimonial e do resultado financeiro líquido e do imposto de renda e contribuição social		329.217	161.827	2.396.184	3.397.874
Equivalência patrimonial	5.11	(755.170)	1.017.684	32.903	76.600
Resultado de equivalência patrimonial		(755.170)	1.017.684	32.903	76.600
Resultado antes do resultado financeiro líquido e do imposto de renda e contribuição social		(425.953)	1.179.511	2.429.087	3.474.474
Despesas financeiras		(858.727)	(916.406)	(3.242.246)	(3.621.093)
Receitas financeiras		411.412	341.237	1.102.136	1.190.685
Variação cambial, líquida		(16.475)	2.972	(1.455.848)	368.259
Derivativos e valor justo		26.534	161.920	1.018.114	(493.233)
Resultado financeiro líquido	6.4	(437.256)	(410.277)	(2.577.844)	(2.555.382)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(863.209)	769.234	(148.757)	919.092
Imposto de renda e contribuição social	5.14				
Corrente		-	6.160	(556.221)	(173.669)
Diferido		(96.038)	(55.728)	(244.264)	(23.506)
		(96.038)	(49.568)	(800.485)	(197.175)
Resultado do exercício		(959.247)	719.666	(949.242)	721.917
Resultado atribuído aos:					
Acionistas controladores		(959.247)	719.666	(959.247)	719.666
Acionistas não controladores		-	-	10.005	2.251
Resultado por ação:	6.6				
Básico				(R\$0,51850)	R\$0,38853
Diluído				(R\$0,51850)	R\$0,38753

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstrações de outros resultados abrangentes
(Em milhares de Reais – R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Resultado do exercício	(959.247)	719.666	(949.242)	721.917
Itens que não serão subsequentemente reclassificados para o resultado				
Ganhos atuariais com plano de pensão	1.394	216	1.394	216
Tributos sobre (ganhos) atuariais	-	(9)	(1)	(9)
	1.394	207	1.393	207
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado				
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	(94)	804	(94)	804
	(94)	804	(94)	804
Outros resultados abrangentes, líquidos de imposto de renda e contribuição social	1.300	1.011	1.299	1.011
Resultado abrangente total	(957.947)	720.677	(947.943)	722.928
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores	(957.947)	720.677	(957.947)	720.677
Acionistas não controladores	-	-	10.004	2.251

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

(Em milhares de Reais)

	Atribuível aos acionistas da Companhia						Total	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de capital	Reserva de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Resultados acumulados			
Saldo em 01 de janeiro de 2024	12.560.952	(118.577)	214.409	2.977.580	36.988	-	15.671.352	199.703	15.871.055
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	(959.247)	(959.247)	10.005	(949.242)
Outros resultados abrangentes:									
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	-	-	-	-	(94)	-	(94)	-	(94)
Ganhos atuariais com plano de pensão	-	-	-	-	1.393	-	1.393	-	1.393
Total de outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	-	-	-	-	1.299	(959.247)	(957.948)	10.005	(947.943)
Contribuição e distribuições para os acionistas									
Transações com pagamento baseado em ações	-	-	34.717	-	-	-	34.717	783	35.500
Exercício de opção de ações	-	26.357	(43.096)	-	-	-	(16.739)	-	(16.739)
Efeito da distribuição de dividendos para não controladores	-	-	(138)	-	-	-	(138)	138	-
Transferência para lucros acumulados	-	-	-	(959.247)	-	959.247	-	-	-
Redução do capital social	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ações próprias adquiridas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(6.718)	(6.718)
Total das transações com e para acionistas	-	26.357	(8.517)	(959.247)	-	959.247	17.840	(5.797)	12.043
Saldo em 31 de dezembro de 2024	12.560.952	(92.220)	205.892	2.018.333	38.287	-	14.731.244	203.911	14.935.155

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
(Em milhares de Reais)

	Atribuível aos acionistas da Companhia					Resultados acumulados	Total	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de capital	Reserva de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial				
Saldo em 01 de janeiro de 2023	12.547.842	(30.186)	208.702	2.428.834	35.977	-	15.191.169	219.281	15.410.450
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	719.666	719.666	2.251	721.917
Outros resultados abrangentes:									
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	-	-	-	-	804	-	804	-	804
Ganhos atuariais com plano de pensão	-	-	-	-	207	-	207	-	207
Total de outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	-	-	-	-	1.011	719.666	720.677	2.251	722.928
Contribuição e distribuições para os acionistas									
Transações com pagamento baseado em ações	-	-	37.827	-	-	-	37.827	770	38.597
Exercício de opção de ações	-	14.892	(26.128)	-	-	-	(11.236)	-	(11.236)
Constituição de reservas de lucro	-	-	-	512.763	-	(512.763)	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	-	35.983	-	(35.983)	-	-	-
Redução de capital social	-	-	-	-	-	-	-	(12.250)	(12.250)
Ações próprias adquiridas	-	(103.283)	-	-	-	-	(103.283)	-	(103.283)
Dividendos	-	-	-	-	-	(170.920)	(170.920)	(3.231)	(174.151)
Total das transações com e para acionistas	-	(88.391)	11.699	548.746	-	(719.666)	(247.612)	(14.711)	(262.323)
Transações com os acionistas									
Adição de minoritário em função de incorporação de investimento cindido de controlada	13.110	-	-	-	-	-	13.110	(13.110)	-
Reorganização societária	-	-	(5.992)	-	-	-	(5.992)	5.992	-
Total das transações com os acionistas	13.110	-	(5.992)	-	-	-	7.118	(7.118)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	12.560.952	(118.577)	214.409	2.977.580	36.988	-	15.671.352	199.703	15.871.055

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa

(Em milhares de Reais – R\$)

Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(863.209)	769.234	(148.757)	919.092
Ajustes para:				
Depreciação e amortização	6.2	99.925	107.164	2.303.380
Provisão para baixas e perdas por redução ao valor recuperável	4.11	-	-	3.149.244
Equivalência patrimonial em controladas e associadas	5.11	755.170	(1.017.684)	(32.903)
Provisão para participações nos resultados e bônus		10.132	8.067	234.960
Resultado nas alienações de ativo imobilizado e intangível	6.3	150	(6.051)	(2.773)
Provisão de demandas judiciais	6.3	20.347	17.993	224.437
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		(527)	837	1.518
Transações com pagamento baseado em ações		15.334	24.004	18.761
Resultado na venda de investimento	6.3	-	-	-
Créditos fiscais extemporâneos	6.3	-	(26)	(6.030)
Provisão de <i>take or pay</i>		(105.749)	21.529	(188.059)
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos		757.823	640.649	3.315.712
Outros		112	(13.871)	2.213
		689.508	551.845	8.871.703
				6.761.212
Variação em:				
Contas a receber de clientes		(2.358)	8.834	36.847
Partes relacionadas, líquidas		(31.929)	52.708	102.155
Outros tributos, líquidos		(130.746)	12.637	(656.062)
Estoques		(418)	104	(15.789)
Ordenados e salários a pagar		(4.845)	621	(187.812)
Fornecedores		16.540	24.648	112.062
Arrendamentos e concessões em litígio e parcelados a pagar		-	-	(246.821)
Provisão para demandas judiciais		(13.860)	(26.106)	(242.229)
Outros passivos financeiros		1.693	5.265	(25.982)
Outros ativos e passivos, líquidos		(54.275)	43.579	(83.345)
		(220.198)	122.290	(1.206.976)
				(1.310.216)
Caixa líquido gerado nas atividades de operacionais		469.310	674.135	7.664.727
				5.450.996
Fluxo de caixa de atividades de investimento				
Aumento (redução) de capital em controlada e coligadas	5.11	(110.003)	(3.590.515)	(29.998)
Caixa e equivalente de caixa recebido por incorporação	5.11	-	2.650.000	-
Títulos e valores mobiliários		145.682	(61.692)	761.568
Caixa restrito		(7)	1	(2.133)
Dividendos recebidos de controladas e associadas		956.121	34.766	39.464
Adições ao imobilizado e intangível		(1.479.260)	(279.853)	(5.492.724)
Recebimento de juros de mútuos concedidos		-	1.072.020	-
Caixa líquido na alienação de investimentos		-	-	(5)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(487.467)	(175.273)	(4.723.828)
				(3.905.723)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento				
Captações de empréstimos, financiamentos e debêntures	5.5	307.066	1.459.791	3.019.702
Amortização de principal de empréstimos, financiamentos e debêntures	5.5	(64.227)	(73.201)	(2.671.274)
Pagamento de juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	5.5	(376.250)	(271.370)	(1.243.258)
Amortização de principal de arrendamento mercantil	5.6	(6.018)	(5.239)	(573.320)
Pagamento de juros de arrendamento mercantil	5.6	(6.351)	(7.435)	(201.401)
Redução de capital, líquido de custos de emissão de ações		-	-	-
Compra de ações em tesouraria		-	(103.283)	-
Pagamento instrumentos financeiros derivativos		(375.659)	(431.187)	(915.538)
Recebimento instrumentos financeiros derivativos		-	-	44.453
Dividendos pagos		(170.817)	(122.231)	(174.244)
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de financiamento		(692.256)	445.845	(2.714.880)
				(1.696.474)
Impacto da variação cambial nos saldos de caixa e equivalente de caixa		-	-	1.606
				(227)
(Decréscimo) Acréscimo líquido em caixa e equivalentes de caixa		(710.413)	944.707	227.625
				(151.428)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		<u>3.114.042</u>	<u>2.169.335</u>	<u>7.233.993</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		<u>2.403.629</u>	<u>3.114.042</u>	<u>7.461.618</u>
				<u>7.233.993</u>
Informação suplementar:				
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	46.440
				9.676

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa (Em milhares de Reais – R\$)

- **Transações que não envolveram caixa (Consolidado)**

A Companhia apresenta suas demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia realizou as seguintes transações que não envolveram caixa e, portanto, não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa da controladora e consolidado:

- (i) Registro de direitos de uso em contrapartida ao passivo de arrendamento no montante de R\$ 951.056 (R\$ 368.221 em 31 de dezembro de 2023), relativo a reajustes contratuais e a novos contratos enquadrados na norma de arrendamento mercantil (Nota 5.12.3).
- (ii) Ativos imobilizados e intangíveis adquiridos com pagamento a prazo que montam R\$ 1.092.136 (R\$ 612.305 em 31 de dezembro de 2023).

- **Apresentação de juros e dividendos**

A Companhia classifica os dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos como fluxo de caixa das atividades de investimento, com o objetivo de evitar distorções nos seus fluxos de caixa operacionais em função do caixa proveniente destas operações.

Os juros pagos são classificados como fluxo de caixa nas atividades de financiamento, pois são considerados os custos de obtenção de recursos financeiros para aplicação em ativos imobilizados e intangíveis.

Demonstrações do valor adicionado
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas				
Vendas de produtos e serviços líquidas de devoluções	1.119.349	1.077.661	14.415.332	11.554.448
Outras receitas operacionais, líquidas	180.585	26.638	221.868	112.370
Ganho (perda) por redução ao valor recuperável de contas a receber	527	(837)	25.279	25.767
	1.300.461	1.103.462	14.662.479	11.692.585
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos serviços prestados	(724.814)	(429.502)	(3.754.729)	(3.241.915)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	6.947	(145.521)	(909.284)	(786.518)
	(717.867)	(575.023)	(4.664.013)	(4.028.433)
Valor adicionado bruto	582.594	528.439	9.998.466	7.664.152
Retenções				
Depreciação, amortização e perda por redução ao valor	(99.925)	(107.164)	(5.452.624)	(2.175.834)
	(99.925)	(107.164)	(5.452.624)	(2.175.834)
Valor adicionado líquido produzido	482.669	421.275	4.545.842	5.488.318
Valor adicionado recebido em transferência				
Equivalência patrimonial em controladas e associadas	(755.170)	1.017.684	32.903	76.600
Aluguéis recebidos	-	2.876	-	2.876
Receitas financeiras	411.412	341.237	1.102.136	1.190.685
	(343.758)	1.361.797	1.135.039	1.270.161
Valor adicionado total a distribuir	138.911	1.783.072	5.680.881	6.758.479
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos	73.087	80.068	1.260.127	1.163.821
Remuneração direta	58.804	72.982	921.728	849.386
Benefícios	12.214	5.596	292.114	272.287
FGTS	2.069	1.490	46.285	42.148
Impostos, taxas e contribuições	171.760	229.560	1.587.680	1.029.120
Federais	166.760	120.474	1.333.471	688.820
Estaduais	-	560	204.349	190.884
Municipais	5.000	108.526	49.860	149.416
Remuneração de capitais de terceiros	853.311	753.778	3.782.316	3.843.621
Juros	848.668	751.514	3.679.980	3.746.067
Aluguéis e arrendamentos do contrato de concessão	4.643	2.264	102.336	97.554
Remuneração de capitais próprios	(959.247)	719.666	(949.242)	721.917
Dividendos	-	170.920	-	170.920
Participação dos acionistas não-controladores	-	-	10.005	2.251
Resultado do exercício	(959.247)	548.746	(959.247)	548.746
	138.911	1.783.072	5.680.881	6.758.479

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

1 Informações da Companhia e do Grupo

1.1 Contexto operacional

A Rumo S.A. (“Companhia” ou “Rumo S.A.”), é uma companhia de capital aberto com ações negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) sob o código RAIL3, e tem sua sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, Brasil.

A Companhia é prestadora de serviços no setor de logística (transporte ferroviário e multimodal), principalmente destinados à exportação de *commodities*, oferecendo uma solução integrada de transporte, movimentação, armazenagem e embarque desde os centros produtores até os principais portos do sul e sudeste do Brasil, além de participar em outras sociedades e empreendimentos, cujos objetos são relacionados com logística.

A Companhia opera no segmento de transporte ferroviário na região Sul do Brasil, por meio da controlada Rumo Malha Sul S.A. (“Rumo Malha Sul”), e na região Centro-Oeste e Estado de São Paulo por meio da Companhia, das controladas Rumo Malha Paulista S.A. (“Rumo Malha Paulista”), Rumo Malha Norte S.A. (“Rumo Malha Norte”), Rumo Malha Oeste S.A. (“Rumo Malha Oeste”) e Rumo Malha Central S.A. (“Rumo Malha Central”) alcançando os estados de Goiás e Tocantins. Além disso, a controlada Brado Logística e Participações S.A. (“Brado”) opera no segmento de contêineres.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

1.2 Concessões de operações ferroviárias e terminais portuários

A Companhia detém, diretamente ou por meio de subsidiárias ou coligadas, a concessão de serviços de ferrovia e terminais portuários, cuja abrangência e término estão descritos a seguir:

Empresas	Término da concessão	Área de abrangência
Rumo S.A.	Setembro de 2066	Mato Grosso
Controladas		
Rumo Malha Paulista S.A.	Dezembro de 2058	Estado de São Paulo Sul do Brasil e Estado de São Paulo
Rumo Malha Sul S.A.	Fevereiro de 2027	São Paulo Centro-Oeste e Estado de São Paulo
Rumo Malha Oeste S.A.	Junho de 2026	São Paulo
Rumo Malha Norte S.A.	Maio de 2079	Centro-Oeste Norte, Centro-Oeste e Estado de São Paulo
Rumo Malha Central S.A.	Julho de 2049	Estado de São Paulo
Coligadas e controladas em conjunto		
CLI Sul S.A.	Março de 2036	Porto de Santos-SP
Terminal XXXIX S.A.	Outubro de 2050	Porto de Santos-SP
TGG - Terminal de Granéis do Guarujá S.A.	Agosto de 2027	Porto de Santos-SP
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	Agosto de 2027	Porto de Santos-SP
Associação Gestora da Ferrovia Interna do Porto de Santos (AG-FIPS)	Outubro de 2058	Porto de Santos-SP

As controladas, coligadas e controladas em conjunto acima, estão sujeitas ao cumprimento de certas condições previstas nos editais de privatização e nos contratos de concessão das malhas ferroviárias e terminais portuários. Na medida em que não há controle substantivo para quem deve ser prestado o serviço e não há controle substantivo de preço, a ICPC 01(R1) / IFRIC 12 – Contratos de concessão não é aplicável à Companhia e, portanto, os ativos por ela adquiridos são tratados no âmbito do CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamentos e CPC 27 / IAS 16 – Ativo Imobilizado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

1.3 Informações sobre o Grupo

a) Subsidiárias:

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia Incluem:

Controladas	Participação direta e indireta	
	31/12/2024	31/12/2023
Logisport Armazéns Gerais S.A.	51%	51%
Rumo Luxembourg Sarl	100%	100%
Rumo Intermodal S.A.	100%	100%
Rumo Malha Oeste S.A.	100%	100%
Rumo Malha Paulista S.A.	100%	100%
Rumo Malha Sul S.A.	100%	100%
Rumo Malha Norte S.A. ⁽ⁱ⁾	100%	100%
Rumo Malha Central S.A.	100%	100%
ALL Argentina S.A.	100%	100%
Paranaguá S.A.	100%	100%
ALL Armazéns Gerais Ltda.	100%	100%
Rumo Serviços Logísticos Ltda.	100%	100%
Brado Logística e Participações S.A.	77%	77%
Brado Logística S.A.	77%	77%
ALL Mesopotâmica S.A.	71%	71%
Terminal São Simão S.A.	51%	51%
ALL Central S.A.	74%	74%
Servicios de Inversión Logística Integrales S.A.	100%	100%
Rumo Energia	100%	100%
Terminal Multimodal de Grãos e Fertilizantes S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	50%	100%
Rumo Terminais S.A. ⁽ⁱⁱⁱ⁾	100%	-

(i) A Rumo Malha Norte possui participação de não controladores de 0,26% de suas ações.

(ii) Denominação social alterada em 29 de janeiro de 2024 por meio de assembleia geral extraordinária. Anteriormente denominada de Rumo Holding Malha Norte S.A.

(iii) Companhia criada em 22 de agosto de 2024, sem atividade operacional no exercício.

b) Coligadas e controladas em conjunto:

A Companhia possui participação de 30% na Rhall Terminais Ltda. (30% em 2023), 20% na Termag S.A. (20% em 2023), 10% na TGG S.A. (10% em 2023), e 20% na CLI Sul S.A. nas quais a Administração entende que existe influência significativa decorrente: (i) dos percentuais de participação detidos; (ii) da participação de representante da Companhia no conselho da coligada; e ou (iii) da relevância dos serviços de logística prestados pela Companhia às coligadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras **(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

Os investimentos de 50% no Terminal XXXIX S.A. (50% em 2023), 50% no Terminal Alvorada S.A., 50% no Terminal Multimodal de Grãos e Fertilizantes S.A., bem como a participação na Associação para Gestão da Ferrovia Interna do Porto de Santos (“AG-FIPS”), são geridos por regras de governança que conferem controle compartilhado aos investidores. O investimento no Terminal XXXIX foi classificado como ativo mantido para venda conforme nota 4.9.

c) Controle do Grupo:

Companhia é controlada direta da Cosan S.A. (“Cosan”), que detém 30,33% do seu capital, incluindo ações em tesouraria. A Cosan tem suas ações negociadas tanto na B3, a bolsa de valores brasileira, quanto na Bolsa de valores de Nova York (NYSE), onde é listada sob o *ticker* CSAN. Trata-se de uma sociedade anônima, com sede na cidade de São Paulo, no estado de São Paulo. O Sr. Rubens Ometto Silveira Mello é o principal acionista controlador da Cosan.

2 Bases de preparação e políticas contábeis gerais

Essa seção fornece informações sobre bases gerais de preparação, que a Administração julga úteis e relevantes para o entendimento destas demonstrações financeiras:

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As informações relevantes das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração em sua gestão.

Notas explicativas às demonstrações financeiras **(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Os IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelos IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 20 de fevereiro de 2025.

2.2 Políticas contábeis gerais

As políticas contábeis específicas estão incluídas nas notas explicativas, enquanto práticas gerais estão descritas abaixo:

a) Uso de julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas subjacentes são revisadas de maneira contínua e reconhecidas de forma prospectiva, quando aplicável.

As informações sobre julgamentos críticos, premissas e estimativas de incertezas na aplicação de políticas contábeis que tenham efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas individuais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Julgamentos:

Os julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que no entendimento da Administração têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras envolvem os seguintes temas:

- **Nota 5.1 – Outros passivos financeiros:** O fluxo de liquidação do saldo de créditos cedidos por fornecedores à agentes financeiros é classificado na Demonstração de fluxos de caixa em atividades operacionais ou de investimentos, de acordo com a classificação do objeto da compra, por melhor representar o dispêndio de caixa sob a ótica da operação da Companhia.
- **Nota 5.6 – Passivos de arrendamento:** Na avaliação de parcelas virtualmente fixas, se os arrendamentos forem variáveis, e do prazo do arrendamento, se a Companhia tem razoável certeza de exercer opções de prorrogação;
- **Nota 5.11 – Investimentos em coligadas e controladas em conjunto:** Na avaliação da existência de influência sobre a investida e ou controle compartilhado;

Incertezas sobre estimativas e premissas chave:

As incertezas relacionadas a estimativas e premissas chave em 31 de dezembro de 2024 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício envolvem os seguintes temas:

- **Nota 5.4 – Contas a receber de clientes:** Mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda esperada;
- **Nota 5.6 – Passivos de arrendamento:** Na estimativa da taxa incremental sobre empréstimos, elaborada usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado), quando disponíveis, e considerando nesta estimativa aspectos que são específicos da Companhia (como o *rating* de crédito);

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- **Notas 5.12.1 e 5.12.2 – Imobilizado e intangível:** Teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizados, intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- **Nota 5.14 – Imposto de renda e contribuição social:** Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Nota 5.15 – Provisão para demandas e depósitos judiciais:** Avaliação de demandas judiciais e o reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- **Nota 6.5 - Pagamentos com base em ações:** Estimativa de perda de instrumentos durante o período de “*vesting*”;
- **Nota 2.3 – Mensuração do valor justo:** Mensuração dos valores justos de ativos e passivos financeiros com base em dados observáveis em mercado.

b) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia e suas subsidiárias, localizadas no Brasil, uma vez que é a moeda do ambiente econômico primário no qual elas operam, geram e consomem recursos. A principal moeda funcional das subsidiárias localizadas fora do Brasil é o peso argentino.

As transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais de cada subsidiária, utilizando as taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio apurada na data de apresentação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Os ativos e passivos decorrentes de operações no exterior, incluindo ágio e ajustes de valor justo resultantes da aquisição, são convertidos para reais utilizando-se as taxas de câmbio da data do balanço. As receitas e despesas das operações no exterior são convertidas para reais utilizando-se as taxas de câmbio nas datas das transações.

As diferenças de moeda estrangeira são reconhecidas e apresentadas em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. No entanto, se a operação no exterior for uma subsidiária não integral, então a proporção relevante da diferença de conversão é alocada para os interesses de não controladores. Quando uma operação no exterior é alienada ou ocorre perda de controle, o valor acumulado na reserva de conversão relacionada àquela operação no exterior é reclassificado para o resultado como parte do ganho ou perda na alienação.

As taxas de câmbio do Real (R\$) para as moedas funcionais de suas subsidiárias em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são:

Moeda	31/12/2024	31/12/2023
Dólar americano (USD)	6,1923	4,8413
Peso argentino (ARS)	0,006	0,006

2.3 Mensuração do valor justo

A Companhia possui uma estrutura de controle estabelecida com relação à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que tem a responsabilidade geral de supervisionar todas as mensurações significativas de valor justo, e reporta diretamente ao Conselho.

A Administração regularmente revisa premissas não observáveis significativas e ajustes de avaliação. Se informações de terceiros, como cotações de corretoras ou serviços de precificação, forem usadas para mensurar os valores justos, a tesouraria avalia as evidências obtidas de terceiros para apoiar a conclusão de que essas avaliações atendem aos requisitos da política da Companhia, incluindo o nível de hierarquia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras **(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

Questões significativas de avaliação são reportadas ao Conselho. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados de mercado observáveis, tanto quanto possível. Os valores justos são categorizados em diferentes níveis em uma hierarquia de valor justo com base na origem dos dados usados nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** Os dados usados se originam em preços cotados não ajustados para instrumentos idênticos trocados em mercados ativos.

- **Nível 2:** Os dados usados incluem dados observáveis direta ou indiretamente (exceto os de Nível 1), como preços cotados para instrumentos financeiros similares negociados em mercados ativos, preços cotados para instrumentos financeiros idênticos ou similares trocados em mercados inativos e outros dados observáveis de mercado.

- **Nível 3:** São usadas técnicas de avaliação para as quais a informação significativa para mensuração do valor justo de nível mais baixo não esteja disponível (inputs não observáveis). A Administração é obrigada a usar suas próprias premissas sobre insumos não observáveis, pois há pouca atividade de mercado nesses instrumentos ou dados observáveis relacionados que possam ser corroborados na data de mensuração.

Todas as estimativas que a Companhia realiza para obter o valor justo estão incluídas no nível 2.

Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no nível da hierarquia de valor justo com mais subjetividade.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- i. **6.5** - Pagamento com base em ações;
- ii. **5.8** - Instrumentos financeiros derivativos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Os títulos das Sênior Notes cotados na Bolsa de Valores de Luxemburgo (“LuxSE”) apresentaram o seguinte comportamento, em percentual do valor nominal de face:

Empréstimo	Empresa	31/12/2024	31/12/2023
Sênior Notes 2028	Rumo Luxembourg	97,32%	96,41%
Sênior Notes 2032	Rumo Luxembourg	84,30%	85,65%

Os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros são os seguintes:

	Valor contábil		Valor justo	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	7.461.618	7.233.993	7.461.618	7.233.993
Títulos e valores mobiliários	812.795	1.396.107	812.795	1.396.107
Contas a receber de clientes	583.349	556.297	583.349	556.297
Instrumentos financeiros derivativos	1.647.977	1.561.493	1.647.977	1.561.493
Recebíveis de partes relacionadas	124.117	95.526	124.117	95.526
Caixa restrito	117.885	109.671	117.885	109.671
Total	10.747.741	10.953.087	10.747.741	10.953.087
Passivos				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(19.123.219)	(18.964.841)	(18.987.550)	(18.987.550)
Passivos de arrendamento	(4.032.190)	(3.406.843)	(4.032.190)	(3.406.843)
Instrumentos financeiros derivativos	(1.918.204)	(1.471.795)	(1.918.204)	(1.471.795)
Fornecedores	(1.777.918)	(1.084.931)	(1.777.918)	(1.084.931)
Dividendos a pagar	(11.314)	(180.337)	(11.314)	(180.337)
Arrendamentos e concessão parcelados	(940.215)	(1.067.256)	(940.215)	(1.067.256)
Pagáveis a partes relacionadas	(366.186)	(269.997)	(366.186)	(269.997)
Outros passivos financeiros	(338.759)	(342.276)	(338.759)	(342.276)
Parcelamento de débitos tributários	(902)	(902)	(902)	(902)
Total	(28.508.907)	(26.789.178)	(28.373.238)	(26.811.887)

Os saldos com prazos curtos têm valor justo que se aproxima ao valor contabilizado.

2.4 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

A Companhia não promoveu mudanças nas políticas contábeis durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

2.4.1 Novos pronunciamentos, interpretações e alterações

A Companhia não adotou, de forma antecipada, nenhum pronunciamento, interpretação ou alteração emitida que ainda não esteja em vigor.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

As interpretações e alterações que passaram a vigorar no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não geraram impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia.

As novas normas, interpretações e alterações que foram emitidas pelo CPC e pelo IASB, mas não são efetivas em 31 de dezembro de 2024, exceto pelo CPC 18 que está em avaliação pela administração, não terão um impacto significativo no resultado consolidado ou na posição financeira da Companhia de acordo com a revisão inicial da Companhia.

3 Negócios, operações e administração da Companhia

3.1 Objetivos e políticas da gestão de riscos de instrumentos financeiros

Esta nota explica a exposição da Companhia a riscos financeiros e como esses riscos podem afetar o desempenho financeiro futuro do grupo. As informações de lucros e perdas do exercício atual foram incluídas, quando relevantes ao contexto.

Risco	Exposição decorrente de:	Mensuração	Gestão
Risco de mercado - câmbio	(i) Fluxo futuro de transações comerciais. (ii) Ativos e passivos financeiros reconhecidos não denominados em reais.	(i) Fluxo de caixa futuro (ii) Análise de sensibilidade	Moeda estrangeira
Risco de mercado – juros	Caixa e equivalentes de caixa, títulos de valores mobiliários, caixa restrito, empréstimos e debêntures, Arrendamentos e instrumentos financeiros derivativos.	(iii) Análise de sensibilidade	Swap de juros
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito, contas a receber, derivativos, contas a receber de partes relacionadas.	(i) Análise por vencimento (ii) Ratings de crédito	Disponibilidades e linhas de crédito
Risco de liquidez	Empréstimos, financiamentos e debêntures, contas a pagar a fornecedores, outros passivos financeiros, outros tributos a pagar, arrendamentos, derivativos e contas a pagar a partes relacionadas.	Fluxo de caixa futuro	Disponibilidades e linhas de crédito.

Notas explicativas às demonstrações financeiras **(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

O gerenciamento de risco da Companhia é predominantemente controlado por um departamento central de Tesouraria sob políticas aprovadas pelo Conselho de Administração, que fornece princípios para o gerenciamento de risco global, bem como políticas que cobrem áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excesso de liquidez. É política da Companhia não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

Quando todos os critérios relevantes são atendidos, a contabilidade de *hedge* é aplicada para eliminar o descasamento contábil entre o instrumento de *hedge* e o item coberto.

A Companhia pode optar pela designação formal de novas operações de dívidas para as quais possua instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo *swap* para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo (“*Fair Value Option*”) tem o intuito de eliminar ou reduzir as inconsistências no resultado decorrentes de diferenças entre os critérios de mensuração de determinados passivos e seus instrumentos de proteção. Assim, tanto os *swaps* quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo. Tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação.

A política da Companhia é manter uma base de capital robusta para promover a confiança dos investidores, credores e mercado, e para garantir o desenvolvimento futuro do negócio.

A utilização de instrumentos financeiros para proteção contra áreas de volatilidade é determinada por meio de uma análise da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir.

a) Riscos de mercado

O objetivo do gerenciamento de riscos de mercado é manter as exposições aos riscos de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, otimizando o retorno.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

A Companhia utiliza derivativos para administrar riscos de mercado. Todas as transações são realizadas dentro das diretrizes estabelecidas pela política de gerenciamento de risco. Geralmente, a Companhia procura aplicar a contabilidade de *hedge accounting* para gerenciar a volatilidade nos lucros ou prejuízos.

i. Risco cambial

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia apresentava a seguinte exposição líquida à variação cambial dos ativos e passivos denominados em moeda estrangeira:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Caixa e equivalentes de caixa	3.001	3.746
Contas a receber de clientes	-	7.678
Fornecedores	(74.257)	(979)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(5.113.840)	(4.781.727)
Derivativos de taxa de câmbio	5.157.289	4.822.012
Passivo de arrendamento	(102.364)	(78.162)
	<u>(130.171)</u>	<u>(27.432)</u>

Com base nos instrumentos financeiros denominados em dólares norte-americanos e euros, levantados em 31 de dezembro de 2024, a Companhia sensibilizou o efeito positivo ou negativo no resultado, antes dos impostos, decorrente de um fortalecimento (enfraquecimento) razoavelmente possível do Real em relação às moedas estrangeiras:

Instrumento	Fator de risco	31/12/2024				
		Provável	25%	50%	-25%	-50%
Caixa e equivalentes de caixa	Flutuação do câmbio	(59)	676	1.412	(795)	(1.530)
Fornecedores	Flutuação do câmbio	1.467	(16.731)	(34.929)	19.664	37.862
Derivativos de taxa de câmbio	Flutuação do câmbio	101.342	(1.253.125)	(2.506.249)	1.253.125	2.506.249
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Flutuação do câmbio	(102.200)	1.262.670	2.528.096	(1.264.048)	(2.528.096)
Passivo de arrendamento	Flutuação do câmbio	2.022	(23.064)	(48.150)	27.107	52.193
Impactos no resultado do exercício		<u>2.572</u>	<u>(29.574)</u>	<u>(59.820)</u>	<u>35.053</u>	<u>66.678</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

O cenário provável utiliza o dólar e euro projetados por consultoria especializada para 31 de dezembro de 2025. Cenários estressados foram definidos aplicando variações (positivas e negativas) de 25% e de 50% nas taxas de câmbio usadas no cenário provável:

	31/12/2024	Cenários				
		Provável	25%	50%	-25%	-50%
Dólar	6,1923	6,0700	7,5875	9,1050	4,5525	3,0350
Euro	6,4363	6,2521	7,8151	9,3782	4,6891	3,1261

ii. Risco da taxa de juros

A Companhia e suas subsidiárias possuem instrumentos financeiros sobre os quais incidem taxas de juros, em grande parte variáveis, o que expõe o resultado financeiro aos riscos de flutuação das taxas de juros.

A análise de sensibilidade a seguir demonstra o impacto anual projetado nas despesas com juros dos empréstimos e financiamentos e na remuneração das aplicações financeiras (antes dos impostos), mantidas as demais variáveis:

Exposição taxa de juros	31/12/2024				
	Provável	25%	50%	-25%	-50%
Aplicações financeiras	1.081.578	1.351.973	1.622.368	811.184	540.789
Títulos e valores mobiliários	115.974	144.967	173.961	86.980	57.987
Caixa restrito	16.690	20.863	25.035	12.518	8.345
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(790.270)	(978.699)	(1.167.128)	(601.841)	(413.413)
Derivativos de taxa de juros e câmbio	(1.654.413)	(2.086.090)	(2.481.620)	(1.240.810)	(827.207)
Passivo de arrendamento	(419.695)	(420.026)	(420.359)	(419.366)	(419.038)
Arrendamento e concessão parcelados	(173.652)	(214.221)	(254.790)	(133.084)	(92.515)
Outros passivos financeiros	(55.341)	(67.448)	(79.555)	(43.234)	(31.127)
Impactos no resultado do exercício	(1.879.129)	(2.248.681)	(2.582.088)	(1.527.653)	(1.176.179)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

O cenário provável considera a taxa de juros estimada, elaborada por uma terceira parte especializada em 10 de janeiro de 2025 com base nas informações do Banco Central do Brasil (BACEN). Cenários estressados foram definidos aplicando variações (positivas e negativas) de 25% e 50% às taxas do cenário provável, como segue:

	Provável	25%	50%	-25%	-50%
SELIC	14,40%	17,99%	21,59%	10,80%	7,20%
CDI	14,30%	17,87%	21,44%	10,72%	7,15%
TJLP	8,20%	10,25%	12,30%	6,15%	4,10%
IPCA	4,74%	5,93%	7,11%	3,56%	2,37%

b) Risco de crédito

As operações regulares da Companhia expõem-na a potenciais descumprimentos quando clientes, fornecedores e contrapartes não conseguem honrar os seus compromissos financeiros ou outros. A Companhia procura mitigar esse risco realizando transações com um conjunto diversificado de contrapartes. No entanto, a Companhia continua sujeita a falhas financeiras inesperadas de terceiros que poderiam interromper suas operações. A exposição ao risco de crédito foi a seguinte:

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa ⁽ⁱ⁾	7.461.618	7.233.993
Títulos e valores mobiliários ⁽ⁱ⁾	812.795	1.396.107
Caixa restrito ⁽ⁱ⁾	117.885	109.671
Contas a receber de clientes ⁽ⁱⁱ⁾	583.349	556.297
Recebíveis de partes relacionadas ⁽ⁱⁱ⁾	124.117	95.526
Instrumentos financeiros derivativos ⁽ⁱ⁾	1.647.977	1.561.493
	10.747.741	10.953.087

- (i) O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente e pode ser atualizado ao longo do ano. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é o valor registrado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- (ii) O risco de crédito do cliente é administrado de forma centralizada por cada segmento de negócio, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecidos pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um procedimento interno de classificação de crédito extensivo. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência. A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data de balanço em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a perda recuperável é avaliada coletivamente. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

A Companhia está exposta a riscos relacionados às suas atividades de administração de caixa e investimentos temporários.

Os ativos líquidos são investidos principalmente em títulos públicos de segurança e outros investimentos em bancos com grau mínimo de “A”. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é gerenciado pelo departamento de tesouraria, de acordo com a política da Companhia.

Os investimentos de fundos excedentes são feitos apenas com contrapartes aprovadas e dentro dos limites de crédito atribuídos a cada contraparte. Os limites de crédito de contraparte são revisados anualmente e podem ser atualizados ao longo do ano. Os limites são definidos para minimizar a concentração de riscos e, portanto, mitigar a perda financeira por meio de falha da contraparte em efetuar pagamentos. O risco de crédito de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito e instrumentos financeiros derivativos é determinado por agências de classificação amplamente aceitas pelo mercado e estão dispostos da seguinte forma:

	31/12/2024
AA	489.642
AAA	9.550.633
Total	<u>10.040.275</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

c) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia e suas controladas encontrem dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja um nível de liquidez suficiente para cumprir com as obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

Os passivos financeiros da Companhia classificados por data de vencimento (com base nos fluxos de caixa não descontados contratados) são os seguintes:

	31/12/2024				31/12/2023	
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Total
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(1.357.833)	(571.577)	(12.415.949)	(8.344.381)	(22.689.740)	(25.128.605)
Fornecedores	(1.777.918)	-	-	-	(1.777.918)	(1.084.931)
Outros passivos financeiros	(338.759)	-	-	-	(338.759)	(342.276)
Parcelamento de débitos tributários	(902)	-	-	-	(902)	(902)
Passivo de arrendamento	(667.183)	(606.281)	(720.410)	(16.941.623)	(18.935.497)	(17.289.045)
Arrendamento e concessão parcelados	(274.703)	(271.839)	(533.640)	(200.926)	(1.281.108)	(1.137.295)
Pagáveis a partes relacionadas	(366.186)	-	-	-	(366.186)	(261.320)
Dividendos a pagar	(11.314)	-	-	-	(11.314)	(180.362)
Instrumentos financeiros derivativos	(629.873)	(1.841.431)	(186.333)	7.931.021	5.273.384	1.593.442
	(5.424.671)	(3.291.128)	(13.856.332)	(17.555.909)	(40.128.040)	(43.831.294)

3.2 Informação por segmento

As informações por segmento são utilizadas pela Diretoria Executiva da Companhia para avaliar o desempenho dos segmentos operacionais e tomar decisões com relação à alocação de recursos.

A Administração avalia o desempenho de seus segmentos operacionais com base na medida de EBITDA (lucro antes do imposto de renda e contribuição social, despesa financeira líquida, depreciação e amortização).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Segmentos operacionais

A gestão da Companhia está estruturada em três segmentos:

- (i) Operações Norte: composto pelas operações ferroviárias, rodoviárias, transbordo nas áreas de concessão da Companhia, da Rumo Malha Norte, da Rumo Malha Central e da Rumo Malha Paulista.
- (ii) Operações Sul: composto pelas operações ferroviárias e transbordo na área de concessão da Rumo Malha Sul e da Rumo Malha Oeste.
- (iii) Operações de Contêineres: composto pela empresa do Grupo que tem foco em logística de contêineres seja por transporte ferroviário ou rodoviário e os resultados de operações de contêineres nas malhas.

As informações por segmento foram preparadas de acordo com as mesmas práticas contábeis utilizadas na preparação das informações consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Exercício:	31/12/2024				31/12/2023			
	Operações Norte	Operações Sul	Operações de Contêineres	Consolidado	Operações Norte	Operações Sul	Operações de Contêineres	Consolidado
Resultado por Unidade de Negócio								
Receita líquida	11.096.559	2.154.493	685.337	13.936.389	8.346.314	2.032.703	558.699	10.937.716
Custo dos serviços prestados	(5.336.388)	(1.595.059)	(602.089)	(7.533.536)	(4.705.824)	(1.644.307)	(488.301)	(6.838.432)
Lucro bruto	5.760.171	559.434	83.248	6.402.853	3.640.490	388.396	70.398	4.099.284
Margem bruta (%)	51,91%	25,97%	12,15%	45,94%	43,62%	19,11%	12,60%	37,48%
Despesas comerciais, gerais e administrativas	(548.657)	(96.684)	(65.343)	(710.684)	(460.373)	(87.517)	(52.740)	(600.630)
Outras receitas (despesas) operacionais e equivalência patrimonial	(105.417)	(184.077)	6.801	(282.693)	73.890	(104.026)	5.956	(24.180)
Provisão de baixa de ativos e perda por redução ao valor recuperável (nota 4.11)	-	(3.149.244)	-	(3.149.244)	-	-	-	-
Complemento de preço alienação Elevações Portuárias S.A. (nota 4.7)	168.855	-	-	168.855	-	-	-	-
Depreciação e amortização	1.696.225	488.872	118.283	2.303.380	1.487.476	587.675	100.683	2.175.834
EBITDA	6.971.177	(2.381.699)	142.989	4.732.467	4.741.483	784.528	124.297	5.650.308
Margem EBITDA (%)	62,82%	-110,55%	20,86%	33,96%	56,81%	38,60%	22,25%	51,66%

3.2.1 Principais clientes

A Companhia possui um cliente que contribuiu individualmente com uma parcela de 12,10% da receita operacional líquida do ano de 2024 com um valor aproximado de R\$ 1.763.541. Em 2023 esse mesmo cliente contribuiu individualmente com uma parcela de 10,42% da receita líquida com um valor aproximado de R\$ 1.213.263.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

4 Transações e eventos significativos

4.1 Partes relacionadas

Política contábil:

As operações comerciais, financeiras e societárias envolvendo partes relacionadas são firmadas preferencialmente a preços de mercado e realizadas conforme contratos estabelecidos. Os saldos em aberto no final do exercício não são garantidos, nem estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias dadas ou recebidas sobre quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas. Ao final de cada período é realizada análise de recuperação dos valores e receber e neste exercício nenhuma provisão foi reconhecida.

a) Resumo dos saldos com partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante				
Operações comerciais				
Rumo Malha Norte S.A.	2.374	7.375	-	-
Rumo Malha Paulista S.A.	29.776	31.001	-	-
Rumo Malha Sul S.A.	3.066	3.426	-	-
Rumo Malha Central S.A.	3.572	3.533	-	-
Raízen S.A. e suas controladas	19.994	8.052	31.213	22.074
CLI Sul S.A.	17.105	18.614	19.458	21.623
ALL Argentina S.A.	-	48.615	-	-
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	-	-	14.286	14.286
Associação Gestora da Ferrovia Interna do Porto de Santos (AG-FIPS)	-	-	36.985	-
Outros	115	145	723	614
	76.002	120.761	102.665	58.597
Ativo não circulante				
Operações comerciais				
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	-	-	21.428	36.905
	-	-	21.428	36.905
Operações financeiras e societárias				
ALL Argentina S.A.	51.941	3.326	-	-
Outros	-	-	24	24
	51.941	3.326	24	24
	51.941	3.326	21.452	36.929
Total	127.943	124.087	124.117	95.526

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Passivo circulante				
Operações comerciais				
Rumo Malha Norte S.A.	13.598	8.067	-	-
Rumo Malha Sul S.A.	5.293	45.955	-	-
Rumo Malha Paulista S.A.	3.265	24.397	-	-
Rumo Malha Central S.A.	756	42.624	-	-
Terminal São Simão S.A.	220	220	-	-
Raízen S.A. e suas controladas	12.745	12.626	279.672	211.714
Cosan S.A.	632	-	25.706	-
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A.	-	-	6.548	6.352
Logispot Armazéns Gerais S.A.	7	186	-	-
CLI Sul S.A.	-	7.894	-	8.294
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	-	-	8.149	20.558
Associação Gestora da Ferrovia Interna do Porto de Santos (AG-FIPS)	-	-	45.119	17.749
Outros	2.291	4.130	992	5.330
	38.807	146.099	366.186	269.997
Passivo não circulante				
Operações financeiras				
ALL - Argentina S.A.	4.733	4.733	-	-
	4.733	4.733	-	-
Total	43.540	150.832	366.186	269.997

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

b) Transações com partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional				
Raízen S.A. e suas controladas ⁽ⁱ⁾	376.074	345.250	694.698	701.354
Rumo Malha Norte S.A.	-	54.684	-	-
Rumo Malha Paulista S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	87.875	324.030	-	-
CLI Sul S.A.	2.134	2.876	14.182	14.778
Outros	211	-	-	-
	466.294	726.840	708.880	716.132
Compras de produtos / insumos				
Raízen S.A. e suas controladas ⁽ⁱⁱⁱ⁾	(62.699)	(1.752)	(2.431.474)	(2.242.872)
Logisport Armazéns Gerais S.A.	(1.047)	(3.413)	-	-
Rumo Malha Central S.A.	(28.854)	(76.896)	-	-
Rumo Malha Paulista S.A. ^(iv)	(47.274)	(44.552)	-	-
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A. ^(v)	-	(52)	(61.807)	(62.293)
Rumo Malha Sul S.A.	(11.299)	(50.725)	-	-
CLI Sul S.A.	-	(15.634)	-	(16.536)
Terminal Marítimo do Guarujá S.A.	-	-	(85.701)	(80.288)
Outros	(9.509)	-	-	-
	(160.682)	(193.024)	(2.578.982)	(2.401.989)
Receitas (despesas) compartilhadas				
Cosan S.A. ^(vi)	-	-	(26.496)	(6.195)
CLI Sul S.A.	-	(111)	-	(773)
Rumo Malha Oeste S.A.	484	638	-	-
Rumo Malha Paulista S.A.	7.918	12.664	-	-
Rumo Malha Sul S.A.	12.993	13.799	-	-
Rumo Malha Norte S.A.	(6.608)	3.499	-	-
Rumo Malha Central S.A.	7.730	7.135	-	-
Associação Gestora da Ferrovia Interna do Porto de Santos (AG-FIPS) ^(vii)	-	-	(110.610)	(25.268)
Raízen S.A. e suas controladas ^(vi)	-	-	(35.539)	(33.235)
	22.517	37.624	(172.645)	(65.471)
Resultado financeiro				
Raízen S.A. e suas controladas	-	-	(500)	-
COMGAS - Companhia de Gás de São Paulo	-	-	(753)	(8.642)
Rumo Malha Central S.A.	-	60.166	-	-
Boswells S.A.	-	2.353	-	-
Outros	-	628	-	-
	-	63.147	(1.253)	(8.642)

- (i) A prestação de serviços no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 para a Raízen S.A. e suas controladas se refere principalmente à transporte e armazenagem, contratada em condições de mercado.
- (ii) Remuneração de investimento em ativos relacionados ao contrato de prestação de serviços de transporte ferroviário de açúcar com a Rumo Malha Paulista (vide item iv).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- (iii) Aquisição de combustíveis (diesel para uso nas locomotivas) durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 junto à Raízen S.A. e suas controladas, a condições de mercado.
- (iv) Serviço de transporte ferroviário prestado pela Rumo Malha Paulista. O contrato de serviços envolveu investimentos feitos pela Companhia em ativos ferroviários da Rumo Malha Paulista, firmado em condições de mercado.
- (v) Aquisição de lubrificantes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 junto à Cosan Lubrificantes, a condições de mercado.
- (vi) Rateio do custo de atividades corporativas e do centro de serviços compartilhados Raízen.
- (vii) Rateio do resultado operacional de acordo com a utilização dos serviços.

c) Remuneração dos administradores e diretores

As remunerações fixas e variáveis das pessoas chave, incluindo diretores e membros do conselho, estão registradas no resultado consolidado do exercício, incluindo os encargos, como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Benefícios de curto prazo	39.799	41.440
Transações com pagamentos baseados em ações	8.808	13.577
	48.607	55.017

4.2 Impacto de conflitos internacionais

A Companhia continua monitorando os impactos da guerra na Ucrânia, bem como os desdobramentos do conflito no oriente médio, pois constituem eventos de longo alcance na economia global e, portanto, nos relatórios financeiros das companhias.

As operações da Rumo não sofreram grandes impactos em razão dos conflitos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Os principais itens monitorados pela Companhia são potenciais impactos na oferta de: fertilizantes, no preço de commodities e combustíveis, bem como volatilidade no câmbio e juros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras **(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

A Companhia avaliou as circunstâncias que poderiam indicar o *impairment* de seus ativos não financeiros e concluiu que não houve mudanças motivadas pelos conflitos que indicariam uma perda por *impairment*. Como não houve interrupção nas operações da Companhia, o impacto financeiro resultante dos conflitos nas unidades geradoras de caixa ("UGC") foi limitado. Portanto, as principais premissas de longo prazo aplicadas na preparação dos modelos de fluxo de caixa não tiveram alterações significativas para a avaliação dos indicativos de *impairment*. Nossas projeções de recuperação de tributos diferidos, estão fundamentas nos mesmos cenários e premissas acima.

A Companhia até o momento não identificou impactos em risco de crédito de clientes, taxas de desconto, estoque, instrumentos financeiros, contas a receber entre outros itens analisados e continuará monitorando os fatos sobre os conflitos, com vistas à potenciais impactos nos negócios e, conseqüentemente, nas demonstrações financeiras.

4.3 Renovação do benefício fiscal SUDAM

Em 20 de dezembro de 2023 a Rumo Malha Norte S.A. apresentou junto à Receita Federal do Brasil – RFB o laudo constitutivo de número 143/2023, expedido pela SUDAM em 06 de dezembro de 2023, atestando o atendimento das condições e requisitos legais exigidos para renovação do benefício fiscal, por mais 10 anos. Diante do exposto a RFB através do uso de suas atribuições, decidiu em 13 de março de 2024, através do ato declaratório executivo de número 024213308, reconhecer o direito à redução de 75% do imposto sobre a renda e adicionais de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, calculados com base no lucro da exploração, da pessoa jurídica Rumo Malha Norte.

4.4 Emissão de debêntures Rumo Malha Paulista S.A.

Em 25 de março de 2024 a controlada Rumo Malha Paulista captou R\$ 1.200.000 com a 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, divididas em duas séries, sendo que a primeira possui um montante de R\$ 532.243, com taxa de IPCA + 5,79% a.a., prazo de 10 anos, pagamentos de juros semestrais e amortização *bullet*, enquanto a segunda é de R\$ 667.757 com taxa de IPCA + 5,92% a.a., prazo de 15 anos, pagamentos de juros semestrais e amortizações nos três últimos anos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras **(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

Em 26 de junho de 2024 a controlada Rumo Malha Paulista captou R\$ 704.000 com a 6ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, divididas em duas séries, sendo que a primeira possui um montante de R\$ 547.950, com taxa de IPCA + 6,42% a.a., prazo de 10 anos, pagamentos de juros semestrais e amortização *bullet*, enquanto a segunda é de R\$ 156.050 com taxa de IPCA + 6,53% a.a., prazo de 15 anos, pagamentos de juros semestrais e amortizações nos três últimos anos.

Em 29 de agosto de 2024 a controlada Rumo Malha Paulista captou R\$ 800.000 com a 7ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, divididas em duas séries, sendo que a primeira possui um montante de R\$ 500.000 enquanto a segunda possui um montante de R\$ 300.000, ambas com taxa de IPCA + 6,0470% a.a., prazo de 12 anos, pagamentos de juros semestrais e amortização nos dois últimos anos.

Essas emissões possuem as mesmas cláusulas financeiras restritivas (“*financial covenants*”) que as demais dívidas, conforme demonstrado na nota 5.5.

4.5 Acordo para construção de um novo terminal portuário em Santos e Joint Venture com CHS

Em 25 de março de 2024, as Companhias Rumo S.A. e EMBRAPORT – Empresa Brasileira de Terminais Portuários S.A., assinaram um acordo vinculante para a implementação de um novo projeto (terminal) portuário com capacidade para movimentar até 12,5 milhões de toneladas anuais, sendo 9 milhões de toneladas de grãos e 3,5 milhões de toneladas de fertilizantes no porto de Santos, com investimento estimado em R\$ 2,5 bilhões.

O início de construção está condicionado ao cumprimento de condições precedentes usuais para esse tipo de operação, incluindo licenciamento e aprovações legais e regulatórias. Após o cumprimento de todas as condições precedentes, estima-se o período de 30 meses para construção.

Em 07 de agosto de 2024 a Companhia firmou uma parceria estratégica com a CHS Agronegócio – Indústria e comércio Ltda., controlada da CHS INC, para a criação de uma joint venture de controle compartilhado, que implementará o novo Terminal.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

4.6 Cumprimento da meta ESG

Conforme indicado na nota 5.5 (d), a 2ª Debênture da Malha Paulista está atrelada à meta sustentável da redução de emissões de gases de efeitos estufa por tonelada de quilômetro útil (TKU) em 15% até 2023, tendo como ponto de partida a data base de dezembro de 2019.

O cumprimento da Condição para Step Down de Taxa foi verificado a partir do Relatório Anual de Sustentabilidade da Rumo ("RAS"), que contém os dados consolidados da Malha Paulista, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Assim sendo, a Companhia se beneficiou com *step-down* de 25 *basis points* em cada série, o que reduziu a taxa a partir de 17 de junho de 2024 para CDI + 1,54% na primeira série e IPCA + 4,52% na segunda série. Contudo, em 26 de junho de 2024 foi realizado o resgate antecipado facultativo total de debêntures da primeira série conforme detalhado na nota 4.10.

4.7 Incorporação da Elevações Portuárias S.A.

No dia 30 de abril de 2024, a CLI SUL S.A. ("CLI SUL") finalizou o processo de incorporação da Elevações Portuárias S.A. ("EPSA"), após a obtenção das aprovações regulatórias necessárias. Como consequência dessa reorganização societária, a Rumo S.A. ("Rumo") recebeu da CLI SUL a quantia de R\$ 168.855, registrando uma receita no resultado do exercício. Esse montante se refere ao preço de aquisição adicional que a CLI SUL se comprometeu a pagar à Rumo, nos termos do contrato de compra e venda de ações firmado entre as partes em 15 de julho de 2022, e corresponde a 20% do saldo em aberto do financiamento de aquisição, acrescido de juros acumulados e outros encargos, deduzido do caixa em posse da CLI SUL. Após a incorporação, os acionistas da CLI SUL passaram a ser a Corredor Logística e Infraestrutura S.A. ("CLI") e a Rumo, mantendo-se a divisão acionária em 80% para a CLI e 20% para a Rumo.

4.8 Aditivo do contrato de concessão da Rumo Malha Paulista

Em 28 de maio de 2024, a Companhia celebrou com a União, por intermédio da ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres, o 6º Termo aditivo ao Contrato de Concessão da Rumo Malha Paulista.

Notas explicativas às demonstrações financeiras **(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

Para proceder à atualização do Caderno de Obrigações, a Malha Paulista precisará recompor o equilíbrio econômico-financeiro do contrato em montante estimado em aproximadamente R\$ 1.170.000, dos quais R\$ 500.000 serão convertidos em investimentos na sua malha ferroviária e o restante será pago em 4 parcelas anuais de R\$ 167.500. O valor de cada parcela anual será corrigido pela variação acumulada do IPCA entre junho de 2023 e dois meses anteriores à data de efetivo pagamento.

4.9 Venda de ações do Terminal XXXIX

Em 29 de maio de 2024, a Companhia celebrou contrato de compra e venda de ações, alienando 50% (cinquenta por cento) da sua participação acionária no capital do Terminal XXXIX de Santos S.A. (“T-XXXIX”) para consórcio formado entre Bunge Alimentos S.A. e Zen-noh Grain Corporation, conforme divulgado em fato relevante nesta mesma data.

A alienação da participação no T-XXXIX representa um movimento de disciplina financeira e reciclagem de capital, fortalecendo a posição de caixa da Companhia para concentrar esforços em projetos que sustentem o programa de aumento de capacidade em curso e fortaleçam a competitividade estrutural do modal ferroviário.

A efetivação da operação depende do cumprimento das condições vinculantes previstas no instrumento, fato que ainda não ocorreu em 31 de dezembro de 2024.

4.10 Resgate antecipado total de debêntures Rumo Malha Paulista S.A.

Em 26 de junho de 2024 a controlada Rumo Malha Paulista efetuou o resgate antecipado facultativo de R\$ 757.944, montante total da primeira série da 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfica.

Por ocasião do resgate antecipado facultativo, os titulares das debêntures, fizeram jus ao pagamento: (a) do saldo do valor nominal unitário das debêntures da primeira série; acrescido da (b) remuneração da primeira série, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração da primeira série imediatamente anterior em, 17 de junho de 2024, até a data do resgate antecipado facultativo; (c) acrescido de prêmio, flat, incidente sobre o valor do resgate antecipado, correspondente a 0,25% (vinte e cinco centésimos) por cento multiplicado pelo prazo remanescente das debêntures da primeira série.

Notas explicativas às demonstrações financeiras **(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

Em 29 de agosto de 2024 a controlada Rumo Malha Paulista efetuou o resgate antecipado facultativo de R\$ 790.084, montante total da primeira série da 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária.

Por ocasião do resgate antecipado facultativo, os titulares das debêntures, na data do resgate antecipado facultativo, fizeram jus ao pagamento: (a) do saldo do valor nominal unitário das debêntures da primeira série; acrescido da (b) remuneração da primeira série, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração da primeira série imediatamente anterior em, 15 de abril de 2024, até a data do resgate antecipado facultativo; (c) acrescido de prêmio, flat, incidente sobre o valor do resgate antecipado, correspondente a 0,30% (trinta centésimos) por cento multiplicado pelo prazo remanescente das debêntures da primeira série.

4.11 Baixa de ativos e perda por redução ao valor recuperável Rumo Malha Sul

No 2º trimestre de 2024, o Rio Grande do Sul foi impactado por eventos climáticos extremos. Este evento de força maior provocou danos à infraestrutura ferroviária da Rumo Malha Sul.

A Companhia identificou o valor residual dos ativos com o tráfego diretamente afetado pelos eventos climáticos acima citados e provisionou o valor de R\$ 182.041, considerando que os ativos foram destruídos ou seu uso foi inviabilizado por período indeterminado.

A extensão dos danos, associada aos altos custos de reconstrução, trazem incertezas sobre o processo de renovação da concessão, com vencimento inicial em fevereiro de 2027, em que pese a Companhia continuar envidando seus melhores esforços neste sentido.

Neste contexto, no trimestre findo em 30 de junho de 2024 e em conformidade com o Ofício-Circular nº 01/2024-CVM/SNC/SEP, a Administração identificou a existência de indicativos que levaram a realização do teste de recuperabilidade dos ativos não circulantes (imobilizados, intangíveis e direitos de uso) da unidade geradora de caixa “Rumo Malha Sul”, considerando efeitos dos eventos climáticos supra descritos, inclusive no que diz respeito ao prazo de uso dos ativos.

Na ocasião, o valor em uso da unidade geradora de caixa foi estimado em R\$ 980.352, inferior ao valor contábil de seus ativos imobilizados, intangíveis e direitos de uso, sendo constituída provisão para perda de valor recuperável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras **(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

Em 31 de dezembro de 2024 os indicadores identificados continuavam presentes. A Companhia realizou novo teste, sendo o valor em uso estimado em R\$ 633.943 e a provisão incrementada no montante de R\$ 465.364.

As provisões para perda por redução ao valor recuperável realizadas no exercício, no valor de R\$ 2.967.203, foram alocadas da seguinte forma: R\$ 2.777.884 no Imobilizado (nota 5.12.1), R\$ 4.435 no Intangível (nota 5.12.2) e R\$ 184.884 no Direito de Uso (nota 5.12.3).

O valor recuperável da unidade foi determinado a partir de seu valor em uso, obtido pelo fluxo de caixa descontado, elaborado com base em projeções atualizadas e aprovadas pela Administração. As principais premissas foram:

- Prazo de projeção: até fevereiro de 2027.
- Volume de vendas: espera-se uma queda de 0,1% (2,1% em 30 de junho de 2024) na Malha Sul em 2025, seguida de um crescimento anual de 0,9% durante o restante do período, com base nas expectativas da administração para o desenvolvimento do mercado.
- Preço de venda: considera queda de 4% na média anual em 2025 (crescimento de 3,1% em 30 de junho de 2024), seguido de crescimento em 2026 com base nas atuais tendências do setor e inclui as previsões de inflação para o Brasil.
- Custos variáveis e manutenção: incluídos conforme histórico e sem incrementos de capacidade.
- Os investimentos projetados referem-se à manutenção da Concessão e são baseados na experiência histórica da administração da Rumo. Os investimentos não compreendem incrementos de capacidade. Nenhuma receita incremental ou economia de custo foi considerada no modelo de valor em uso como resultado desse dispêndio.
- A Taxa de desconto nominal de 11,43 (11,22% em 30 de junho de 2024), estimada pelo custo médio ponderado de capital.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

4.12 Eventos subsequentes

4.12.1 Reorganização Societária da Rumo Malha Norte

Em 19 de fevereiro de 2025, a Rumo S.A. e Rumo Malha Norte S.A. comunicaram seus acionistas e ao mercado em geral que seus respectivos Conselhos de Administração aprovaram uma potencial proposta de reorganização societária a ser oportunamente submetida à aprovação dos acionistas das Companhias em suas respectivas assembleias gerais, bem como a constituição de comitês especiais independentes e a eleição dos membros para compor os referidos comitês, que atuarão na negociação da relação de troca envolvida na potencial reorganização societária. Se e quando aprovada, a reorganização societária irá otimizar a estrutura societária das Companhias, por meio da incorporação de ações dos acionistas minoritários (0,26% do capital social) da Malha Norte pela Rumo, resultando na conversão da Malha Norte em subsidiária integral da Rumo. Os acionistas minoritários da Malha Norte que permanecerem acionistas até a data de aprovação da Reorganização Societária pelas respectivas assembleias gerais das Companhias, receberão ações ordinárias da Rumo, proporcionalmente às suas respectivas participações no capital social da Malha Norte.

5 Informações detalhadas sobre ativos e passivos

5.1 Ativos e passivos financeiros

Política contábil

A mensuração inicial dos ativos e passivos financeiros se dá pelo valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo financeiro ou passivo financeiro.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa destes ativos tenham vencido ou quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas e quando seus termos são modificados, e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro com base nos termos modificados é reconhecido pelo valor justo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Os ativos e passivos financeiros são os seguintes:

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Ativos			
Valor justo por meio do resultado			
Títulos e valores mobiliários	5.3	812.795	1.396.107
Instrumentos financeiros derivativos	5.8	1.647.977	1.561.493
		2.460.772	2.957.600
Custo amortizado			
Caixa e equivalentes de caixa	5.2	7.461.618	7.233.993
Contas a receber de clientes	5.4	583.349	556.297
Recebíveis de partes relacionadas	4.1	124.117	95.526
Caixa restrito	5.3	117.885	109.671
		8.286.969	7.995.487
Total		10.747.741	10.953.087
Passivos			
Custo amortizado			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.5	2.087.214	4.047.797
Passivos de arrendamento	5.6	4.032.190	3.406.843
Fornecedores	5.7	1.777.918	1.084.931
Outros passivos financeiros ⁽ⁱ⁾		338.759	342.276
Pagáveis a partes relacionadas	4.1	366.186	269.997
Dividendos a pagar		11.314	180.337
Arrendamento e concessão parcelados	5.16	940.215	1.067.256
Parcelamento de débitos tributários	5.13	902	902
		9.554.698	10.400.339
Valor justo por meio do resultado			
Instrumentos financeiros derivativos	5.8	1.918.204	1.471.795
Empréstimos e financiamentos	5.5	17.036.005	14.917.044
		18.954.209	16.388.839
Total		28.508.907	26.789.178

- (i) Saldo consolidado antecipado por nossos fornecedores junto a agentes financeiros. Essas operações tiveram fundos e bancos de primeira linha como contrapartes, a uma taxa média de 11,05% a.a. (12,42% a.a. em 31 de dezembro de 2023). O prazo médio dessas operações gira em torno de 35 dias (111 dias em 31 de dezembro de 2023). A transferência contábil dos valores da conta de fornecedores para esta rubrica, consiste em uma transação que não envolve caixa, não sendo apresentada na Demonstração de fluxos de caixa. O fluxo de liquidação do saldo, por sua vez, é classificado em atividades operacionais ou de investimentos, de acordo com a classificação do objeto da compra. Encargos financeiros embutidos na transação são registrados em “Juros sobre contingências e contratos comerciais” no resultado financeiro, tendo representado R\$ 48.275 no exercício findo em 31 de dezembro 2024 (R\$ 91.597 em 31 de dezembro de 2023).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.2 Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil:

São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado, sendo de alta liquidez, com vencimento de até três meses, que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Bancos conta movimento	4.375	1.213	49.435	10.948
Aplicações financeiras	2.399.254	3.112.829	7.412.183	7.223.045
	2.403.629	3.114.042	7.461.618	7.233.993

As aplicações financeiras são compostas por:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Aplicações em bancos				
Operações compromissadas	-	-	475	177.584
Certificado de depósitos bancários - CDB ⁽ⁱ⁾	2.399.254	3.112.829	7.411.708	7.045.461
	2.399.254	3.112.829	7.412.183	7.223.045

- (i) As aplicações financeiras da Companhia são remuneradas a taxas em torno de 101,33% da taxa de oferta interbancária brasileira (Certificado de Depósito Interbancário), ou “CDI”, em 31 de dezembro de 2024 (102,10% do CDI em 31 de dezembro de 2023). A análise de sensibilidade dos riscos de taxa de juros está na nota 3.1.

5.3 Títulos e valores mobiliários e caixa restrito

Política contábil:

São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado, com vencimento médio dos títulos públicos entre dois e cinco anos.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Títulos e valores mobiliários				
Títulos públicos ⁽ⁱ⁾	77.402	179.758	654.768	1.097.282
Certificados de depósitos bancários ⁽ⁱⁱ⁾	18.378	48.738	156.915	298.825
Letras financeiras ⁽ⁱⁱⁱ⁾	132	-	1.112	-
	95.912	228.496	812.795	1.396.107

- (i) Títulos públicos classificados como valor justo por meio do resultado possuem taxa de juros atrelada a SELIC e vencimento entre dois e cinco anos.
- (ii) Certificados de depósitos bancários possuem taxa de juros atrelada ao CDI e vencimento entre dois e cinco anos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- (iii) Letras financeiras possuem taxa de juros atreladas ao CDI, e de liquidez diária, conforme política de liquidez da Companhia.

Caixa restrito	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Aplicações financeiras vinculadas a empréstimos	-	-	116.744	108.560
Valores depositados em garantia	84	78	1.141	1.111
	84	78	117.885	109.671

5.4 Contas a receber de clientes

Política contábil:

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação que é incondicional, a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor presente. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, mensurando-as subsequentemente pelo custo amortizado usando o método de juros efetivos.

Para medir as perdas de crédito esperadas, os recebíveis foram agrupados com base nas características de risco de crédito e nos dias vencidos.

As taxas de perda esperadas são baseadas nas correspondentes perdas históricas de crédito sofridas. As taxas históricas de perda podem ser ajustadas para refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidar os recebíveis.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Mercado interno	20.355	35.321	549.760	540.190
Mercado externo	12.571	7.678	35.274	21.633
	32.926	42.999	585.034	561.823
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(514)	(1.041)	(1.685)	(5.526)
	(514)	(1.041)	(1.685)	(5.526)
Total	32.412	41.958	583.349	556.297
Circulante	32.412	41.958	568.577	538.457
Não circulante	-	-	14.772	17.840
Total	32.412	41.958	583.349	556.297

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

A análise do vencimento das duplicatas a receber de clientes são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
A vencer	23.551	35.165	513.317	498.986
Vencidas				
Até 30 dias	8.426	899	58.396	44.151
De 31 a 60 dias	147	3.210	8.620	11.239
De 61 a 90 dias	75	981	2.271	4.761
Mais de 90 dias	727	2.744	2.430	2.686
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(514)	(1.041)	(1.685)	(5.526)
	32.412	41.958	583.349	556.297

A movimentação da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 01 de janeiro de 2023	(204)	(5.799)
Provisões	(919)	(4.029)
Reversões e baixas	82	4.302
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(1.041)	(5.526)
Provisões	(380)	(5.045)
Reversões e baixas	907	8.886
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(514)	(1.685)

5.5 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Política contábil:

Inicialmente mensurados pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e, subsequentemente, ao custo amortizado. Caso a transação seja designada ao valor justo por meio do resultado, o registro inicial e subsequente se dá pelo valor justo.

São desreconhecidos quando a obrigação especificada no contrato é quitada, cancelada ou expirada. A diferença entre a quantia escriturada de um passivo financeiro que tenha sido extinto ou transferido para outra parte e a retribuição paga, incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos, é reconhecida nos lucros ou prejuízos como outros rendimentos ou gastos financeiros.

Classificados como passivo circulante, a menos que exista um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Descrição	Encargos financeiros		Controladora		Consolidado		Vencimento final	Objetivo
	Indexador	Taxa média anual de juros ⁽ⁱ⁾	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023		
Empréstimos e financiamentos								
Finame	Pré-fixado	6,00%	-	64.388	-	128.494	dez/2024	Investimento
Finem	Pré-fixado	3,50%	-	-	-	29	jan/2024	Investimento
	URTJLP	9,53%	-	-	1.861.658	2.210.390	jul/2031	Investimento
NCE	CDI + 2,07%	13,45%	-	-	40.530	52.101	mar/2025	Capital de giro
	CDI + 2,25%	13,65%	-	-	51.968	60.774	mai/2026	Capital de giro
	CDI + 2,25%	13,65%	-	-	50.663	78.965	fev/2026	Capital de giro
	CDI + 2,20%	13,60%	-	-	77.856	30.252	mar/2026	Capital de giro
	SOFR + 1,30% ⁽ⁱⁱ⁾	5,83%	-	-	25.341	487.544	jan/2025	Capital de giro
	CDI + 1,29%	13,65%	-	-	30.302	-	mai/2029	Capital de giro
Sênior Notes 2028	Pré-fixado (US\$) ⁽ⁱⁱⁱ⁾	5,25%	-	-	2.631.834	2.178.449	jan/2028	Investimento
Sênior Notes 2032	Pré-fixado (US\$) ^(iv)	4,20%	-	-	2.418.140	2.066.885	jan/2032	Investimento
ECA	Euribor + 0,58% (EUR) ^(v)	3,94%	-	-	38.525	48.849	set/2026	Investimento
CCB	IPCA ^(vi)	5,84%	-	-	874.513	954.205	jan/2048	Investimento
ACF	IPCA + 6,48% ^(xxiv)	11,64%	299.706	-	299.706	-	ago/2042	Investimento
			299.706	64.388	8.401.036	8.296.937		
Debêntures								
Debêntures não conversíveis								
	IPCA + 3,60% ^(vii)	8,62%	393.127	413.880	393.127	413.881	dez/2030	Investimento
	IPCA + 3,90% ^(viii)	8,94%	1.078.794	1.113.820	1.078.794	1.113.820	out/2029	Investimento
	IPCA + 4,00% ^(ix)	9,04%	957.843	1.077.140	957.843	1.077.140	dez/2035	Investimento
	IPCA + 4,50% ^(x)	9,57%	1.520.069	1.596.910	1.520.069	1.596.910	jun/2031	Investimento
	IPCA + 4,54% ^(xi)	9,61%	218.865	254.232	218.865	254.232	jun/2036	Investimento
	IPCA + 4,68% ^(xii)	9,76%	-	-	248.085	396.201	fev/2026	Investimento
	IPCA + 4,52% ^(xiii)	11,33%	-	-	711.764	773.556	jun/2031	Investimento
	IPCA + 5,73% ^(xiv)	10,86%	-	-	480.383	551.709	out/2033	Investimento
	IPCA + 5,99% ^(xv)	11,13%	-	-	452.451	470.177	jun/2032	Investimento
	IPCA + 6,80% ^(xvi)	11,98%	938.970	1.004.762	938.970	1.004.762	abr/2030	Investimento
	CDI + 1,30%	11,84%	-	-	-	759.390	ago/2024	Investimento
	CDI + 1,79%	13,65%	-	-	-	753.435	jun/2024	Investimento
	IPCA + 5,76% ^(xvii)	10,89%	714.229	753.439	714.229	753.439	ago/2029	Investimento
	IPCA + 6,18% ^(xviii)	10,91%	655.641	749.252	655.641	749.252	mai/2033	Investimento
	IPCA + 5,80% ^(xix)	10,93%	-	-	469.906	-	mar/2034	Investimento
	IPCA + 5,93% ^(xx)	11,07%	-	-	565.235	-	mar/2039	Investimento
	IPCA + 6,42% ^(xxi)	11,33%	-	-	489.270	-	jun/2034	Investimento
	IPCA + 6,53% ^(xxii)	11,33%	-	-	133.846	-	jun/2039	Investimento
	IPCA + 6,05% ^(xxiii)	11,19%	-	-	693.704	-	ago/2036	Investimento
			6.477.538	6.963.435	10.722.182	10.667.904		
Total			6.777.244	7.027.823	19.123.218	18.964.841		
Circulante			46.912	110.723	1.241.113	1.356.905		
Não circulante			6.730.332	6.917.100	17.882.105	17.607.936		

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- (i) TJLP refere-se à Taxa de Juros de Longo Prazo, sendo definida como o custo básico dos financiamentos concedidos pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). SELIC refere-se à taxa overnight do Sistema Especial de Liquidação e Custódia. É a taxa média ponderada pelo volume das operações de financiamento por um dia, lastreadas em títulos públicos federais na forma de operações compromissadas. O CDI ou Taxa DI Over (CDI Over) é obtido ao se calcular a média ponderada de todas as taxas de transações efetuadas na Cetip entre diferentes instituições financeiras. IPCA é o Índice de Preços ao Consumidor Amplo e tem por objetivo medir a inflação de um conjunto de produtos e serviços.
- (ii) Dívida com *swap* para 109% do CDI que representou uma taxa média de 11,80% no ano de 2024.
- (iii) Dívida com *swap* para 115% do CDI que representou uma taxa média de 12,43% no ano de 2024.
- (iv) Dívida com *swap* para 114% do CDI que representou uma taxa média de 12,37% no ano de 2024.
- (v) Dívida com *swap* para 108% do CDI que representou uma taxa média de 11,73% no ano de 2024.
- (vi) Dívida com *swap* para 62% do CDI que representou uma taxa média de 6,67% no ano de 2024.
- (vii) Dívida com *swap* para 104% do CDI que representou uma taxa média de 11,30% no ano de 2024.
- (viii) Dívida com *swap* para 102% do CDI que representou uma taxa média de 11,07% no ano de 2024.
- (ix) Dívida com *swap* para 107% do CDI que representou uma taxa média de 11,61% no ano de 2024.
- (x) Dívida com *swap* para 106% do CDI que representou uma taxa média de 11,44% no ano de 2024.
- (xi) Dívida com *swap* para 109% do CDI que representou uma taxa média de 11,77% no ano de 2024.
- (xii) Dívida com *swap* para 107% do CDI que representou uma taxa média de 11,59% no ano de 2024.
- (xiii) Dívida com *swap* para 112% do CDI que representou uma taxa média de 12,09% no ano de 2024.
- (xiv) Dívida com *swap* para 109% do CDI que representou uma taxa média de 11,78% no ano de 2024.
- (xv) Dívida com *swap* para 100% do CDI que representou uma taxa média de 10,78% no ano de 2024.
- (xvi) Dívida com *swap* para 118% do CDI que representou uma taxa média de 12,75% no ano de 2024.
- (xvii) Dívida com *swap* para 105% do CDI que representou uma taxa média de 11,40% no ano de 2024.
- (xviii) Dívida com *swap* para 109% do CDI que representou uma taxa média de 11,79% no ano de 2024.
- (xix) Dívida com *swap* para 99% do CDI que representou uma taxa média de 10,72% no ano de 2024.
- (xx) Dívida com *swap* para 100% do CDI que representou uma taxa média de 10,83% no ano de 2024.
- (xxi) Dívida com *swap* para 100% do CDI que representou uma taxa média de 10,81% no ano de 2024.
- (xxii) Dívida com *swap* para 102% do CDI que representou uma taxa média de 10,99% no ano de 2024.
- (xxiii) Dívida com *swap* para 98% do CDI que representou uma taxa média de 10,62% no ano de 2024.
- (xxiv) Dívida com *swap* para 96% do CDI que representou uma taxa média de 10,35% no ano de 2024.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Os empréstimos não circulantes apresentam os seguintes vencimentos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
13 a 24 meses	-	-	529.929	937.125
25 a 36 meses	817.614	-	1.276.582	1.015.402
37 a 48 meses	1.353.738	739.392	4.366.742	2.292.971
49 a 60 meses	1.951.196	1.269.525	2.689.649	3.819.827
61 a 72 meses	639.888	2.087.154	1.053.651	2.782.970
73 a 84 meses	148.180	744.609	349.191	1.151.347
85 a 96 meses	12.291	218.293	5.542.977	522.675
A partir de 97 meses	1.807.425	1.858.127	2.073.384	5.085.619
	6.730.332	6.917.100	17.882.105	17.607.936

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos da Companhia são denominados nessas moedas:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Reais (R\$)	14.009.378	14.183.114
Dólar (US\$) ⁽ⁱ⁾	5.075.315	4.732.878
Euro ⁽ⁱ⁾	38.525	48.849
Total	19.123.218	18.964.841

- (i) Em 31 de dezembro de 2024, todas essas dívidas denominadas em moeda estrangeira, nas subsidiárias, possuem proteção contra risco cambial através de instrumentos financeiros derivativos (Nota 5.8) ou através de aplicações financeiras na mesma moeda.

Abaixo movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures ocorrida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 01 de janeiro de 2023	4.992.889	16.758.088
Captações	1.459.791	2.770.736
Atualização de juros, variação monetária e cambial	919.714	1.971.541
Amortização de principal	(73.201)	(1.323.716)
Pagamento de juros	(271.370)	(1.211.808)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	7.027.823	18.964.841
Captações	307.066	3.019.702
Atualização de juros, variação monetária e cambial	(117.168)	1.053.207
Amortização de principal	(64.227)	(2.671.274)
Pagamento de juros	(376.250)	(1.243.258)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	6.777.244	19.123.218

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

a) Garantias

Alguns contratos de financiamento com bancos de fomento, destinados a investimentos são também garantidos por fiança bancária com um custo médio de 0,67% a.a. ou por garantias reais (bens) e conta caução. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de fianças bancárias contratado era de R\$ 2.655.231 (R\$ 3.120.034 em 31 de dezembro de 2023).

b) Linhas de crédito não utilizadas

Em 31 de dezembro de 2024, Companhia dispunha de linhas de crédito não utilizadas (sujeitas a condições contratuais para utilização), em bancos com rating AAA, no valor total de R\$ 406.793 (R\$ 802.908 em 31 de dezembro de 2023).

c) Cláusulas restritivas (“financial covenants”)

As principais linhas de empréstimos da Companhia estão sujeitas a cláusulas restritivas, com base em indicadores financeiros e não financeiros, que variam de contrato para contrato. A tabela a seguir lista as dívidas e os indicadores financeiros (os contratos possuem redações ligeiramente distintas sobre a definição dos indicadores de *covenants* e, dentre elas, os índices reportados utilizam a interpretação mais conservadora dos ajustes previstos nas fórmulas):

Indicador	Empresa	Dívida	Meta Apuração	
Alavancagem = Dívida líquida ⁽ⁱ⁾ / EBITDA ⁽ⁱⁱ⁾	Rumo S.A.	Senior notes 2028	≤ 3,5x	1,43x
		Senior notes 2032		
		ECA		
		NCE		
		Debêntures ^(iv)		
	Brado	NCE	≤ 3,3x	0,72x
ICJ = EBITDA / Resultado financeiro ⁽ⁱⁱⁱ⁾	Rumo S.A.	Debênture (11 ^a , 12 ^a , 13 ^a e 14 ^a)	≥ 2,0x	5,74x
		ECA		

- (i) A dívida financeira líquida é composta por dívidas bancárias, debêntures, arrendamentos mercantis considerados como *leasing* financeiro deduzidos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito de aplicações financeiras vinculadas a empréstimos e instrumentos derivativos.
- (ii) Conforme definido na nota explicativa 3.2 às demonstrações financeiras.
- (iii) O resultado financeiro consolidado é representado pelo custo da dívida líquida consolidada, demonstrado na nota 6.4.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- (iv) As Debêntures 12ª e 13ª emissões, possuem *covenant* contratual de alavancagem em 3,0x (três vezes). Contudo, elas possuem consentimentos prévios (*waiver*) que permitem à emissora extrapolar esse índice até o limite de 3,5x até 31 de dezembro de 2027.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas subsidiárias estavam cumprindo todas as cláusulas restritivas financeiras.

d) Compromissos ESG

O Senior Notes 2028 foi a primeira emissão Green do setor de ferrovias de carga na América Latina. A Companhia tem o compromisso de utilizar os recursos no financiamento total ou parcial de projetos em andamento e futuros, que contribuam para a promoção de um setor de transporte de baixa emissão de carbono e com uso eficiente de recursos no Brasil. Os projetos elegíveis estão distribuídos nas áreas de “Aquisição, substituição e atualização de material rodante”, “Infraestrutura para duplicação de trechos ferroviários, novos pátios e extensões de pátios”, e “Modernização da ferrovia”.

O Senior Notes 2032 foi uma emissão em *Sustainability-Linked Bonds* (SLBs), com a seguinte meta sustentável: redução de 17,6% das toneladas de emissões diretas de gases de efeito estufa por quilômetro útil (TKU) até 2026, tendo como referência o ano de 2020. A Companhia está sujeita ao *step-up* de 25 *basis points* a partir de julho de 2027 caso não atinja essa meta, o que aumentaria a taxa de juros para 4,45% a.a.

A 2ª Debênture da Malha Paulista está atrelada a meta sustentável da redução de emissões de gases de efeitos estufa por tonelada de quilômetro útil (TKU) em 15% até 2023, tendo como ponto de partida a data base de dezembro de 2019. O cumprimento da condição para *step-down* de taxa foi verificado a partir do Relatório Anual de Sustentabilidade da Rumo (“RAS”), assim sendo, a Companhia foi beneficiada com *step-down* de 25 *basis points*, tornando o custo da 2ª série em IPCA + 4,52% (nota 4.6).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

A 17ª Debênture da Rumo S.A. está atrelada a meta sustentável da redução de (i) 17,6% das toneladas de emissões diretas de gases de efeito estufa por quilômetro útil (TKU) até 2026; e (ii) 21,6% até 2030, tendo como referência o ano de 2020. A companhia está sujeita ao *step-up de 25 basis points* na 1ª série e *20 basis points* na 2ª série caso não seja atingido o SKPI em 2026 e acréscimo de *5 basis points* na 2ª série caso não seja atingido o SKPI em 2030.

e) Compensação de ativos e passivos financeiros

A Companhia possui recursos aplicados em Credit Linked Notes – CLNs no exterior e empréstimos de Notas de Crédito de Exportações - NCEs no Brasil que possuem prazos e condições idênticos, além da previsão de que os recursos utilizados pela Companhia para o pagamento de juros e principal das NCEs resultarão na liberação proporcional dos valores atrelados às CLNs pela Instituição Financeira, configurando assim, não só a intenção, como uma obrigação de liquidar os instrumentos de forma simultânea.

Uma vez que a Companhia possui o direito legalmente executável e a intenção de liquidá-los simultaneamente, a Companhia efetuou a apresentação líquida dos instrumentos no balanço patrimonial e demonstração de resultados consolidados:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Ativos		
Credit Linked Notes	6.334.168	4.952.781
	6.334.168	4.952.781
Passivos		
NCEs	(6.334.168)	(4.952.781)
	(6.334.168)	(4.952.781)
Saldo líquido	-	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.6 Passivos de arrendamento

Política contábil:

No início ou na modificação de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

A valorização subsequente do passivo de arrendamento se dá pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	Arrendamentos consolidado			Total
	Financeiro	Operacionais - concessões	Operacionais - outros	
Saldo em 01 de janeiro de 2023	120.464	2.804.979	328.567	3.254.010
Adições	-	45.270	222.419	267.689
Apropriação de juros e variação cambial	21.968	300.625	33.863	356.456
Amortização de principal de arrendamento	(71.411)	(248.096)	(78.026)	(397.533)
Pagamento de juros de arrendamento mercantil	-	(128.712)	(40.630)	(169.342)
Reajuste contratual	-	99.254	4.274	103.528
Baixas	-	(7.942)	(23)	(7.965)
Saldo em 01 de janeiro de 2024	71.021	2.865.378	470.444	3.406.843
Adições	-	801.375	51.335	852.710
Apropriação de juros e variação cambial	18.476	354.208	78.807	451.491
Amortização de principal de arrendamento	(59.929)	(424.125)	(89.266)	(573.320)
Pagamento de juros de arrendamento mercantil	-	(139.643)	(61.758)	(201.401)
Reajuste contratual	-	82.927	15.419	98.346
Baixas	-	-	(2.479)	(2.479)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	29.568	3.540.120	462.502	4.032.190
Circulante	14.769	547.492	95.942	658.203
Não circulante	14.799	2.992.628	366.560	3.373.987
	29.568	3.540.120	462.502	4.032.190

Os contratos de arrendamento têm diversos prazos de vigência, sendo o último vencimento a ocorrer em dezembro de 2058 (uma abertura por vencimento é demonstrada na Nota 3.1). Os valores são atualizados anualmente por índices de inflação (como IGPM e IPCA) ou podem incorrer em juros calculados com base na TJLP ou CDI e alguns dos contratos possuem opções de renovações ou de compra que foram considerados na determinação da classificação como arrendamento financeiro.

Além da amortização e da apropriação de juros e variação cambial destacados nos quadros anteriores, foi registrado para os demais contratos de arrendamento que não foram incluídos na mensuração de passivos de arrendamentos os seguintes impactos no resultado:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Pagamentos de arrendamento variável não incluído no reconhecimento das obrigações de arrendamento	71.932	43.115
Despesas relativas a arrendamentos de curto prazo	27.664	37.739
Despesas de arrendamentos de ativos de baixo valor, excluindo arrendamentos de curto prazo	10.005	5.376
	109.601	86.230

Notas explicativas às demonstrações financeiras **(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

Os saldos de arrendamentos registrados pela Companhia incluem o contrato da Malha Central e o aditivo de renovação do contrato da Malha Paulista, que possuem taxa implícita identificada, sendo, portanto, prontamente determinável em tais casos. Ou seja, nesses casos a valorização não gera as distorções no passivo e direito de uso objeto do Ofício Circular 2/2019 da CVM. Essa particularidade da Companhia faz com que os efeitos sobre os saldos (dos passivos de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação) caso a mensuração fosse feita pelo valor presente das parcelas esperadas acrescidas da inflação futura projetada, não são relevantes para influenciarem as decisões dos usuários e, conseqüentemente, para serem apresentados nas demonstrações financeiras.

A Companhia registrou os passivos de arrendamento pelo valor presente das parcelas devidas, ou seja, incluindo eventuais créditos de impostos a que terá direito no momento do pagamento dos arrendamentos. O potencial crédito de PIS/COFINS incluído no passivo em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 30.814 (R\$ 32.244 em 31 de dezembro de 2023).

5.7 Fornecedores

Política contábil:

As quantias escrituradas de fornecedores são as mesmas que os seus valores justos, devido à sua natureza de curto prazo e geralmente são pagas dentro de 45 dias do reconhecimento.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores de materiais e serviços	483.054	117.480	1.756.425	1.076.678
Outros	6.791	2.173	21.493	8.253
Total	489.845	119.653	1.777.918	1.084.931

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.8 Instrumentos financeiros derivativos

Política contábil:

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo no final de cada período de relatório. A contabilização de alterações subsequentes no valor justo depende de o derivativo estar designado como um instrumento de *hedge* e, em caso afirmativo, a natureza do item objeto de *hedge*. A Companhia designa certos derivativos como *hedges* do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (*hedge* de valor justo).

No início do relacionamento de *hedge* de valor justo a Companhia documenta a relação econômica entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos, incluindo mudanças nos fluxos de caixa dos instrumentos de *hedge* que devem compensar as mudanças nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*. A Companhia documenta seu objetivo e estratégia de gerenciamento de risco para a realização de suas operações de *hedge*. Mudanças no valor justo de qualquer instrumento derivativo que não se qualifique para contabilização de *hedge* são reconhecidas imediatamente no resultado e estão incluídas em outros ganhos / (perdas).

Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos designados nas relações de *hedge* são divulgados abaixo. O valor justo total de um derivativo de cobertura é classificado como um ativo ou passivo não corrente quando a maturidade remanescente do item coberto é superior a 12 meses; é classificado como ativo ou passivo circulante quando o vencimento remanescente do item objeto de *hedge* for menor que 12 meses.

A Companhia faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de *hedge* quanto em uma base contínua, sobre se os instrumentos de *hedge* são altamente eficazes na compensação das mudanças no valor justo ou nos fluxos de caixa dos respectivos itens protegidos atribuíveis.

A Companhia utiliza instrumentos de *swap*, cujo valor justo é determinado a partir dos fluxos de caixa descontados baseados em curvas de mercado, para proteger a exposição ao risco de câmbio e ao risco de juros e inflação. Os dados consolidados são apresentados abaixo:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	Nocional		Valor justo	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Derivativos de taxa de câmbio e juros				
Contratos de Swap (Juros e câmbio)	5.197.194	5.572.429	(23.567)	(685.961)
Contratos de Swap (Juros e inflação)	12.247.351	9.388.674	(246.660)	775.659
	17.444.545	14.961.103	(270.227)	89.698
Circulante			706.550	26.252
Não circulante			941.427	1.535.241
Ativos			1.647.977	1.561.493
Circulante			(1.362.291)	(821.700)
Não circulante			(555.913)	(650.095)
Passivos			(1.918.204)	(1.471.795)
Total de instrumentos contratados			(270.227)	89.698

A Companhia contratou operações de Swap de juros e câmbio, de forma a ficar ativa em USD + juros fixos e passiva em percentual do CDI. Já nas operações de Swap de juros e inflação, a Companhia fica ativa em IPCA + juros fixos e passiva em percentual do CDI.

Estratégias de Hedge

a) Hedge do valor justo

Atualmente, a Companhia adota o *hedge* de valor justo para algumas de suas operações, tanto os instrumentos de *hedge* quanto os itens protegidos por *hedge* são contabilizados ao valor justo por meio do resultado. Os efeitos operacionais e contábeis dessa adoção são os seguintes:

Hedge risco de câmbio		Nocional		Valor contábil		Resultado	
		R\$		R\$		Ajuste de valor justo	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Dívidas							
Sênior Notes 2028	US\$ + 5,30%	(2.791.600)	(2.631.834)	(2.178.449)	(254.278)	167.874	
Sênior Notes 2032	US\$ + 4,20%	(2.259.375)	(2.418.140)	(2.066.885)	(213.825)	126.408	
NCE USD	Sofr + 1,30%	(120.850)	(25.341)	(487.544)	(134.810)	3.147	
Total		(5.171.825)	(5.075.315)	(4.732.878)	(602.913)	297.429	
Instrumentos derivativos							
Swap de câmbio e juros	BRL + 115% do CDI	2.791.600	(50.047)	(460.940)	(410.893)	42.265	
Swap de câmbio e juros	BRL + 117% do CDI	2.259.375	112.984	(239.630)	(352.614)	110.644	
Swap de câmbio e juros	BRL + 108,90% do CDI	120.850	(98.758)	5.293	104.049	(5.293)	
Total		5.171.825	(35.821)	(695.277)	(659.458)	147.616	
Total líquido		-	(5.111.136)	(5.428.155)	(1.262.371)	445.045	

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Hedge risco de inflação		Nocional		Valor contábil		Resultado	
		R\$		R\$		Ajuste de valor justo	
		31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	
Dívidas							
Debêntures	IPCA + 3,87%	(1.200.000)	(1.089.775)	(1.220.460)	(261.262)	86.656	
Debêntures	IPCA + 3,90%	(927.136)	(1.078.794)	(1.117.221)	(24.428)	49.958	
Debêntures	IPCA + 4,00%	(227.828)	(261.195)	(267.161)	(43.508)	13.520	
Debêntures	IPCA + 4,77%	(750.000)	(711.764)	(773.556)	(105.476)	47.885	
Debêntures	IPCA + 4,50%	(784.619)	(782.063)	(841.646)	(92.603)	57.942	
Debêntures	IPCA + 4,54%	(258.815)	(201.813)	(234.556)	(51.371)	22.146	
Debêntures	IPCA + 6,80%	(902.877)	(938.970)	(1.004.762)	(123.215)	61.748	
Debêntures	IPCA + 5,73%	(500.000)	(480.383)	(541.442)	(120.889)	39.691	
Debêntures	IPCA + 5,99%	(434.000)	(452.451)	(470.177)	(575)	14.245	
Debêntures	IPCA + 5,76%	(750.000)	(714.229)	(753.439)	(85.113)	(186)	
Debêntures	IPCA + 6,18%	(750.000)	(655.641)	(749.252)	(127.075)	3.468	
Debêntures	IPCA + 5,79%	(532.243)	(469.906)	-	(67.812)	-	
Debêntures	IPCA + 5,92%	(667.757)	(565.235)	-	(99.110)	-	
Debêntures	IPCA + 6,42%	(547.950)	(489.270)	-	(51.112)	-	
Debêntures	IPCA + 6,53%	(156.050)	(133.846)	-	(17.781)	-	
Debêntures	IPCA + 6,04%	(500.000)	(433.565)	-	(64.996)	-	
Debêntures	IPCA + 6,04%	(300.000)	(260.139)	-	(38.998)	-	
ACF	IPCA + 6,48%	(312.528)	(299.706)	-	(13.635)	-	
CCB	IPCA + 0,95%	(943.032)	(874.513)	(954.205)	(49.978)	(10.088)	
Finem	TLP + 5,9%	(22.516)	(25.764)	(36.301)	(40.521)	971	
Total		(11.467.351)	(10.919.022)	(8.964.178)	(1.479.458)	387.956	
Instrumentos derivativos							
Swap de inflação e juros	107% do CDI	1.200.000	(66.741)	69.219	135.960	(153.011)	
Swap de inflação e juros	104% do CDI	927.136	143.654	180.091	36.437	(105.683)	
Swap de inflação e juros	108% do CDI	227.828	31.250	40.953	9.703	(27.082)	
Swap de inflação e juros	112% do CDI	750.000	(25.735)	39.086	64.821	(88.568)	
Swap de inflação e juros	108% do CDI	784.619	(6.408)	53.696	60.104	(99.914)	
Swap de inflação e juros	109% do CDI	258.815	(31.293)	5.112	36.405	(35.995)	
Swap de inflação e juros	118% do CDI	902.877	33.082	101.294	68.212	(110.487)	
Swap de inflação e juros	109% do CDI	500.000	(15.617)	47.693	63.310	(66.738)	
Swap de inflação e juros	99,5% do CDI	434.000	17.141	35.221	18.080	(33.549)	
Swap de inflação e juros	105,28% do CDI	750.000	(54.923)	(8.002)	46.921	8.002	
Swap de inflação e juros	108,87% do CDI	750.000	(83.616)	(4.397)	79.219	4.397	
Swap de inflação e juros	98,99% do CDI	532.243	(57.828)	-	57.828	-	
Swap de inflação e juros	99,95% do CDI	667.757	(86.532)	-	86.532	-	
Swap de inflação e juros	99,83% do CDI	547.950	(40.306)	-	40.306	-	
Swap de inflação e juros	101,50% do CDI	156.050	(14.708)	-	14.708	-	
Swap de inflação e juros	97,95% do CDI	500.000	(64.006)	-	64.006	-	
Swap de inflação e juros	98,05% do CDI	300.000	(38.412)	-	38.412	-	
Swap de inflação e juros	102,55% do CDI	312.528	(13.864)	-	13.864	-	
Swap de inflação e juros	63% do CDI	943.032	(63.659)	(15.221)	48.438	8.245	
Swap de inflação e juros	95,9% do CDI	22.516	938	1.600	662	(2.158)	
Total		11.467.351	(437.583)	546.345	983.928	(702.541)	
Total líquido		-	(11.356.605)	(8.417.833)	(495.530)	(314.585)	

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

b) Opções por valor justo

Certos instrumentos derivativos não foram atrelados a estruturas de *hedge* documentadas. A Companhia optou por designar os passivos protegidos para registro ao valor justo por meio do resultado.

Risco de inflação		Nocional	Valor contábil		Resultado	
		R\$	R\$		Ajuste de valor justo	
		31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Dívidas						
Debêntures	IPCA + 4,68%	(180.000)	(248.085)	(396.201)	(59.916)	13.474
Debêntures	IPCA + 4,50%	(600.000)	(755.061)	(774.939)	(96.457)	34.721
Total		(780.000)	(1.003.146)	(1.171.140)	(156.373)	48.195
Instrumentos derivativos						
Swap de inflação e juros	107% do CDI	180.000	60.419	81.885	21.466	(5.691)
Swap de inflação e juros	103% do CDI	600.000	130.505	147.429	16.924	(73.337)
Total		780.000	190.924	229.314	38.390	(79.028)
Total líquido		-	(812.222)	(941.826)	(117.983)	(30.833)

Risco de câmbio		Nocional	Valor contábil		Resultado	
		R\$	R\$		Ajuste de valor justo	
		31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Dívidas						
ECA	EUR + 0,58%	(25.369)	(38.525)	(48.849)	(713)	(1.444)
Total		(25.369)	(38.525)	(48.849)	(713)	(1.444)
Instrumentos derivativos						
Swap de câmbio e juros	BRL + 108% do CDI	25.369	12.253	9.316	(2.937)	6.153
Total		25.369	12.253	9.316	(2.937)	6.153
Total líquido		-	(26.272)	(39.533)	(3.650)	4.709

5.9 Outros tributos a recuperar

Política Contábil:

Os ativos fiscais são mensurados ao custo e incluem principalmente: (i) efeitos fiscais que são reconhecidos quando o ativo é vendido a um terceiro ou recuperados por meio da amortização da vida econômica remanescente do ativo; e (ii) recebíveis de imposto que se esperam que sejam recuperados como restituições das autoridades fiscais ou como uma redução de futuras obrigações fiscais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
COFINS	106.918	22.988	340.630	290.068
PIS	23.419	5.063	73.273	74.137
ICMS ⁽ⁱ⁾	188	-	896.253	685.793
ICMS CIAP ⁽ⁱⁱ⁾	-	-	165.648	101.035
Outros	2.331	2.203	50.288	43.737
	132.856	30.254	1.526.092	1.194.770
Circulante	132.856	30.254	548.807	356.698
Não circulante	-	-	977.285	838.072
	132.856	30.254	1.526.092	1.194.770

(i) Crédito de ICMS referente à aquisição de insumos e diesel utilizado no transporte.

(ii) Crédito de ICMS oriundos de aquisições de ativo imobilizado.

5.10 Estoques

Política contábil:

Os estoques são demonstrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável (é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e dos custos estimados necessários para efetuar a venda).

A provisão para estoques obsoletos é feita para os riscos associados à realização e venda de estoques devido à obsolescência e mensuradas pelo valor realizável líquido ou o custo, dos dois o menor.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Peças e acessórios	1.067	1.233	207.794	178.260
Combustíveis e lubrificantes	67	137	10.287	16.227
Almoxarifado e outros	422	132	64.499	21.118
	1.556	1.502	282.580	215.605

Os saldos estão apresentados líquidos da provisão de estoques obsoletos no montante de R\$ 6.548 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 7.682 em 31 de dezembro de 2023).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.11 Investimentos em outras entidades e provisão para passivo a descoberto

(a) Subsidiárias, coligadas e controladas em conjunto

Política contábil:

a) Subsidiárias

Subsidiárias são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle, são consolidadas integralmente a partir da data de aquisição do controle e desconsolidados quando o controle deixar de existir.

As demonstrações financeiras das subsidiárias são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Ajustes são feitos nas demonstrações financeiras das subsidiárias para adequar suas políticas contábeis às políticas contábeis da Companhia.

As transações entre partes relacionadas são eliminadas integralmente na consolidação. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. As perdas não realizadas são eliminadas da mesma forma, mas apenas na medida em que não haja evidência de imparidade.

b) Coligadas e controladas em conjunto

Coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia possui influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais.

Controladas em conjunto são acordos conjuntos através dos quais as partes que detêm controle conjunto do acordo possuem direitos sobre os ativos líquidos do acordo conjunto.

Os investimentos em coligadas e controladas em conjunto são tratados como ativos não circulantes e estão demonstrados ao custo menos qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

De acordo com o método de equivalência patrimonial, a participação de coligadas e controladas em conjunto atribuível à Companhia no lucro ou prejuízo do exercício de tais investimentos é registrada na demonstração do resultado, em “Resultado de equivalência patrimonial”. Os ganhos e perdas não realizados decorrentes de transações entre a Companhia e as investidas são eliminados com base no percentual de participação dessas investidas.

Os outros resultados abrangentes de subsidiárias, coligadas e entidades controladas em conjunto são registrados diretamente no patrimônio líquido da Companhia, em “Outros resultados abrangentes”.

Abaixo estão os investimentos em subsidiárias e coligadas que são materiais para a Companhia em 31 de dezembro de 2024:

i. Controladora

	Número de ações da investida	Ações da investidora	Percentual de participação
Rumo Intermodal S.A.	188.537.422	188.537.422	100%
Rumo Malha Central S.A.	4.470.908.744	4.470.908.744	100%
Rumo Malha Norte S.A.	1.189.412.363	1.186.299.005	100%
Brado Participações S.A.	12.962.963	10.000.000	77%
Paranaguá S.A.	8.875.654	8.875.654	100%
Logispot Armazéns Gerais S.A.	2.040.816	1.040.816	51%
Terminal São Simão S.A.	93.442.101	47.655.472	51%
Rumo Malha Sul S.A.	113.686.278.749.890	113.686.278.749.890	100%
ALL Argentina S.A.	9.703.000	8.826.110	91%
Rumo Luxembourg Sarl	500.000	500.000	100%
Rumo Malha Paulista S.A.	5.032.794.458.529	5.032.794.458.529	100%
ALL Armazéns Gerais Ltda.	391.960.380	376.560.990	100%
Rumo Malha Oeste S.A.	10.489.710.488	10.489.710.488	100%
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá	500.000	100.000	20%
TGG - Terminal de Granéis do Guarujá	500.000	50.000	10%
CLI Sul S.A.	543.750.625	108.750.125	20%
Terminal XXXIX S.A.	14.200.000	7.100.000	50%
Terminal Alvorada S.A.	134.936.162	67.468.081	50%
Terminal Multimodal de Grãos e	60.005.000	30.002.500	50%
Rumo Terminais S.A.	5.000	4.950	99%

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	Saldo em 01 de janeiro de 2024	Resultado de equivalência	Aumento (redução) de capital / AFAC	Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	Resultado abrangente	Amortização do direito de concessão	Plano de opção de ações	Transferência para ativo não circulante disponível para venda	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2024
CLI Sul S.A.	217.738	17.953	-	(12.900)	-	-	-	-	-	222.791
Rumo Intermodal S.A.	186.113	48.852	-	(9.046)	-	-	-	-	(3.648)	222.271
Rumo Malha Central S.A.	2.622.596	246.724	-	(58.595)	-	-	-	-	-	2.810.725
Rumo Malha Norte S.A.	7.263.738	2.021.013	-	(1.056.592)	16	(28.825)	-	-	-	8.199.350
Brado Participações S.A.	355.237	7.221	-	-	-	-	2.115	-	-	364.573
Paranaguá S.A.	2.334	(2.997)	-	-	(62)	-	-	-	1.293	568
Logisport Armazéns Gerais S.A.	73.397	3.473	-	(3.968)	-	-	-	-	-	72.902
Rumo Luxembourg Sarl	43.231	8.142	-	-	-	-	-	-	-	51.373
Rumo Malha Paulista S.A.	7.316.185	422.700	-	(96.532)	16	(19.735)	-	-	-	7.622.634
Terminal São Simão S.A.	23.363	(1.108)	-	-	-	-	-	-	-	22.255
Rumo Malha Sul S.A.	2.330.121	(2.330.121)	-	-	-	-	-	-	-	-
ALL Armazéns Gerais Ltda.	78.746	8.082	-	-	-	-	529	-	-	87.357
Terminal Multimodal de Grãos e Fertilizantes S.A.	5	73	30.000	(20)	-	-	-	-	-	30.058
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	6.017	(1.721)	-	-	-	-	-	-	-	4.296
TGG - Terminal de Granéis do Guarujá S.A.	15.956	7.461	-	(7.000)	-	-	-	-	-	16.417
Terminal XXXIX S.A.	66.419	14.251	-	(19.878)	-	-	-	(60.792)	-	-
Terminal Alvorada S.A.	48.565	(7.445)	-	-	-	-	-	-	-	41.120
Rumo Terminais S.A.	-	-	5	-	-	-	-	-	-	5
Total do investimento	20.649.761	462.553	30.005	(1.264.531)	(30)	(48.560)	2.644	(60.792)	(2.355)	19.768.695
ALL Argentina S.A.	(43.637)	(1.166)	-	-	(30)	-	-	-	2.355	(42.478)
Rumo Malha Oeste S.A.	(2.329.895)	(350.999)	80.000	-	133	-	-	-	-	(2.600.761)
Rumo Malha Sul S.A.	-	(865.558)	-	-	1.226	-	-	-	-	(864.332)
Total do passivo a descoberto	(2.373.532)	(1.217.723)	80.000	-	1.329	-	-	-	2.355	(3.507.571)
Total	18.276.229	(755.170)	110.005	(1.264.531)	1.299	(48.560)	2.644	(60.792)	-	16.261.124

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	Saldo em 01 de janeiro de 2023	Resultado de equivalência	Aumento (redução) de capital / AFAC	Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	Resultado abrangente	Amortização do direito de concessão	Plano de opção de ações	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2023
CLI Sul S.A.	296.746	38.992	(99.040)	(18.960)	-	-	-	-	217.738
Rumo Intermodal S.A.	30.666	(7.113)	164.367	-	828	-	-	(2.635)	186.113
Rumo Malha Central S.A.	2.593.981	28.615	-	-	-	-	-	-	2.622.596
Rumo Malha Norte S.A.	8.958.810	1.306.475	(2.650.000)	(259.884)	5	(29.880)	-	(61.788)	7.263.738
Boswells S.A.	32.625	(14)	-	-	(2.353)	-	-	(30.258)	-
Brado Participações S.A.	359.495	(6.341)	-	-	-	-	2.083	-	355.237
Paranaguá S.A.	8.875	1.116	-	-	(7.657)	-	-	-	2.334
Logisport Armazéns Gerais S.A.	72.809	2.791	-	(2.203)	-	-	-	-	73.397
Rumo Luxembourg Sarl	50.704	(7.473)	-	-	-	-	-	-	43.231
Rumo Malha Paulista S.A.	3.821.894	14.005	3.500.000	-	22	(19.736)	-	-	7.316.185
Terminal São Simão S.A.	37.980	(1.417)	(12.750)	(450)	-	-	-	-	23.363
Rumo Malha Sul S.A.	2.370.571	(40.604)	-	-	154	-	-	-	2.330.121
ALL Armazéns Gerais Ltda.	86.675	(8.447)	-	-	-	-	518	-	78.746
Terminal Multimodal de Grãos e Fertilizantes S.A.	-	-	5	-	-	-	-	-	5
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	-	(3.149)	-	-	-	-	-	9.166	6.017
TGG - Terminal de Granéis do Guarujá S.A.	-	5.117	-	(1.530)	-	-	-	12.369	15.956
Terminal XXXIX S.A.	-	30.048	-	(11.000)	-	-	-	47.371	66.419
Terminal Alvorada S.A.	-	1.265	47.300	-	-	-	-	-	48.565
Total do investimento	18.721.831	1.353.866	949.882	(294.027)	(9.001)	(49.616)	2.601	(25.775)	20.649.761
ALL Argentina S.A.	(53.314)	(2.619)	-	-	9.992	-	-	2.304	(43.637)
Rumo Malha Oeste S.A.	(2.151.352)	(333.563)	155.000	-	20	-	-	-	(2.329.895)
Total do passivo a descoberto	(2.204.666)	(336.182)	155.000	-	10.012	-	-	2.304	(2.373.532)
Total	16.517.165	1.017.684	1.104.882	(294.027)	1.011	(49.616)	2.601	(23.471)	18.276.229

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Informações financeiras de investidas:

	31/12/2024				31/12/2023			
	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido e (passivo a descoberto)	Lucros (prejuízos) do exercício	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido e (passivo a descoberto)	Lucros (prejuízos) do exercício
CLI Sul S.A.	2.183.550	1.390.465	793.085	66.042	1.251.643	444.748	806.895	194.954
Rumo Intermodal S.A.	242.367	20.096	222.271	48.852	232.464	46.347	186.117	(7.113)
Rumo Malha Central S.A.	7.166.876	4.356.151	2.810.725	246.724	6.580.560	3.957.964	2.622.596	28.615
Rumo Malha Norte S.A.	8.671.298	4.763.329	3.907.969	2.019.510	7.817.588	4.880.426	2.937.162	1.337.662
Brado Participações S.A.	1.081.998	524.708	557.290	19.753	1.066.187	528.103	538.084	(12.180)
Paranaguá S.A.	984	413	571	(3.000)	2.473	137	2.336	1.116
Logisport Armazéns Gerais S.A.	47.984	20.417	27.567	7.369	46.389	18.411	27.978	6.031
ALL Argentina S.A.	9.860	56.560	(46.700)	(1.282)	8.771	56.745	(47.974)	(2.880)
Rumo Luxembourg Sarl	6.342.090	6.290.719	51.371	8.142	4.955.725	4.912.496	43.229	(7.473)
Rumo Malha Paulista S.A.	19.090.481	11.433.544	7.656.937	406.449	16.999.465	9.652.462	7.347.003	(9.924)
Rumo Malha Oeste S.A.	75.916	2.676.677	(2.600.761)	(350.999)	111.643	2.441.538	(2.329.895)	(333.563)
Rumo Malha Sul S.A.	2.094.546	2.958.878	(864.332)	(3.153.561)	5.396.379	3.108.375	2.288.004	(55.099)
ALL Armazéns Gerais Ltda.	87.450	93	87.357	8.082	86.176	7.430	78.746	(8.447)
Terminal São Simão S.A.	101.745	58.105	43.640	(2.172)	111.562	65.752	45.810	(2.779)
Terminal Alvorada S.A.	168.239	85.998	82.241	(15.157)	105.606	8.476	97.130	(268)
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	280.950	259.472	21.478	(13.329)	298.815	268.730	30.085	4.721
TGG - Terminal de Granéis do Guarujá S.A.	233.962	69.789	164.173	68.477	242.779	73.216	169.563	88.867
Terminal XXXIX	-	-	-	-	481.569	326.731	154.838	53.986
Terminal Multimodal de Grãos e Fertilizantes S.A.	61.002	1.032	59.970	146	5	-	5	-
Rumo Terminais S.A.	5	-	5	-	-	-	-	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

ii. **Consolidado**

	Número de ações da investida	Ações da investidora	Percentual de participação
Rhall Terminais Ltda.	28.580	8.574	30%
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	500.000	100.000	20%
TGG - Terminal de Granéis do Guarujá S.A.	500.000	50.000	10%
CLI Sul S.A.	543.750.625	108.750.125	20%
Terminal XXXIX S.A.	14.200.000	7.100.000	50%
Terminal Alvorada S.A.	134.936.162	67.468.081	50%
Terminal Multimodal de Grãos e Fertilizantes	60.005.000	30.002.500	50%

	Saldo em 01 de janeiro de 2024	Resultado de equivalência	Dividendos	Aumento de capital / AFAC	Transferência para ativo não circulante disponível para venda	Saldo em 31 de dezembro de 2024
Rhall Terminais Ltda.	6.174	2.331	(1.208)	-	-	7.297
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	6.017	(1.721)	-	-	-	4.296
TGG - Terminal de Granéis do Guarujá S.A.	15.962	7.461	(7.000)	-	-	16.423
CLI Sul S.A.	217.738	17.953	(12.900)	-	-	222.791
Terminal XXXIX S.A.	66.411	14.251	(19.870)	-	(60.792)	-
Terminal Alvorada S.A.	48.565	(7.445)	-	-	-	41.120
Terminal Multimodal de Grãos e Fertilizantes S.A.	5	73	(20)	30.000	-	30.058
Total investimento em coligadas e controladas em conjunto	360.872	32.903	(40.998)	30.000	(60.792)	321.985

	Saldo em 01 de janeiro de 2023	Resultado de equivalência	Dividendos	Aumento de capital / AFAC	Saldo em 31 de dezembro de 2023
Rhall Terminais Ltda.	5.658	1.716	(1.200)	-	6.174
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	8.463	(2.446)	-	-	6.017
TGG - Terminal de Granéis do Guarujá S.A.	17.470	8.826	(10.334)	-	15.962
Terminal XXXIX S.A.	53.132	28.247	(14.968)	-	66.411
CLI Sul S.A.	296.746	38.992	(18.960)	(99.040)	217.738
Terminal Alvorada S.A.	-	1.265	-	47.300	48.565
Total investimento em coligadas e controladas em conjunto	381.469	76.600	(45.462)	(51.740)	360.867

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Informações financeiras de associadas e controlada em conjunto:

	31/12/2024				31/12/2023			
	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Lucros (prejuízos) do exercício	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Lucros do exercício
Rhall Terminais Ltda.	26.500	10.150	16.350	7.987	33.060	12.491	20.569	5.983
CLI Sul S.A.	2.183.550	1.390.465	793.085	66.042	1.251.643	444.748	806.895	194.954
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	280.950	259.472	21.478	(13.329)	298.815	268.730	30.085	4.721
TGG - Terminal de Granéis do Guarujá S.A.	233.962	69.789	164.173	68.477	242.779	73.216	169.563	88.867
Terminal XXXIX S.A.	-	-	-	-	481.569	326.731	154.838	53.986
Terminal Alvorada S.A.	168.239	85.998	82.241	(15.157)	105.606	8.476	97.130	(268)
Terminal Multimodal de Grãos e Fertilizantes S.A.	61.002	1.032	59.970	146	5	-	5	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

(b) Participação de acionistas não controladores

Política contábil:

As transações com participações de não controladores que não resultam em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio - ou seja, como transações com os proprietários na capacidade de proprietários.

A seguir, são apresentadas informações financeiras resumidas para cada subsidiária que possui participações não controladoras que são relevantes para o grupo. Os valores divulgados para cada subsidiária são antes das eliminações entre as empresas.

	Número de ações da investida	Ações da investidora	Percentual de participação de não controladores
Rumo Malha Norte S.A. ⁽ⁱ⁾	1.189.412.363	3.144.187	0%
Brado Participações S.A.	12.962.963	2.897.407	22%
Logispot Armazéns Gerais S.A.	2.040.816	1.000.000	49%
Terminal São Simão S.A.	78.000.000	38.220.000	49%

(i) O percentual de participação dos não controladores da Rumo Malha Norte é de 0,26%.

A tabela a seguir resume as informações relativas a cada uma das subsidiárias da Companhia que possui participações não controladoras relevantes, antes de quaisquer eliminações intragrupo.

	Saldo em 01 de janeiro de 2024	Resultado de não controladores	Dividendos	Plano de opções de ações	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2024
Rumo Malha Norte S.A.	7.863	4.718	(2.905)	-	138	9.814
Brado Participações S.A.	134.274	3.014	-	783	-	138.071
Logispot Armazéns Gerais S.A.	35.117	3.337	(3.813)	-	-	34.641
Terminal São Simão S.A.	22.449	(1.064)	-	-	-	21.385
Total investimento	199.703	10.005	(6.718)	783	138	203.911

	Saldo em 01 de janeiro de 2023	Resultado de não controladores	Dividendos	Plano de opções de ações	Redução de capital	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2023
Rumo Malha Norte S.A.	12.178	3.485	(682)	-	-	(7.118)	7.863
Brado Participações S.A.	136.069	(2.565)	-	770	-	-	134.274
Logispot Armazéns Gerais S.A.	34.540	2.693	(2.116)	-	-	-	35.117
Terminal São Simão S.A.	36.494	(1.362)	(433)	-	(12.250)	-	22.449
Total investimento	219.281	2.251	(3.231)	770	(12.250)	(7.118)	199.703

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Balanco patrimonial resumido:

	Rumo Malha Norte S.A.		Brado Participações S.A.		Terminal São Simão S.A.		Logisport Armazéns Gerais S.A.	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativos								
Circulante	2.381.398	888.496	366.482	335.625	13.318	21.101	14.169	13.109
Não circulante	6.289.900	6.929.092	715.516	730.562	88.427	90.461	33.815	33.280
Total ativo	8.671.298	7.817.588	1.081.998	1.066.187	101.745	111.562	47.984	46.389
Passivos								
Circulante	2.335.134	2.100.947	254.886	238.123	13.115	13.452	11.131	8.972
Não circulante	2.428.195	2.779.479	269.822	289.980	44.990	52.300	9.286	9.439
Total passivo	4.763.329	4.880.426	524.708	528.103	58.105	65.752	20.417	18.411
Patrimônio líquido	3.907.969	2.937.162	557.290	538.084	43.640	45.810	27.567	27.978

Demonstração do resultado resumida e outros resultados abrangentes:

	Rumo Malha Norte S.A.		Brado Participações S.A.		Terminal São Simão S.A.		Logisport Armazéns Gerais S.A.	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita líquida	7.767.972	5.858.606	680.143	555.414	15.501	17.411	23.379	23.841
Resultado antes dos impostos	2.394.508	1.527.889	30.711	(17.646)	(3.301)	(4.253)	10.992	8.969
Imposto de renda e contribuição social	(374.998)	(190.227)	(10.958)	5.466	1.129	1.474	(3.623)	(2.938)
Resultado do exercício	2.019.510	1.337.662	19.753	(12.180)	(2.172)	(2.779)	7.369	6.031
Outros resultados abrangentes	-	2.521	-	-	-	-	-	-
Resultados abrangente total	2.019.510	1.340.183	19.753	(12.180)	(2.172)	(2.779)	7.369	6.031
Dividendos pagos	(915.240)	(900.248)	-	-	-	(1.178)	(6.031)	(4.217)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Demonstração dos fluxos de caixa resumida:

	Rumo Malha Norte S.A.		Brado Participações S.A.		Terminal São Simão S.A.		Logisport Armazéns Gerais S.A.	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais	3.454.519	3.372.500	174.289	132.235	(1.686)	8.075	7.231	(657)
Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades de investimento	(930.053)	(515.754)	(62.550)	(25.304)	13.628	(6.126)	(1.170)	5.234
Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamento	(2.030.576)	(2.999.559)	(54.691)	(82.611)	(11.914)	(1.948)	(6.060)	(4.573)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	493.890	(142.813)	57.048	24.320	28	1	1	4
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	103.883	246.696	68.313	43.993	7	5	5	2
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	597.773	103.883	125.361	68.313	35	6	6	6

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.12 Ativos imobilizados, intangíveis e direitos de uso

Política contábil:

Redução ao valor recuperável (*impairment*)

A Companhia realiza anualmente uma revisão dos indicadores de *impairment* para os ativos intangíveis com vida útil definida, diretos de uso e imobilizado. Além disso, é realizado um teste de *impairment* para ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida. A redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável, que é o maior entre seu valor justo menos custos de venda e seu valor em uso.

O valor recuperável é determinado com base nos cálculos do valor em uso, utilizando o fluxo de caixa descontado determinado pela Administração com base em orçamentos e projeções que levam em consideração as premissas relacionadas a cada unidade geradora de caixa, tais como: estimativas de desempenho futuro dos negócios, geração de caixa, crescimento de longo prazo e taxas de desconto.

Para fins de análise de *impairment* foram definidas como unidades geradoras de caixa os contratos de concessão, cada qual registrado em uma empresa individual. A base para avaliação e testes anuais é 30 de setembro.

Análise de perda ao valor recuperável

Conforme nota 4.11, no segundo trimestre de 2024, foram identificados indicadores para testes de recuperabilidade de ativos não financeiros na Rumo Malha Sul, levando ao teste e provisão para ajuste ao valor recuperável dos ativos permanentes daquela unidade geradora de caixa. Tais indicadores continuam presentes na análise anual.

Não foram identificados indicadores que impactassem as demais unidades geradoras de caixa da Companhia.

A Companhia avaliou ainda os efeitos do conflito na Ucrânia e Oriente Médio sobre as demais unidades geradoras de caixa e a Administração não detectou deterioração nos indicadores de médio e longo prazos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

A determinação da capacidade de recuperação dos ativos depende de certas premissas chaves que são influenciadas pelas condições de mercado, tecnológicas, econômicas vigentes no momento que essa recuperação é testada e, dessa forma, não é possível determinar se ocorrerão perdas por redução da recuperação no futuro e, caso ocorram, se estas seriam materiais.

5.12.1 Imobilizado

Política contábil:

Reconhecimento e mensuração

Itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Gastos subsequentes são capitalizados somente quando é provável que os benefícios econômicos futuros associados aos gastos fluam para a Companhia. Reparos e manutenção contínuos são registrados no resultado do exercício quando incorridos.

Ativos são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso ou, em relação aos ativos construídos, a partir da data em que o ativo estiver concluído e pronto para uso.

A depreciação é calculada sobre o valor contábil do imobilizado menos os valores residuais estimados utilizando-se a base linear durante sua vida útil estimada, reconhecida no resultado, a menos que seja capitalizada como parte do custo de outro ativo. Os terrenos não são depreciados. A vida útil estimada dos ativos é como seguir:

Edifícios e benfeitorias	4% - 5%
Máquinas, equipamentos e instalações	8% - 11%
Outros	2% - 20%
Vagões	2,9% - 6%
Locomotivas	3,3% - 8%
Vias permanentes	3% - 4%
Móveis e utensílios	10% - 15%
Equipamentos de informática	20%

Os métodos de depreciação, bem como vidas úteis e valores residuais, são revistos no final de cada exercício, ou quando há mudança significativa em um padrão de consumo esperado, como incidente relevante e obsolescência técnica. Quaisquer ajustes são reconhecidos como mudanças nas estimativas contábeis, se apropriado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Reconciliação do valor contábil

	Consolidado						Controladora	
	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Vagões e locomotivas (i)	Via permanente	Obras em andamento	Outros ativos	Total	Total
Valor de custo:								
Saldo em 01 de janeiro de 2023	1.578.967	1.265.968	10.228.002	12.253.554	3.453.521	781.552	29.561.564	262.818
Adições	623	-	898	710	3.869.289	-	3.871.520	375.296
Baixas	(198.186)	(13.126)	(118.414)	(116.957)	(1.790)	(99)	(448.572)	(199.668)
Transferências	267.197	166.803	821.701	2.552.077	(3.636.744)	12.411	183.445	171.117
Saldo em 01 de janeiro de 2024	1.648.601	1.419.645	10.932.187	14.689.384	3.684.276	793.864	33.167.957	609.563
Adições	-	-	-	-	6.092.501	-	6.092.501	1.809.772
Baixas	(2.102)	(53.564)	(519.465)	(209.845)	(6.236)	(2.105)	(793.317)	(1.043)
Transferências	(27.771)	663.021	997.886	1.171.698	(2.811.437)	2.803	(3.800)	3.235
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.618.728	2.029.102	11.410.608	15.651.237	6.959.104	794.562	38.463.341	2.421.527
Depreciação:								
Saldo em 01 de janeiro de 2023	(454.750)	(406.504)	(5.590.985)	(5.599.677)	(13.379)	(447.081)	(12.512.376)	(109.523)
Adições	(62.016)	(130.176)	(613.032)	(806.380)	-	(14.595)	(1.626.199)	(12.169)
Baixas	17.769	11.012	110.237	89.725	-	515	229.258	18.519
Transferências	(49.649)	5.476	(6.837)	(31.199)	-	(45)	(82.254)	-
Saldo em 01 de janeiro de 2024	(548.646)	(520.192)	(6.100.617)	(6.347.531)	(13.379)	(461.206)	(13.991.571)	(103.173)
Adições	(33.672)	(145.685)	(627.303)	(938.312)	-	(9.109)	(1.754.081)	(5.203)
Baixas	364	52.919	457.597	5.104	-	2.063	518.047	893
Transferências	5.399	(4.749)	(23.170)	-	-	135	(22.385)	-
Perda por redução ao valor recuperável (nota 4.11)	-	(213.621)	(891.604)	(1.267.444)	(401.513)	(3.702)	(2.777.884)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(576.555)	(831.328)	(7.185.097)	(8.548.183)	(414.892)	(471.819)	(18.027.874)	(107.483)
Saldo em 01 de janeiro de 2024	1.099.955	899.453	4.831.570	8.341.853	3.670.897	332.658	19.176.386	506.390
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.042.173	1.197.774	4.225.511	7.103.054	6.544.212	322.743	20.435.467	2.314.044

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- (i) Em 31 de dezembro de 2024, ativos, principalmente vagões e locomotivas, ao custo de R\$ 1.390.404 (R\$ 1.390.404 em 31 de dezembro de 2023), foram dados em fiança para garantir empréstimos bancários (Nota 5.5).

Capitalização de custos de empréstimos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, os custos de empréstimos capitalizados foram de R\$ 95.138 (R\$ 41.304 em 31 de dezembro de 2023), utilizando uma taxa de média de captação 11,80% (12,30% em 31 de dezembro de 2023).

5.12.2 Ativos intangíveis e ágio

Política contábil

Intangíveis são inicialmente registrados pelo valor de custo (seja por compra, no desenvolvimento ou no âmbito de uma combinação de negócios), deduzido das amortizações e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Exceto pelo ágio, os ativos intangíveis são amortizados numa base linear ao longo da sua vida útil estimada, a partir da data em que estão disponíveis para uso ou adquiridos.

Ativo intangível (exceto ágio)	Taxa anual de amortização %
Licença de software	20,00%
Licença de operação	3,70%
Direito de concessão	1,59%

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de relatório e ajustados, se apropriado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	Consolidado				Controladora	
	Ágio ⁽ⁱ⁾	Direito de Concessão ⁽ⁱⁱ⁾	Licença de operação	Outros	Total	Total
Valor de custo:						
Saldo em 01 de janeiro de 2023	37.529	7.972.215	62.728	258.458	8.330.930	650.326
Baixas	-	-	-	(78)	(78)	(78)
Transferências	-	-	3.305	(33.119)	(29.814)	3.305
Saldo em 01 de janeiro de 2024	37.529	7.972.215	66.033	225.261	8.301.038	653.553
Transferências	-	-	(3.235)	29.420	26.185	(3.235)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	37.529	7.972.215	62.798	254.681	8.327.223	650.318
Amortização:						
Saldo em 01 de janeiro de 2023	-	(1.339.597)	(18.423)	(198.604)	(1.556.624)	(379.578)
Adições	-	(120.015)	-	(18.251)	(138.266)	(38.345)
Baixas	-	-	-	66	66	67
Transferências	-	-	-	57.929	57.929	-
Saldo em 01 de janeiro de 2024	-	(1.459.612)	(18.423)	(158.860)	(1.636.895)	(417.856)
Adições	-	(120.025)	-	(19.978)	(140.003)	(38.253)
Perda por redução ao valor recuperável (nota 4.11)	-	-	-	(4.435)	(4.435)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	(1.579.637)	(18.423)	(183.273)	(1.781.333)	(456.109)
Saldo em 01 de janeiro de 2024	37.529	6.512.603	47.610	66.401	6.664.143	235.697
Saldo em 31 de dezembro de 2024	37.529	6.392.578	44.375	71.408	6.545.890	194.209

- (i) Ágio proveniente de combinação de negócios de exercícios anteriores da controlada Logisport, apresentados somente no consolidado.
- (ii) Refere-se ao contrato de concessão da Rumo Malha Norte. O ativo foi identificado e valorizado ao valor justo na combinação de negócios entre Rumo e ALL. O valor será amortizado até o final da concessão em 2079, sendo registrado na demonstração de resultado, em custos dos serviços prestados, no grupo depreciação e amortização.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.12.3 Direito de uso

Política contábil:

O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado por quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

	Consolidado						Total
	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Vagões e locomotivas	Software	Veículos	Infraestrutura ferroviária e portuária	
Valor de custo:							
Saldo em 01 de janeiro de 2023	136.618	223.640	943.096	85.949	28.728	7.961.141	9.379.172
Adições	-	221.180	-	-	1.239	45.270	267.689
Reajuste contratual	517	3.426	332	-	-	96.257	100.532
Baixa	-	(22)	-	-	-	(6.384)	(6.406)
Transferências	-	34.742	-	-	-	-	34.742
Saldo em 01 de janeiro de 2024	137.135	482.966	943.428	85.949	29.967	8.096.284	9.775.729
Adições	4.946	41.969	4.420	-	-	801.375	852.710
Reajuste contratual	3.918	298	9.412	1.771	20	82.927	98.346
Saldo em 31 de dezembro de 2024	145.999	525.233	957.260	87.720	29.987	8.980.586	10.726.785
Amortização:							
Saldo em 01 de janeiro de 2023	(58.717)	(91.260)	(434.208)	(20.974)	(18.534)	(1.023.195)	(1.646.888)
Adições	(21.574)	(38.748)	(34.347)	(4.380)	(5.758)	(320.280)	(425.087)
Saldo em 01 de janeiro de 2024	(80.291)	(130.008)	(468.555)	(25.354)	(24.292)	(1.343.475)	(2.071.975)
Adições	(30.981)	(48.590)	(33.829)	(4.499)	(1.440)	(308.047)	(427.386)
Baixa	-	-	(2.761)	-	-	-	(2.761)
Perda por redução ao valor recuperável (nota 4.11)	-	-	-	-	-	(184.884)	(184.884)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(111.272)	(178.598)	(505.145)	(29.853)	(25.732)	(1.836.406)	(2.687.006)
Saldo em 01 de janeiro de 2024	56.844	352.958	474.873	60.595	5.675	6.752.809	7.703.754
Saldo em 31 de dezembro de 2024	34.727	346.635	452.115	57.867	4.255	7.144.180	8.039.779

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.13 Outros tributos a pagar

Política contábil:

A Companhia está sujeita a diferentes impostos e contribuições, tais como tributos municipais, estaduais e federais, impostos sobre depósitos e saques de contas bancárias, impostos sobre rotatividade, taxas regulatórias e imposto de renda, entre outros, que representam despesas para a Companhia. Também está sujeita a outros impostos sobre suas atividades que geralmente não representam uma despesa.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
ICMS	469	24	3.356	1.969
INSS	6.353	2.505	23.642	17.598
PIS	2.551	3.379	4.905	5.517
COFINS	11.752	15.428	22.473	31.792
Parcelamento de débitos tributários	902	902	902	902
ISS	-	-	17.211	11.645
Outros	5.621	2.152	11.656	8.587
	27.648	24.390	84.145	78.010
Circulante	27.648	24.390	84.132	77.989
Não circulante	-	-	13	21
	27.648	24.390	84.145	78.010

Os valores devidos no passivo não circulante apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
A partir de 97 meses	13	21
	13	21

5.14 Imposto de renda e contribuição social

Política contábil:

A taxa combinada de imposto de renda e contribuição social é de 34%, sendo o efeito reconhecido no resultado, exceto se for decorrente de uma combinação de negócios, ou de itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

i. Imposto corrente

É o imposto sobre o lucro tributável do exercício, usando as taxas vigentes na data do balanço, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

ii. Imposto diferido

É reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os respectivos montantes para efeitos de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para:

- a) diferenças temporárias no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e que não afete nem o resultado contábil nem o lucro ou prejuízo fiscal;
- b) diferenças temporárias relacionadas com investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto, na medida em que a Companhia é capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e é provável que elas não revertam num futuro previsível; e
- c) diferenças temporárias tributáveis resultantes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

A mensuração do imposto diferido reflete a maneira como a Companhia espera, ao final do período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão.

Impostos diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legalmente aplicável de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e se eles se relacionarem a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade tributável.

iii. Exposição fiscal

Na determinação do valor do imposto corrente e diferido, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se os impostos e juros adicionais podem ser devidos. Essa avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, o que pode fazer com que a Companhia mude seu julgamento com relação à adequação de passivos fiscais existentes; tais alterações nas obrigações tributárias impactarão as despesas com tributos no período em que tal determinação for realizada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

iv. Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos

Ao avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos, a Administração considera as projeções de lucros tributáveis futuros e os movimentos de diferenças temporárias. Quando não é provável que parte ou todos os impostos sejam realizados, o ativo fiscal é revertido. Não há prazo para o uso de prejuízos fiscais e bases negativas, mas o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores está limitado a 30% dos lucros tributáveis anuais.

a) Reconciliação das despesas com imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(863.209)	769.234	(148.757)	919.092
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	293.491	(261.540)	50.577	(312.491)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva				
Equivalência patrimonial	(256.758)	346.012	11.187	26.042
Resultado de empresas no exterior	-	-	1.258	(3.036)
Lucro da exploração ⁽ⁱ⁾	-	-	407.231	279.941
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias não reconhecidas ⁽ⁱⁱ⁾	(120.566)	(120.173)	(1.311.232)	(246.138)
Efeito de amortização do ágio	(16.869)	(16.869)	1.271	1.271
Selic sobre indébito	4.736	4.650	15.508	51.546
Outros	(72)	(1.648)	23.715	5.690
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	(96.038)	(49.568)	(800.485)	(197.175)
Taxa efetiva - %	11,13%	6,44%	538,12%	21,45%

- (i) A Companhia obteve através da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM o direito à redução de 75% do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas - IRPJ e adicionais não restituíveis apurado sobre o lucro da exploração, por estar localizada na área de abrangência da Amazônia Legal e por ser o setor de transporte considerado empreendimento prioritário para o desenvolvimento regional. Os incentivos fiscais são registrados, pelo valor justo, quando há razoável segurança de que: (a) a Companhia irá atender aos requisitos relacionados ao incentivo; (b) o incentivo será recebido. Os efeitos são registrados ao resultado para se contrapor aos custos ou despesas que o incentivo pretende compensar.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- (ii) Refere-se principalmente a prejuízos fiscais e diferenças temporárias da Companhia, da Rumo Malha Sul e da Rumo Malha Oeste, que nas condições atuais não reúnem os requisitos para a contabilização do referido ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos pela falta de previsibilidade de geração futura de lucros tributários.

b) Ativos e passivos de imposto de renda diferido

Os efeitos fiscais das diferenças temporárias que dão origem a partes significativas dos ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são apresentados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Créditos ativos de:				
Prejuízos fiscais	83.518	53.254	1.292.215	1.308.360
Base negativa de contribuição social	30.067	19.171	466.028	472.232
Diferenças temporárias:				
Provisão para demandas judiciais	50.510	35.777	148.420	106.126
Provisão para perda ao valor recuperável	18.666	24.888	20.850	27.072
Perda esperada em créditos de liquidação duvidosa	175	354	7.047	8.245
Provisão para não realização de impostos	-	-	33.213	31.566
Provisão para participação nos resultados	731	2.916	57.646	41.914
Varição cambial - Empréstimos e financiamentos	2.856	2.640	321.351	85.100
Combinação de negócios - imobilizado	1.854	1.854	1.854	24.795
Transações com pagamentos baseado em ações	63.033	51.659	63.033	51.659
Passivos de arrendamento	1.139	579	126.259	142.901
Resultado não realizado com derivativos	-	-	271.389	408.097
Diferenças temporárias sobre outras provisões	21.009	22.633	70.374	78.792
Outros	9.326	9.329	97.477	130.952
Tributos diferidos - Ativos	282.884	225.054	2.977.156	2.917.811
Créditos passivos de:				
Diferenças temporárias:				
Varição cambial - Empréstimos e financiamentos	-	-	(347)	(124.542)
Combinação de negócios - imobilizado	-	-	(26.571)	(21.817)
Ágio fiscal amortizado	-	-	(2.068)	(2.068)
Passivos de arrendamento	-	-	(9.889)	(10.034)
Resultado não realizado com derivativos	(32.364)	(198.924)	(133.526)	(299.965)
Ajuste valor justo sobre a dívida	(452.337)	(133.409)	(801.022)	(281.784)
Revisão de vida útil de ativo imobilizado	(9.351)	(7.850)	(400.649)	(308.011)
Combinação de negócios - Intangível	(53.846)	(53.846)	(2.229.639)	(2.270.500)
Outros	-	-	(141.191)	(122.606)
Tributos diferidos - Passivos	(547.898)	(394.029)	(3.744.902)	(3.441.327)
Total de tributos diferidos	(265.014)	(168.975)	(767.746)	(523.516)
Diferido ativo	-	-	1.709.521	1.869.877
Diferido passivo	(265.014)	(168.975)	(2.477.267)	(2.393.393)
Total	(265.014)	(168.975)	(767.746)	(523.516)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia possui imposto de renda e contribuição social diferidos não registrados sobre prejuízo fiscal e base negativa para controladora e consolidado respectivamente nos montantes de R\$ 625.559 (R\$ 504.993 em 31 de dezembro de 2023) e R\$ 3.867.334 (R\$ 2.678.299 em 31 de dezembro de 2023). O montante está concentrado na controladora e nas subsidiárias Rumo Malha Sul e Rumo Malha Oeste, que nas condições atuais não reúnem os requisitos para a contabilização do referido ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos pela falta de previsibilidade de geração futura de lucros tributários.

c) Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia avaliou o prazo para compensação de seus créditos de tributos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias através da projeção de seu lucro tributável para o prazo das concessões. A projeção foi baseada em premissas econômicas de inflação e juros, volume transportado baseado no crescimento da produção agrícola e da exportação projetados nas suas áreas de atuação e condições de mercado de seus serviços, validadas pela administração. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Companhia continuou monitorando os impactos dos conflitos internacionais e julgou que os potenciais efeitos não devem afetar as projeções de médio e longo prazos a ponto de prejudicar a realização dos saldos.

	Diferido ativo
2025	167.705
2026	186.900
2027	193.734
2028	288.849
2029 a 2034	965.353
2035 a 2050	(93.020)
Total	<u>1.709.521</u>

d) Movimentações no imposto diferido

	Consolidado
Saldo em 01 de janeiro de 2023	(498.373)
Resultado	(23.506)
Passivo atuarial	(9)
Utilização prejuízo fiscal - litígio zero	(2.245)
Outros	617
Saldo em 01 de janeiro de 2024	<u>(523.516)</u>
Resultado	(244.264)
Passivo atuarial	(1)
Outros	35
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>(767.746)</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

e) Movimentação analítica do imposto diferido

i. Impostos diferidos ativos

	Prejuízo fiscal e base negativa	Provisões	Variação cambial	Combinação de negócios - imobilizado	Transações com pagamentos baseado em ações	Passivos de arrendamentos	Resultado não realizado com derivativos	Outros	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2023	1.692.461	211.554	117.370	36.535	39.679	165.227	321.422	257.259	2.841.507
(Cobrado) / creditado do resultado do exercício	90.376	3.369	-	(11.740)	11.980	(22.326)	86.675	(47.515)	110.819
litígio zero	(2.245)	-	-	-	-	-	-	-	(2.245)
Diferenças cambiais	-	-	(32.270)	-	-	-	-	-	(32.270)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.780.592	214.923	85.100	24.795	51.659	142.901	408.097	209.744	2.917.811
(Cobrado) / creditado do resultado do exercício	(22.349)	52.253	-	(22.941)	11.374	(16.642)	(136.708)	(41.893)	(176.906)
diferenças cambiais	-	-	236.251	-	-	-	-	-	236.251
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.758.243	267.176	321.351	1.854	63.033	126.259	271.389	167.851	2.977.156

ii. Impostos diferidos passivos

	Ágio fiscal amortizado	Variação cambial	Revisão de vida útil de ativo imobilizado	Ajuste a valor justo da dívida	Combinação de negócios - imobilizado	Combinação de negócios - Intangível	Passivos de arrendamentos	Resultado não realizado com derivativos	Outros	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2023	(2.068)	(60.340)	(226.505)	(482.120)	(22.105)	(2.311.674)	(9.192)	(120.184)	(105.692)	(3.339.880)
(Cobrado) / creditado do resultado do exercício	-	-	(81.506)	200.336	288	41.174	(842)	(179.781)	(17.521)	(37.852)
Diferenças cambiais	-	(64.202)	-	-	-	-	-	-	-	(64.202)
dos outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	607	607
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(2.068)	(124.542)	(308.011)	(281.784)	(21.817)	(2.270.500)	(10.034)	(299.965)	(122.606)	(3.441.327)
(Cobrado) / creditado do resultado do exercício	-	-	(92.638)	(519.238)	(4.754)	40.861	145	166.439	(18.585)	(427.770)
Diferenças cambiais	-	124.195	-	-	-	-	-	-	-	124.195
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(2.068)	(347)	(400.649)	(801.022)	(26.571)	(2.229.639)	(9.889)	(133.526)	(141.191)	(3.744.902)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.15 Provisão para demandas e depósitos judiciais

Política contábil:

São reconhecidas como outras despesas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o montante foi estimado com segurança.

A avaliação da perda de probabilidade inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência, as decisões judiciais mais recentes e a relevância no sistema legal, bem como a opinião de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas pelas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

As provisões para processos judiciais resultantes de combinações de negócios são estimadas a valor justo.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia registra provisões para demandas judiciais em relação a:

	Provisão para demandas judiciais			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Tributárias	10.578	8.768	110.580	106.283
Cíveis, regulatórias e ambientais	78.210	50.338	585.830	354.002
Trabalhistas	59.753	45.923	402.008	307.183
	148.541	105.029	1.098.418	767.468

	Depósitos judiciais			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Tributárias	57.863	57.000	104.817	99.016
Cíveis, regulatórias e ambientais	3.615	2.363	97.680	69.235
Trabalhistas	5.448	5.871	99.229	103.415
	66.926	65.234	301.726	271.666

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Movimentação das provisões para demandas judiciais:

	Controladora			
	Tributárias	Cíveis, regulatórias e ambientais	Trabalhistas	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2023	5.447	56.306	31.852	93.605
Provisionados no exercício	2.420	5.050	13.740	21.210
Baixas por reversão ou pagamento	(321)	(30.816)	(13.498)	(44.635)
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	1.222	16.005	13.222	30.449
Transferência	-	3.793	607	4.400
Saldo em 31 de dezembro de 2023	8.768	50.338	45.923	105.029
Provisionados no exercício	1.104	10.471	14.660	26.235
Baixas por reversão ou pagamento	(1.550)	(9.914)	(16.326)	(27.790)
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	2.256	27.315	15.496	45.067
Saldo em 31 de dezembro de 2024	10.578	78.210	59.753	148.541

	Consolidado			
	Tributárias	Cíveis, regulatórias e ambientais	Trabalhistas	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2023	89.637	349.521	285.464	724.622
Provisionados no exercício	18.739	61.408	101.817	181.964
Baixas por reversão ou pagamento	(15.775)	(262.738)	(167.654)	(446.167)
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	13.682	202.018	86.948	302.648
Transferência	-	3.793	608	4.401
Saldo em 31 de dezembro de 2023	106.283	354.002	307.183	767.468
Provisionados no exercício	10.188	133.273	141.884	285.345
Baixas por reversão ou pagamento	(23.567)	(215.596)	(172.809)	(411.972)
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	17.676	314.151	125.750	457.577
Saldo em 31 de dezembro de 2024	110.580	585.830	402.008	1.098.418

(i) Inclui baixa de juros por reversão.

A Companhia possui débitos garantidos por bens ou, ainda, por meio de depósito em dinheiro, fiança bancária ou seguro garantia.

a) Perdas prováveis

- **Tributárias:** Os principais processos tributários para os quais o risco de perda é provável são descritos abaixo:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
ICMS ⁽ⁱ⁾	-	-	46.526	59.288
PIS e COFINS	-	-	10	96
INSS	777	1.121	10.934	9.228
IPTU	3.355	2.916	11.631	8.593
IRPJ / CSLL	3.274	3.152	3.274	4.390
Outros	3.172	1.579	38.205	24.688
	10.578	8.768	110.580	106.283

(i) O valor provisionado refere-se especialmente a autos de infração relativos a créditos de ICMS oriundos de materiais utilizados no processo produtivo, que, no entendimento fazendário, estariam classificados como “uso e consumo”, não gerando direito ao crédito.

- **Cíveis, Ambientais e Regulatórias:** As principais provisões cíveis ambientais e regulatórias estão relacionadas a Ações Cíveis Públicas, discussões comerciais com antigos clientes, indenizatórias relacionadas a alegados danos, execuções fiscais decorrentes de autuações de órgãos ambientais e agentes reguladores.

b) Perdas possíveis

Os principais processos para os quais consideramos o risco de perda possível são descritos abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Tributárias	1.254.165	1.197.539	4.058.572	4.152.956
Cíveis, regulatórias e ambientais	721.865	690.460	4.311.369	4.345.306
Trabalhistas	65.026	103.766	593.378	741.712
	2.041.056	1.991.765	8.963.319	9.239.974

• **Tributários:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Multa isolada tributo federal ⁽ⁱ⁾	654.073	618.635	847.582	792.496
IRPJ/CSLL ⁽ⁱⁱ⁾	430.174	404.280	637.151	590.176
ICMS ⁽ⁱⁱⁱ⁾	-	-	1.086.539	1.083.291
IRRF ^(iv)	71.489	67.073	73.101	200.539
PIS/COFINS ^(v)	18.047	16.910	712.316	876.531
Operações financeiras no exterior ^(vi)	-	-	13.910	13.287
MP 470 parcelamento de débitos ^(vii)	-	-	176.580	148.956
Plano de opção de compra de ações ^(viii)	32.087	60.863	32.087	60.863
IOF sobre mútuo ^(ix)	20.114	19.236	195.098	154.606
IPTU ^(x)	5.517	-	128.700	-
Outros	22.664	10.542	155.508	232.211
	1.254.165	1.197.539	4.058.572	4.152.956

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- (i) As demandas relacionadas à multa isolada se referem, substancialmente, aos seguintes itens a) lavratura de autos de infração sobre alegada ausência de recolhimento de tributos federais (IRPJ, CSLL, PIS e COFINS), e alegado creditamento indevido de crédito-prêmio de IPI, com aplicação de multa isolada; e b) a Companhia foi autuada em razão da desconsideração dos benefícios fiscais do REPORTE (suspensão de PIS e COFINS), sob a alegação de que as locomotivas e vagões adquiridos no ano de 2010 a 2012 foram utilizados fora dos limites da área portuária. Por consequência, foram exigidos PIS e COFINS, além da multa isolada correspondente a 50% do valor dos bens adquiridos.
- (ii) Autos de infração que exigem IRPJ e CSLL relativos: (a) Ágio Malha Norte: Autos de infração lavrados para a cobrança do IRPJ e da CSLL, cumulados com juros de mora e multas de ofício e isolada. No entendimento da Receita Federal a Rumo Malha Norte teria amortizado indevidamente o ágio apurado na aquisição das companhias Brasil Ferrovias S/A e Novoeste Brasil S/A. Em 2023, houve êxito para reduzir a multa de 150% para 75%, sendo a contingência devidamente ajustada. (b) Ágios GIF, TPG e Teaçú. Autos de infração lavrado para a cobrança de IRPJ e CSLL, cumulados com multa de ofício e juros de mora, além de multa isolada, pelos seguintes motivos: Dedução, do lucro real e da base de cálculo da CSLL, do montante correspondente à amortização na aquisição de participação em Teaçú Armazéns Gerais S/A; Dedução, do lucro real e da base de cálculo da CSLL, do montante correspondente à amortização dos ágios pagos pelas empresas TPG Participações S.A. e GIF LOG Participações S.A na aquisição de ações emitidas pela Rumo Logística S/A;. (c) Ainda, há autos de infração emitidos pela Receita Federal em 2011, 2013 e 2019 contra a Companhia relativos a: 1) glosa de despesa de ágio com base em rentabilidade futura, bem como de despesas financeiras; 2) não tributação de suposto ganho de capital na alienação de participação societária em empresa do mesmo grupo econômico; e 3) suposto ganho de capital sobre incorporação de ações de empresas do mesmo grupo econômico. Contingência ajustada quanto ao êxito definitivo. Em 2019, tivemos êxito definitivo no que se refere à redução da base de lançamento do ganho de capital. (d) Provisões Trabalhistas: No ano de 2009, sob a alegação de que a Companhia teria excluído provisões trabalhistas da apuração do lucro real e da base de cálculo ajustada da CSLL. Pelo entendimento do Fisco, as baixas das provisões trabalhistas foram efetuadas pela Companhia sem a individualização dos processos (provisões e reversões), o que impactaria na apuração tributária. A probabilidade de perda é possível, considerando a ocorrência da decadência e que a Companhia atendeu todas as regras tributárias referentes à adição e exclusão das provisões na apuração do IRPJ e CSLL e (e) Retificação de declaração de compensação motivada por restituição parcial dos créditos objetos do pedido de compensação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- (iii) As demandas de ICMS estão relacionadas, substancialmente, aos seguintes itens a) Autos de Infrações lavrados pela Secretaria da Fazenda do Estado por suposta falta de recolhimento do ICMS nas prestações de serviço de transporte ferroviário de mercadorias destinadas à exportação; creditamento indevido de ICMS por suposta escrituração no Livro Registro de Entradas de valores superiores aos apurados nos Livros Fiscais; creditamento indevido de ICMS por aquisições supostamente enquadradas como uso e consumo. Também foram incluídas multas de 50% do valor do imposto e 100% do valor do crédito considerado indevido. Todas as autuações foram contestadas, uma vez que existe posicionamento favorável aos contribuintes consolidado nos tribunais superiores, com base na Súmula 649 do STJ, bem como na Constituição Federal e na Lei Complementar 87/1996; b) o Fisco do Estado do Mato Grosso promoveu a lavratura de diversos Termos de Apreensão e Depósito (TADs) visando a cobrança de ICMS e de multa de 50% sobre o valor das operações autuadas, sob o equivocado entendimento de que as operações de saída de mercadorias destinadas à exportação estariam com os DACTEs (Documento Auxiliar do Conhecimento do Transporte Eletrônico) cancelados, com a suposta caracterização de documentação inidônea, nos termos dos artigos 35-A e 35-B da Lei Estadual 7098/98. A Companhia contesta as autuações e procura demonstrar ao Fisco que as mercadorias transportadas encontravam-se devidamente acobertadas por documentação fiscal idônea; c) cobrança de ICMS, dos anos de 2018 e 2019, na aquisição de vagões em decorrência da alegada não isenção prevista pelo Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária – REPORTO pelo fisco paulista.
- (iv) A Rumo Malha Paulista teve parte de sua compensação de saldo credor de IRPJ glosada pela Receita Federal com base no argumento de que a Companhia não teria direito à compensação do IRRF sobre operações de *swap*.
- (v) As demandas administrativas de PIS e COFINS estão relacionadas, substancialmente, às glosas de créditos de PIS e COFINS pelo sistema da não cumulatividade relativas aos seguintes itens: a) créditos lançados extemporaneamente desacompanhados de prévia retificação de declarações fiscais; b) créditos sobre despesas decorrentes de contratos de tráfego mútuo; c) créditos relativos às despesas com serviços classificados como insumos na atividade desenvolvida pela empresa que supostamente não foram comprovados durante a Fiscalização; d) créditos sobre despesas com transporte de colaboradores; e) créditos relativos às despesas com energia elétrica; f) créditos sobre despesas com locações de máquinas e aluguéis que não foram comprovadas no curso da Fiscalização; g) créditos sobre despesas na aquisição de máquinas, equipamentos e outros bens incorporados ao ativo imobilizado da empresa e h) multa isolada correspondente a 50% do valor dos créditos.
- (vi) Auto de Infração lavrado para exigir diferenças de IRPJ, CSL, PIS e COFINS, relativo aos anos-calandários de 2005 a 2008, em decorrência das seguintes infrações: a) apuração indevida de créditos de PIS e COFINS sobre insumos utilizados no reparo de locomotivas; b) dedução indevida do lucro real e da base de cálculo da CSL de despesas financeiras decorrentes de empréstimos celebrados com instituições financeiras no exterior;

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- c) exclusão indevida do lucro real e da base de cálculo da CSL de receitas financeiras decorrentes de títulos emitidos pelo governo da Áustria e pelo governo da Espanha, esse último por meio do Instituto de Crédito Oficial (“ICO”), empresa pública a ele vinculada; d) erro na contabilização e exclusão indevida no lucro real e na base de cálculo da CSL de ganhos auferidos em operações de swap e não tributação das receitas financeiras auferidas com tais contratos pelo PIS e pela COFINS; e) exclusão indevida do lucro real e da base de cálculo da CSL realizada a título de créditos de PIS e COFINS; f) exclusão indevida do lucro real e da base de cálculo da CSL realizada a título de CSL diferida; e g) recolhimento insuficiente das antecipações de IRPJ e CSL, o que gerou a aplicação da multa de ofício isolada no percentual de 50%, em concomitância com as multas de ofício de 75%. Em 2019, tivemos êxito definitivo no que se refere a integralidade das infrações “a”, “b”, “d”, “e” e “f”, bem como de parte da infração “c”, para reconhecer a possibilidade de exclusão do lucro real e da base de cálculo da CSLL das receitas decorrentes dos títulos da dívida pública da Áustria adquiridos em 24 de julho de 2006 e, como consequência, de parte da infração “g”, na extensão do cancelamento parcial do item “c”. Contingência ajustada quanto ao êxito definitivo. O remanescente do item “g” permanece em discussão administrativa. A discussão sobre o remanescente do item “c” se encerrou na esfera administrativa com seguimento na esfera judicial.
- (vii) A Receita Federal indeferiu parcialmente os pedidos de parcelamento de débitos tributários federais efetuados pela Rumo Malha Sul e pela Rumo Intermodal, sob o argumento de que os prejuízos fiscais oferecidos pelas empresas não eram suficientes para quitação dos respectivos débitos. A probabilidade de perda é considerada como possível, já que os prejuízos apontados existiam e estavam disponíveis para essa utilização.
- (viii) Autos de infração lavrados contra a Companhia para a cobrança de contribuição previdenciária (20% sobre o valor pago) de valores referentes ao Plano de Opção de Compra de Ações concedido para empregados, administradores e terceiros. O fundamento principal da autuação é a suposta natureza remuneratória.
- (ix) As demandas de IOF estão relacionadas, substancialmente, aos seguintes itens a) O Fisco federal pretende fazer prevalecer a incidência de IOF sobre as contas correntes mantidas pela controladora para as coligadas/controladas (parte mais substancial da autuação). No entendimento do fisco, a utilização de uma rubrica contábil como de adiantamentos de despesas a empresas ligadas, sem contrato formal de mútuo, caracteriza a existência de uma conta corrente, devendo-se apurar o IOF devido segundo as regras próprias das operações de crédito rotativo. Os autos de infração ainda estão sendo questionados no âmbito administrativo, e b) Auto de Infração lavrado pelo Fisco Federal em face da Rumo Malha Norte por suposta ausência de recolhimento de IOF no período de 2017 e 2018, relativo à cobrança em alegadas transações financeiras entre as companhias do grupo, essencialmente sobre remessa de valores decorrentes de tráfego mútuo entre Malha Norte e Malha Paulista, contratos com a Raízen e outros valores elencados em demais contas contábeis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- (x) As cobranças de Imposto Predial e Territorial Urbano (“IPTU”) são relativas aos imóveis ferroviários arrendados ou cedidos à empresa em razão do contrato de concessão e à faixa de domínio ferroviária. Os municípios desconsideram, entre outros, os principais argumentos de que os imóveis são de propriedade da União e que, portanto, estão sujeitos à imunidade tributária. A matéria está em discussão no STF e um resultado desfavorável deverá gerar nova cobrança (inclusive de municípios que atualmente não cobram o mencionado tributo), em valores que ainda não é possível mensurar e, caso isso ocorra, será possível ajuizar demanda para restabelecer o equilíbrio econômico do contrato de concessão mencionado.

• **Cíveis, regulatórias e ambientais:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Cíveis (i) (ii) (vi) (viii)	256.548	274.545	1.461.570	1.570.467
Regulatórias (iii) (iv)	403.405	358.748	1.496.714	1.577.446
Ambientais (v) (vii)	61.912	57.167	1.353.085	1.197.393
	721.865	690.460	4.311.369	4.345.306

As principais contingências cíveis ambientais e regulatórias estão relacionadas a Ações Cíveis Públicas, discussões comerciais com antigos clientes, indenizatórias relacionadas a alegados danos, autuações pelos órgãos ambientais e reguladores. No que tange a grandes demandas, seguem abaixo principais casos:

- (i) A Rumo Malha Sul é parte em execução de termo de ajustamento de conduta firmado com o Ministério Público Federal, na qual este alega que a Rumo não estaria realizando transporte de cargas na região de Presidente Prudente e, em razão disto requereu a realização de execução de multa diária, bem como a majoração do valor da multa. Rumo, por sua vez, ajuizou ação declaratória para dar a correta interpretação ao TAC, uma vez que seu compromisso foi de tentar conseguir carga em volume suficiente para realização do transporte. Periodicamente a Cia realiza seminários na região, mas até o momento não conseguiu angariar interessados na prestação dos serviços. As demandas encontram-se em primeira instância, aguardando decisão judicial. Houve pedido de suspensão da demanda para tentativa de acordo e, em paralelo, a Malha Sul, União e ANTT celebraram acordo com vistas a adequar os critérios utilizados para apuração de valor para devolução de trecho. A contingência total do caso é de R\$ 130.239, sendo que 50% dos valores encontram-se provisionados e o restante está classificado como possível.
- (ii) Em novembro de 2021 o CADE, no julgamento do processo administrativo instaurado a partir de representação de ex-cliente, dentre outros pontos, condenou a Companhia ao pagamento de multa no valor atualizado de R\$ 339.811 decisão que foi mantida no julgamento dos embargos de declaração. A fixação de tal valor contraria precedentes do próprio CADE, seja com relação à base de cálculo, seja em relação à alíquota utilizada, razão pela qual a Companhia ajuizou ação anulatória de tal decisão, a qual encontra-se em grau de apelação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Com base na análise técnica de seu corpo jurídico externo, a Companhia avalia com provável o risco de perda de parcela no valor de R\$ 31.262 (para a qual registrou provisão) e classifica a diferença como contingência possível.

- (iii) A Rumo Malha Sul foi autuada, em 2014, pelo IBAMA por supostos derramamento de óleo em desacordo com normativos. Houve apresentação de recurso administrativo e aguarda-se decisão na esfera administrativa desde 2015. O valor envolvido é de R\$ 195.992.
- (iv) A Malha Paulista é parte em ação indenizatória, ajuizada pela antiga Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA), sucedida pela União, em razão da desativação do sistema de tração elétrica da ferrovia. O valor dos pedidos soma R\$ 356.284, para o qual não há provisão. Em fevereiro de 2023 houve prolação de sentença de improcedência. Aguarda-se julgamento de recurso da União.
- (v) A Rumo Malha Paulista foi autuada, em 2013, pelo IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais) por supostos danos em recursos hídricos. Houve apresentação de defesa. Em setembro de 2021 a Companhia requereu o reconhecimento de prescrição intercorrente. Aguarda-se análise sobre o mérito da questão. O valor envolvido é de R\$ 243.955.
- (vi) A Rumo Malha Paulista é ré, junto ao Município de Jales e outros, em ação civil pública, na qual o MPF alega falta de estrutura de passagens em nível ao longo dos municípios da subseção de Jales, bem como uso indiscriminado de buzina. O risco estimado é de R\$ 144.071.
- (vii) A Rumo Malha Sul foi autuada, em 2014, pelo IBAMA por supostos derramamento de óleo em desacordo com normativos. Houve apresentação de recurso administrativo e aguarda-se decisão na esfera administrativa desde 2015. O valor envolvido é de R\$ 117.596.

• **Trabalhistas:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Reclamações trabalhistas	65.026	103.766	593.378	741.712
	65.026	103.766	593.378	741.712

Em 2010, a Prumo Engenharia Ltda. (“Prumo Engenharia”), empresa prestadora de serviço da então ALL – América Latina Logística SA (“ALL”), foi acusada de incorrer em práticas trabalhistas irregulares durante a execução de serviço de engenharia para a subsidiária da Companhia, atual Rumo Malha Paulista. Apesar de a Prumo Engenharia ter assumido a responsabilidade integral pela condição dos trabalhadores em questão, a Rumo Malha Paulista foi incluída indevidamente, na visão da Companhia, no cadastro de empregadores do Ministério do Trabalho, sendo concedida medida liminar determinando a exclusão do referido cadastro até o trânsito em julgado do processo judicial, que tramita em segredo de justiça.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

A Rumo celebrou acordo com a Advocacia Geral da União (AGU) pelo qual se comprometeu a pagar R\$ 3.000 ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), além de criar um programa de monitoramento continuado em direitos humanos e trabalhistas por dois anos, para cumprimento de obrigações trabalhistas, bem como promover dois programas sociais, além de patrocinar a capacitação de trabalhadores em estado de vulnerabilidade e, por fim, pagar indenizações individuais no valor de R\$ 510. O acordo foi firmado pela 83ª Vara do Trabalho de São Paulo, e após a homologação, o Ministério Público do Trabalho apresentou recurso buscando anular referido acordo, contudo, o recurso teve seu provimento negado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região. O Ministério Público deixou de apresentar recurso, tornando a homologação do acordo final e transitada em julgado. Caso a Rumo não cumpra o acordo citado anteriormente, a Companhia poderá ser incluída cadastro de empregadores do Ministério do Trabalho.

O Ministério Público do Trabalho ainda ajuizou uma ação civil pública (ACP) contra a Malha Paulista, sem a inclusão da Rumo na lide, requerendo o pagamento de indenização por danos morais coletivos no valor de R\$ 100.000 (entre outros compromissos), julgada parcialmente procedente condenando a Companhia em obrigações de fazer e não fazer, bem como, em dano moral coletivo de R\$ 15.000. Além de demonstrar que a Companhia não teve participação na prática das irregularidades, a Companhia entende que a ação deveria ser ajuizada contra a Prumo, o que se discute em recurso. O risco de perda é considerado possível e o caso encontra-se aguardando decisão do Tribunal Superior do Trabalho. A Rumo celebrou acordo com o Ministério Público do Trabalho, no qual assumiu o cumprimento de diversas obrigações ligadas à condições de trabalho, bem como efetuou o pagamento de indenização no valor de R\$ 20.000, destinados a diversas entidades sociais. O acordo foi homologado judicialmente pelo Tribunal Superior do Trabalho. Após a homologação, a Advocacia Geral da União interpôs recurso questionando, apenas e tão somente, a destinação da indenização, uma vez que, na visão da Advocacia Geral da União, a indenização deve ser destinada ao FAT. O recurso foi julgado e não provido mantendo-se a destinação dos valores conforme acordo firmado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.16 Passivos, provisões e compromissos com o Poder Concedente

A Companhia, através de suas controladas, é parte em contratos de subconcessão e arrendamento com o Poder Público. Os principais passivos e provisões gerados pelos contratos são:

a) Arrendamentos e concessões em litígio e parcelados

Política contábil:

A Companhia registra nesta conta o saldo das parcelas de arrendamento envolvidas em litígios com o poder concedente. O registro inicial ocorre pelo valor da parcela no vencimento, mediante transferência da conta de “Passivos de arrendamentos”. Posteriormente os valores são corrigidos por Selic.

Nessa conta são mantidos ainda, saldos parcelados com o Poder Concedente. O registro inicial se dá pelo valor que restou devido a partir da resolução do litígio. Os valores são corrigidos por Selic até o pagamento.

Também são registrados nesta conta os saldos a pagar a título de outorga por direitos de concessão (“Concessões e outorgas”), registrados inicialmente em contrapartida ao intangível (Nota 5.12.3). A mensuração posterior ocorre pela taxa efetiva.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Arrendamento e concessão em litígio:		
Rumo Malha Oeste S.A.	2.442.600	2.206.945
	2.442.600	2.206.945
Arrendamentos parcelados:		
Rumo Malha Paulista S.A.	940.215	1.067.256
	940.215	1.067.256
Concessões e outorgas:		
Rumo Malha Sul S.A.	68.487	76.191
Rumo Malha Paulista S.A.	238.146	190.282
Rumo Malha Central S.A.	31.742	24.699
	338.375	291.172
Total	<u>3.721.190</u>	<u>3.565.373</u>
Circulante	166.273	250.971
Não circulante	<u>3.554.917</u>	<u>3.314.402</u>
	<u>3.721.190</u>	<u>3.565.373</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Arrendamento e concessão em litígio:

Em 21 de julho de 2020 a Companhia protocolou junto a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), pedido de adesão a um processo de relicitação à terceiros do objeto do Contrato de Concessão celebrado entre a Malha Oeste e a União, por intermédio do Ministério dos Transportes (“Processo de Relicitação”), nos termos da Lei nº 13.448 de 5 de junho de 2017 e regulamentada pelo Decreto nº 9.957 de 07 de agosto de 2019. Foi celebrado aditivo ao contrato de concessão e, em razão deste processo, houve a suspensão, por decisão conjunta das partes, da ação de reequilíbrio econômico e financeiro ajuizada pela Malha Oeste contra a União, a qual teve sentença de procedência em primeira instância e aguardava julgamento de recurso perante o Tribunal Regional Federal. Em razão do pedido de relicitação, no qual ficou ajustado entre União, a Concessionária e ANTT que as partes devem, dentre outros pontos, chegar a um acordo sobre a ação de reequilíbrio, houve pedido conjunto de suspensão do processo, para dar andamento às tratativas negociais.

Os depósitos judiciais associados aos litígios de arrendamento e concessão totalizam:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Rumo Malha Oeste S.A.	27.897	26.064
	<u>27.897</u>	<u>26.064</u>

Arrendamentos e outorgas enquadrados no IFRS16 (Nota 5.6)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Arrendamentos:		
Rumo Malha Sul S.A.	309.269	452.701
Rumo Malha Paulista S.A.	363.588	422.173
Rumo Malha Oeste S.A.	82.331	131.038
	<u>755.188</u>	<u>1.005.912</u>
Outorgas:		
Rumo Malha Paulista S.A. (renovação)	1.673.889	919.011
Malha Central S.A.	1.111.043	940.455
	<u>2.784.932</u>	<u>1.859.466</u>
Total	<u>3.540.120</u>	<u>2.865.378</u>
Circulante	547.492	358.464
Não circulante	<u>2.992.628</u>	<u>2.506.914</u>
	<u>3.540.120</u>	<u>2.865.378</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

b) Compromissos de investimento

Os contratos de subconcessão em que a Companhia, através de suas subsidiárias, é parte, frequentemente incluem compromissos de executar investimentos com certas características durante o prazo do contrato. Podemos destacar:

O 2º termo aditivo de renovação da concessão da Malha Paulista, assinado em 27 de maio de 2020, previa a execução ao longo da concessão de um conjunto de projetos de investimento em aumento de capacidade e redução de conflitos urbanos, estimado pela agência em R\$6.100.000 (valor atualizado até dezembro de 2017). Parte deste montante compõe o caderno de obrigações citados no 2º termo aditivo.

Em 27 de maio de 2024, através do 6º termo aditivo ao contrato de concessão da Malha Paulista, ocorreu a repactuação das obras e dos prazos do caderno de obrigações assumido por ocasião da celebração do 2º Termo Aditivo ao Contrato. Em 31 de dezembro de 2024, a execução física dos projetos do caderno de obrigações da Malha Paulista, contemplando a repactuação dos investimentos do 6º termo aditivo é de 11,34%.

O contrato de subconcessão da Malha Central prevê investimentos com prazo determinado (de um até três ano a contar da assinatura do contrato ocorrida em 31 de julho de 2019), estimados pela ANTT em R\$ 645.573. Em 31 de dezembro de 2024, a execução física dos projetos do caderno de obrigação foi de 97,19%.

5.17 Patrimônio líquido

a) Capital social

Política contábil:

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações ordinárias são reconhecidos como dedução ao capital próprio. O imposto de renda relacionado a custos de transação de uma transação patrimonial é contabilizado de acordo com a política descrita na Nota 5.14 - Imposto de renda e contribuição social.

O capital subscrito e inteiramente integralizado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 12.560.952 (R\$ 12.560.952 em 31 de dezembro de 2023) e está representado por 1.854.868.949 (1.854.868.949 em 31 de dezembro de 2023) ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social da Companhia é composto pelo seguinte:

	<u>Ações ordinárias</u>	
	<u>Quantidade</u>	<u>%</u>
Acionistas		
Cosan S.A.	562.529.490	30,33%
Julia Arduini	71.005.654	3,83%
Administradores	145.017	0,01%
Ações em tesouraria	4.172.689	0,22%
<i>Free float</i> (em negociação na bolsa de valores)	1.217.016.099	65,61%
Total de ações em circulação	<u>1.854.868.949</u>	<u>100,00%</u>

b) Reservas

A movimentação do exercício é composta pelas transações abaixo:

- Acréscimo de R\$ 34.717 de transações com pagamento baseado em ações (R\$ 37.827 em 31 de dezembro de 2023);
- Decréscimo de R\$ 43.096 pelas opções de ações exercidas (R\$ 26.128 em 31 de dezembro de 2023);
- Consumo de reservas de lucro de R\$ 959.247 (constituição de R\$ 512.763 em 31 de dezembro de 2023) para absorção do prejuízo do exercício.

c) Ações em tesouraria

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía 4.172.689 ações em tesouraria (5.365.279 em 31 de dezembro de 2023), cujo preço de mercado era de R\$ 17,84 (R\$ \$ 22,95 em 31 de dezembro de 2023).

6 Informações detalhadas sobre demonstração de resultado

6.1 Receita operacional líquida

Políticas contábeis

i. Receita de serviços

As receitas decorrentes da prestação de serviços são reconhecidas na medida em que a Companhia transfere à contraparte os riscos e benefícios significativos inerentes à prestação dos serviços, quando são prováveis que benefícios econômicos associados à transação fluam para Companhia, bem como, quando seu valor e custos incorridos relacionados puderem ser mensurados de forma confiável.

Os preços de serviços são fixados com base em ordens de serviços ou contratos. A receita da Companhia é composta basicamente por serviços de frete ferroviário, de frete rodoviário, de transporte de contêineres, motivo pelo qual os critérios acima são normalmente atendidos na medida em que o serviço logístico é prestado.

ii. Receita diferida

A Companhia possui receita diferida recebida de clientes visando investimento em ativo permanente em contrapartida de um contrato de serviço de transporte ferroviário, exigindo desempenho futuro de serviços pela Companhia.

As atividades da Companhia estão sujeitas à sazonalidade natural das commodities agrícolas. A exportação da safra de soja, em sua maioria, ocorre entre os meses de janeiro e agosto, enquanto o transporte da safra de milho (destinado principalmente à exportação), está concentrado entre os meses de maio e dezembro. Essas oscilações têm um impacto significativo na demanda pelo transporte dessas commodities. Por esta razão, a Companhia normalmente tem um maior volume transportado no segundo e terceiro trimestre de cada ano, e um menor volume transportado no período de entressafra, isto é, no primeiro e quarto trimestres de cada ano.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

A seguir, é apresentada uma composição da receita da Companhia, com a receita bruta das vendas e serviços e as deduções das vendas (os abatimentos e os impostos), conforme exigido para empresas brasileiras pela lei nº 6.404/76, seção V, Art.187:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita bruta na venda de serviços	1.125.210	1.077.661	14.610.500	11.554.447
Impostos e deduções sobre venda de serviços	(60.924)	(64.215)	(674.111)	(616.731)
Receita operacional líquida	1.064.286	1.013.446	13.936.389	10.937.716

A Companhia presta serviços no mercado interno brasileiro, para entidades privadas. Os acordos com clientes estabelecem preços substancialmente fixos por toneladas transportada ou transbordada. Os serviços prestados pela Companhia possuem curtíssimo prazo de execução, sendo a receita auferida e registrada na medida em que os serviços são executados. Quanto à natureza dos serviços prestados, a receita líquida tem a seguinte composição:

Composição da receita líquida por serviço:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Transporte de carga e acessórios	1.056.841	1.013.446	13.549.432	10.632.023
Serviço de transbordo	-	-	15.501	17.411
Direito de passagem	-	-	245.137	225.528
Outros	7.445	-	126.319	62.754
Receita operacional líquida	1.064.286	1.013.446	13.936.389	10.937.716

6.2 Custos e despesas por natureza

As despesas são apresentadas na demonstração do resultado por função. A reconciliação das despesas por natureza / finalidade é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Material de uso e consumo	(699)	(269)	(161.801)	(226.592)
Despesa com pessoal	(38.553)	(48.898)	(1.456.100)	(1.303.682)
Depreciação e amortização	(99.925)	(107.164)	(2.303.380)	(2.175.834)
Despesas com serviços de terceiros	(14.588)	(26.195)	(544.196)	(482.530)
Despesas com transporte e transbordo	(690.467)	(668.437)	(3.129.514)	(2.755.935)
Outras despesas	(30.507)	(4.391)	(649.229)	(494.489)
	(874.739)	(855.354)	(8.244.220)	(7.439.062)
Custo dos serviços prestados	(828.698)	(812.124)	(7.533.536)	(6.838.432)
Despesas comerciais	384	(837)	(49.006)	(40.657)
Despesas gerais e administrativas	(46.425)	(42.393)	(661.678)	(559.973)
	(874.739)	(855.354)	(8.244.220)	(7.439.062)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

6.3 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Efeito líquido das demandas judiciais	(20.347)	(17.993)	(224.437)	(158.433)
Receita de aluguéis e arrendamentos	2.876	2.876	2.876	2.876
Resultado na venda de sucatas	-	-	35.595	40.415
Resultado nas alienações e baixas de ativo imobilizado e intangível	(150)	6.051	2.773	(18.729)
Créditos fiscais extemporâneos	-	(26)	6.030	33.384
Ganhos e perdas com reestruturação societária (i)	168.855	-	168.855	-
Reforma de ativos alocados ao resultado	-	-	(26.636)	(29.688)
Outros	(11.564)	12.827	(111.797)	29.395
	139.670	3.735	(146.741)	(100.780)

- (i) Montante se refere ao preço de aquisição adicional que a CLI SUL havia se comprometido a pagar à Rumo, nos termos do contrato de compra e venda (Nota 4.7.)

6.4 Resultados financeiros

Política contábil:

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, dividendos, ganhos no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, ganhos em instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos líquidos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida na medida em que é reconhecida no resultado, usando o método da taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, liquidação do desconto de provisões e diferimento, perdas na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, perdas do valor justo de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas em ativos financeiros (que não sejam contas a receber), perdas em instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado e reclassificações de perdas líquidas anteriormente reconhecidas em outros resultados abrangentes.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Os ganhos e perdas cambiais em ativos financeiros e passivos financeiros são reportados em uma base líquida como receita financeira ou custo financeiro, dependendo se as flutuações líquidas da moeda estrangeira resultam em uma posição de ganho ou perda.

Os detalhes das receitas e custos financeiros são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Custo da dívida bruta				
Juros e variação monetária	(754.366)	(902.819)	(1.791.740)	(2.302.893)
Variação cambial líquida sobre dívidas	1.037	-	(1.426.911)	371.659
Resultado com derivativos e valor justo	26.534	161.920	1.018.114	(493.233)
Prêmio de liquidação antecipada e gastos de captação	(19.884)	(17.393)	(57.273)	(43.905)
Fianças e garantias sobre dívidas	(469)	(949)	(20.623)	(24.159)
	(747.148)	(759.241)	(2.278.433)	(2.492.531)
Rendimentos de aplicações financeiras	334.487	310.352	933.906	1.022.615
	334.487	310.352	933.906	1.022.615
Custo da dívida, líquida	(412.661)	(448.889)	(1.344.527)	(1.469.916)
Outros encargos e variações monetárias				
Juros sobre outros recebíveis	76.925	30.884	168.230	168.070
Arrendamento e concessão em litígio	-	-	(387.044)	(426.083)
Passivos de arrendamento	(6.250)	(7.223)	(460.332)	(355.625)
Despesas bancárias e outros	(3.884)	(4.988)	(29.145)	(39.010)
Juros sobre contingências e contratos comerciais	(40.038)	(20.507)	(386.461)	(318.519)
Variação cambial e derivativos	(17.512)	2.972	(28.937)	(3.400)
Outros encargos e juros	(33.836)	37.473	(109.628)	(110.899)
	(24.595)	38.611	(1.233.317)	(1.085.466)
Resultado financeiro, líquido	(437.256)	(410.278)	(2.577.844)	(2.555.382)
Reconciliação				
Despesas financeiras	(858.727)	(916.406)	(3.242.246)	(3.621.093)
Receitas financeiras	411.412	341.237	1.102.136	1.190.685
Variação cambial	(16.475)	2.972	(1.455.848)	368.259
Derivativos e valor justo	26.534	161.920	1.018.114	(493.233)
Resultado financeiro, líquido	(437.256)	(410.277)	(2.577.844)	(2.555.382)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

6.5 Pagamento com base em ações

Política contábil:

O valor justo de benefícios de pagamento baseado em ações na data de outorga é reconhecido, como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, pelo período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos benefícios.

O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de ações para o qual existe a expectativa de que as condições do serviço e condições de aquisição (que não são de mercado) serão atendidas, de tal forma que o valor finalmente reconhecido como despesa seja baseado no número de ações que realmente atendem às condições do serviço e condições de aquisição não de mercado na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (*vesting date*).

Para benefícios de pagamento baseados em ações com condição não adquirida (*non-vesting*), o valor justo na data de outorga do pagamento baseado em ações é medido para refletir tais condições e não há modificação para diferenças entre os benefícios esperados e reais.

a) Descrição dos acordos

A Companhia possui um Plano de Remuneração Baseada em Ações, prevendo a distribuição de ações de emissão da Companhia, a executivos e administradores da Companhia e de suas sociedades controladas, através do “Plano de Ações” ou do “Plano de Opções”.

O plano de remuneração prevê a distribuição de até 3% do capital social da Companhia na data de aprovação do plano (3% do capital de 31 de dezembro de 2023), já considerando o efeito de diluição da distribuição das ações outorgadas no âmbito do plano. O plano tem como objetivos: (i) atrair, reter e motivar os beneficiários; (ii) gerar valor para os acionistas; (iii) incentivar a visão de empreendedor do negócio; e (iv) incentivar a execução do plano de expansão da Companhia.

Os programas (ações/opções) são administrados pelo Conselho de Administração da Companhia, ou, a seu critério, por um Comitê, dentro dos limites estabelecidos nas diretrizes para a elaboração e estruturação de cada programa e na legislação aplicável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Cabe ao Conselho determinar os beneficiários e o número de ações/opções a serem concedidas no Plano de Remuneração Baseado em Ações, ações que serão transferidas mediante o pagamento do preço de exercício (R\$ 0,01), uma vez cumprido o período de carência estipulado sob os termos de cada programa de outorga de ações, sendo a quantidade ajustada pelo número proporcional aos dividendos pagos no período. A metodologia *Black-Scholes* é usada para determinar o valor justo das opções entregues.

Os programas de opções concedidos pela Companhia em 31 de dezembro de 2024 podem ser agrupados de acordo com prazos e condições em:

Programas anteriores à 2020: Programas de opções, sem *lock-up*, com entrega das ações ao final do período de carência de cinco anos, condicionada apenas à manutenção do vínculo empregatício (*service condition*).

Programa especial 2021: Programa de opções, sem *lock-up*, com entregas anuais das ações durante o período de carência de cinco anos, condicionada i) parte das opções à manutenção do vínculo empregatício (*service condition*) e ii) parte ao atingimento de cada uma das métricas que compõem as metas de desempenho (*performance conditions*).

Programa Investe 2021, 2022, 2023 e 2024: Programas de opções, sem *lock-up*, com entrega das ações ao final do período de carência de três anos, condicionada i) parte das opções à manutenção do vínculo empregatício (*service condition*) e ii) parte ao atingimento de cada uma das métricas que compõem as metas de desempenho (*performance conditions*), sendo que a quantidade das opções de performance outorgadas que poderá variar entre 0% e 200% a depender do desempenho.

Os seguintes parâmetros foram utilizados na valorização dos planos de pagamento baseados em ações vigentes na data do balanço:

Planos de opções	Período de carência (anos)	Data da outorga	Taxa de juros	Volatilidade	Ações outorgadas	Exercidas / canceladas	Vigentes em 31/12/2024	Preço de mercado na data de outorga - R\$	Valor justo na data de outorga - R\$
Plano de 2019	5	15/08/2019	6,28%	27,46%	843.152	(843.152)	-	22,18	22,17
Plano de 2020	5	11/11/2020	6,94%	41,03%	776.142	(404.206)	371.936	20,02	20,01
Especial de 2021	5	05/05/2021	7,65%	26,06%	1.481.000	(1.377.718)	103.282	20,85	20,84
Plano de 2021	3	15/09/2021	10,01%	26,51%	1.560.393	(1.560.393)	-	18,20	18,19
Plano de 2022	3	01/09/2022	11,53%	27,70%	1.781.640	(290.869)	1.490.771	20,37	20,36
Plano de 2023	3	06/09/2023	10,41%	25,84%	1.724.867	(201.544)	1.523.323	21,87	21,86
Plano de 2024	3	22/08/2024	11,67%	26,29%	2.433.432	(61.015)	2.372.417	23,38	23,37
					10.600.626	(4.738.897)	5.861.729		

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

b) Reconciliação de opções de ações outorgadas em circulação

O movimento no número de opções em aberto e seus preços de exercício médios ponderados relacionados são os seguintes:

	Quantidade de opções ⁽ⁱ⁾
Saldo em 01 de janeiro de 2023	6.244.496
Outorgadas	1.724.867
Perdidas / canceladas	(1.346.323)
Exercidas / entregues	(197.011)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	6.426.029
Outorgadas	2.433.432
Exercidas / entregues	(1.659.678)
Perdidas / canceladas	(1.338.054)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	5.861.729

- (i) O preço médio de exercício é de R\$ 0,01 (um centavo) para os programas concedidos pela Companhia.

c) Despesa reconhecida no resultado

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram reconhecidos R\$ 35.365 como despesas relativas à apropriação dos programas de opções (R\$ 38.597 em 31 de dezembro de 2023).

6.6 Lucro por ação

Política contábil:

a) Lucro básico por ação

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se:

- i. o lucro atribuível aos proprietários da empresa, excluindo quaisquer custos de serviço de patrimônio que não sejam ações ordinárias; e
- ii. pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustada pelos elementos do bônus em ações ordinárias emitidas durante o ano e excluindo as ações em tesouraria caso possua.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

b) Lucro diluído por ação

O lucro diluído por ação ajusta os valores usados na determinação do lucro básico por ação para levar em conta:

- i. o efeito depois do imposto sobre o rendimento dos juros e outros custos de financiamento associados a potenciais ações ordinárias diluidoras; e
- ii. o número médio ponderado de ações ordinárias adicionais que estariam em circulação, assumindo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras.

O resultado básico por ação é calculado dividindo o resultado líquido pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício. O resultado diluído por ação é calculado mediante o ajuste do resultado e do número de ações pelos impactos de instrumentos potencialmente dilutivos.

A tabela a seguir apresenta o cálculo do resultado por ação (em milhares, exceto valores por ação) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Resultado básico e diluído do exercício atribuído aos acionistas controladores	(959.247)	719.666
Denominador:		
Média ponderada do número de ações ordinárias em circulação	1.850.048	1.852.294
Efeito de diluição:		
Efeito dilutivo - Remuneração baseada em ações	-	4.757
Média ponderada do número de ações ordinárias em circulação - diluído	1.850.048	1.857.051
Resultado básico por ação ordinária	<u>(R\$0,51850)</u>	<u>R\$0,38853</u>
Resultado diluído por ação ordinária	<u>(R\$0,51850)</u>	<u>R\$0,38753</u>

RUMO S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Rumo S.A. (“Rumo” ou “Companhia”) submete à apreciação de seus acionistas, o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do relatório do auditor independente, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024, preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). A Companhia também disponibiliza uma versão detalhada das Demonstrações Financeiras e seu relatório de resultados no site: <http://ri.rumolog.com>

APRESENTAÇÃO

A Rumo S.A. é uma operadora independente de logística com base ferroviária, oferecendo uma grande variedade de serviços logísticos, incluindo transporte ferroviário nacional, distribuição, transporte customizado de contêineres, elevação portuária e serviços de armazenagem.

A área de atuação se estende pelos Estados de Mato Grosso, São Paulo, Goiás, Tocantins, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A ferrovia serve quatro dos portos mais ativos do país, Santos, Paranaguá, São Francisco do Sul e Rio Grande, estrategicamente localizados e por meio dos quais grande parte da produção de *commodities* agrícolas do Brasil é exportada.

A Rumo possui e opera uma grande base de ativos: 5 concessões que se estendem por cerca de 13,5 mil km de linhas férreas, aproximadamente 1,2 mil locomotivas e 33 mil vagões, centros de distribuição e instalações de armazenagem. Além disso, imóveis arrendados, nos termos das concessões incluem propriedades que estão disponíveis para a construção e desenvolvimento de armazéns e terminais logísticos no Brasil.

CARTA DO PRESIDENTE

Encerramos 2024 satisfeitos com o sólido desempenho alcançado, refletindo a execução eficiente do nosso plano estratégico e a consolidação de avanços importantes.

Crescemos em volume transportado, atingindo 79,8 bilhões de TKU, mesmo diante de desafios como a quebra da safra de soja em Mato Grosso, a redução das exportações brasileiras de milho e os impactos de eventos climáticos extremos no Rio Grande do Sul na nossa infraestrutura logística.

Alcançamos um EBITDA Ajustado de R\$ 7,7 bilhões, um recorde histórico, com crescimento de 37%. O Lucro Líquido Ajustado foi de R\$ 2,1 bilhões, representando um aumento de cerca de 2 vezes em relação ao ano anterior.

Segurança segue como um valor inegociável. No entanto, os resultados do ano demonstram a necessidade de evolução contínua. No aspecto ferroviário, o aumento da complexidade operacional e da taxa de utilização resultou em acidentes mais graves. Em segurança pessoal, não registramos fatalidades e a gravidade dos incidentes diminuiu, mas sua frequência aumentou. Não estamos satisfeitos com esse desempenho e continuaremos reforçando nossa cultura de segurança.

Investimos R\$ 5,5 bilhões, reafirmando nosso papel de protagonismo no desenvolvimento da infraestrutura logística brasileira. Na Ferrovia de Mato Grosso, aceleramos as obras ao longo de 160 km lineares, mobilizando mais de 5.000 colaboradores e 1.000 equipamentos de linha amarela. Na Malha Paulista, concluímos a repactuação do caderno de obrigações do contrato de concessão e avançamos em projetos que ampliarão a capacidade e segurança desse corredor logístico chave. Em Santos, seguimos fortalecendo nosso posicionamento estratégico, celebrando acordos com a DP World e a CHS para a construção de um novo terminal de grãos e fertilizantes, infraestrutura essencial para o crescimento da Rumo nos próximos anos.

Expandimos parcerias tanto em investimentos conjuntos, quanto na diversificação de portfólio. Iniciamos novas operações ferroviárias para transporte de grãos no Tocantins, celulose no Mato Grosso do Sul e bauxita em Goiás. Além disso, firmamos acordos comerciais para coinvestimento de clientes na aquisição de material rodante para transporte de granéis líquidos e vegetais, otimizando nossos investimentos futuros.

Mantivemos nosso compromisso com uma estrutura de capital equilibrada e uma posição de liquidez robusta. Concluímos com sucesso novas captações no mercado de capitais brasileiro, assegurando um duration adequado da dívida com custos competitivos. Encerramos o ano com alavancagem financeira de 1,4x, abaixo do patamar de 1,8x registrado no ano anterior.

Nosso avanço na agenda de sustentabilidade foi reconhecido pelo mercado, com a manutenção da Rumo nos índices Dow Jones Sustainability™ World Index, Dow Jones Sustainability™ Emerging Markets e Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3. Em governança, aderimos ao Movimento 100% Transparência do Pacto Global da ONU e aprimoramos nosso sistema de gestão de ética e compliance. No aspecto social, fortalecemos nossa atuação junto às comunidades ao longo da ferrovia, em parceria com autoridades e organizações locais. Na agenda climática, melhoramos a eficiência

energética da ferrovia, reduzindo nossas emissões específicas de gases de efeito estufa e acelerando a descarbonização das cadeias em que operamos.

Nosso time está capacitado e alinhado aos desafios futuros, apoiado por uma cultura forte. Conduzimos uma reestruturação organizacional, preparando a companhia para os desafios do próximo ciclo e garantindo a alocação estratégica de talentos. Também avançamos na diversidade, atingindo 30% de representatividade feminina em posições de liderança, antecipando o compromisso de 2030.

Olhando para 2025, seguiremos crescendo. Estamos entusiasmados com as oportunidades que o ano nos reserva, mas atentos ao ambiente macroeconômico desafiador e a elevação da taxa de juros, que exigirão ainda mais diligência na execução de nossas operações e investimentos.

Agradeço a confiança de nossos investidores e parceiros, além do comprometimento dos nossos 8 mil ferroviários. Somos o Brasil em movimento.

Pedro Palma

Presidente da Rumo

DESTAQUES DE 2024

- Volume transportado de 79,8 bi TKU no ano, crescimento de 3%.
- Aumento de market share em Mato Grosso de 5 p.p. no ano.
- Crescimento de tarifa em 23% no ano, impulsionando as margens.
- EBITDA de R\$ 4.732 milhões em 2024, redução de 16%.
- Prejuízo Líquido de R\$ 948 milhões
- O resultado foi impactado pelo efeito de eventos não recorrentes, com destaque para provisão para *impairment* e baixa de ativos de R\$ 3.149 milhões na Rumo Malha Sul.
- O Capex totalizou R\$ 5.523 milhões em 2024.
- A alavancagem financeira em 1,4x dívida abrangente líquida/EBITDA Ajustado.

RESULTADO CONSOLIDADO

Sumário das informações financeiras (Valores em R\$ MM)	12M24	12M23	Var.%
Volume transportado total (TKU milhões)	79.847	77.258	3,2%
Volume de solução logística (TU mil)	4.814	4.857	-0,9%
Receita operacional líquida	13.936	10.938	27,4%
Custo dos serviços prestados	(7.534)	(6.839)	10,2%
Lucro bruto	6.403	4.099	56,2%
Margem bruta (%)	45,9%	37,5%	8 p.p.
Despesas comerciais, gerais e administrativas	(711)	(601)	18,3%
Outras receitas (despesas) operacionais	(3.296)	(101)	>100%
Equivalência patrimonial	33	77	-57,0%
Lucro operacional	2.429	3.474	-30,1%
Depreciação e amortização	2.303	2.176	5,8%
EBITDA	4.732	5.650	-16,2%
Margem EBITDA (%)	34,0%	51,7%	-18 p.p.
Lucro (prejuízo) líquido	(948)	722	<100%
Margem líquida (%)	-6,8%	6,6%	-13 p.p.
Capex	5.523	3.737	47,8%

UNIDADES DE NEGÓCIO

As unidades de negócio (segmentos reportáveis) estão assim organizadas:

Operação Norte: Malha Norte, Malha Paulista e Malha Central

Operação Sul: Malha Oeste e Malha Sul

Operação de Contêineres: Operações de Contêineres, incluindo a Brado Logística

Resultado por Unidade de Negócio 12M24	Operação Norte	Operação Sul	Operação Contêiner	Consolidado
Volume transportado (TKU milhões)	63.615	12.072	4.160	79.847
Receita operacional líquida	11.097	2.154	685	13.936
Custo dos serviços prestados	(5.336)	(1.595)	(602)	(7.534)
Lucro bruto	5.760	559	83	6.403
<i>Margem bruta (%)</i>	51,9%	26,0%	12,1%	45,9%
Despesas comerciais, gerais e administrativas	(549)	(97)	(65)	(711)
Outras receitas (despesas) op. e eq. Patrimoniais	64	(3.333)	7	(3.263)
Depreciação e amortização	1.696	489	118	2.303
EBITDA	6.971	(2.382)	143	4.732
<i>Margem EBITDA (%)</i>	62,8%	-110,6%	20,9%	34,0%

Operação Norte

O volume transportado na Operação Norte atingiu 63,6 bilhões de TKU em 2024, crescimento de 5%. O crescimento foi distribuído nas principais carteiras da Companhia.

A receita operacional líquida foi de R\$ 11.097 milhões, crescimento de 33%. O avanço do faturamento foi resultado de maiores volumes transportados e do crescimento da tarifa média de transporte.

Os custos variáveis apresentaram aumento de 14% no acumulado anual. Maiores volumes transportados e o aumento unitário do custo do combustível direcionaram a variação do resultado. Custos fixos e despesas gerais e administrativas apresentaram aumento de R\$ 230 milhões em 2024, crescimento 14%.

O EBITDA atingiu R\$ 6.971 milhões em 2024, representando aumento de 44%. Além dos maiores volumes transportados, já mencionados anteriormente, a expansão de margens foi a principal alavanca de crescimento de resultados. O resultado teve impacto positivo de evento não recorrente, sendo R\$ 169 milhões de complemento de preço na alienação da participação de 80% da Rumo dos terminais T16 e T19 em Santos.

Operação Sul

A Operação Sul transportou 12,1 bilhões de TKU em 2024, redução de 6%. O estado do RS foi impactado por eventos climáticos extremos no 2T24, que provocaram danos à infraestrutura ferroviária da Malha Sul e a paralisação por período indeterminado do Tronco Sul, com impacto direto no fluxo logístico de combustíveis e produtos industriais.

A receita operacional líquida foi de R\$ 2.154 milhões no acumulado anual, aumento de 6%. O aumento da tarifa média de transporte compensou os menores volumes transportados, mitigando os efeitos no faturamento da Operação Sul.

Os custos variáveis apresentaram redução de 1% no acumulado anual, influenciados diretamente pelos menores volumes transportados. Custos fixos e despesas gerais e administrativas apresentaram aumento de R\$ 53 milhões em 2024, crescimento de 8%.

O EBITDA foi negativo em R\$ 2.382 milhões em 2024. Esse resultado é efeito da provisão para *impairment* e baixa de ativos registrada pela Rumo Malha Sul, sem efeito caixa, no montante de R\$ 3.149 milhões. Se desconsiderado esse efeito, o resultado teria sido de R\$ 768 milhões, representando retração 2%, reflexo de menores volumes transportados.

Maiores detalhes da provisão para *impairment* e baixa de ativos estão disponíveis nas Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras.

Operação de Contêineres

As operações da Brado transportaram 117.071 contêineres no ano, crescimento de 7%. Os segmentos de papel e celulose e madeira representaram as principais alavancas de volume.

O crescimento de volume transportado em carteiras de maior valor agregado impulsionou a receita líquida da operação de contêineres, que totalizou R\$ 685 milhões no ano, crescimento de 22%.

Os custos variáveis aumentaram de R\$ 85 milhões no acumulado anual, impulsionados pelos maiores volumes transportados e movimentações contingenciais na baixada santista. Custos fixos e despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 190 milhões no ano.

Portando, o EBITDA do trimestre foi de R\$ 143 milhões, crescimento de 15%.

INVESTIMENTOS

O Investimento Total no ano foi de R\$ 5.523 milhões, em linha com o guidance da Companhia. Os investimentos recorrentes somaram R\$ 1.776 milhões, com reforços principalmente em manutenção de via e material rodante. Os investimentos de expansão, desconsiderando a Expansão da Rumo no MT, atingiu R\$ 2.043 milhões, com foco em obras na Malha Paulista e aumento de capacidade.

O avanço do Projeto de Extensão da Rumo no Mato Grosso foi um dos destaques de 2024, marcado pelo pico de mobilização e pela intensificação das obras. O projeto encerrou o ano com um investimento total de R\$ 1.703 milhões, registrando progresso na construção de via permanente e obras de arte especiais, mobilização para obras de terminais e avanço na logística de materiais de superestrutura.

ALAVANCAGEM

O endividamento abrangente bruto ao final do 2024 foi de R\$ 19,4 bilhões, em patamar similar que o apresentado ao final de 2023. A dívida líquida atingiu R\$ 11 bilhões. A alavancagem financeira, mensurada pela relação entre o endividamento abrangente líquido e o EBITDA Ajustado, encerrou o ano em 1,4x, em linha com o trimestre imediatamente anterior e abaixo do registrado em 2023.

Ao longo de 2024, a Companhia foi ativa no mercado de capitais local, com R\$ 3 bilhões em novas captações com prazos alongados e custo competitivo, próximo ao soberano brasileiro. Essas emissões favoreceram sua estratégia de liability management e sustentam o framework financeiro da Rumo, que concilia alavancagem financeira equilibrada com posição de liquidez forte.

O portfólio de dívidas da Companhia é predominantemente atrelado a CDI, seja contratualmente ou via instrumentos derivativos, com custo médio de 103,8% e duration de 5,5 anos.

Endividamento total da dívida bruta (Valores em R\$ MM)	2024	2023	Var. %
Bancos comerciais	1.213	1.311	-7,5%
NCE	277	250	10,8%
BNDES	1.862	1.917	-2,9%
Debêntures	10.722	11.321	-5,3%
Senior notes 2028 e 2032	5.050	4.687	7,7%
Endividamento bancário	19.123	19.486	-1,9%
Arrendamento financeiro ¹	30	40	-25,0%
Instrumentos derivativos líquidos	270	(135)	>100%
Endividamento abrangente bruto	19.423	19.391	0,2%
Caixa, equiv. de caixa e títulos e valores mobiliários	(8.274)	(9.089)	-9,0%
Caixa restrito vinculado a dívidas bancárias	(117)	(114)	2,5%
Endividamento abrangente líquido	11.032	10.188	8,3%
EBITDA LTM comparável ajustado ²	7.713	7.252	6,4%
Alavancagem (dívida abrangente líquida/EBITDA LTM ajustado)	1,4x	1,4x	2,1%

¹Não inclui arrendamentos operacionais IFRS 16.

²O EBITDA LTM Ajustado refere-se à soma dos últimos doze meses do EBITDA Ajustado.

SUSTENTABILIDADE

Reafirmando nosso compromisso com a sustentabilidade, reduzimos em 3,33% as emissões de carbono específicas de nossos trens em relação a 2023, evitando a emissão de 6,9 milhões de toneladas de CO₂ no ano, caso todo o volume fosse transportado por caminhões.

Além disso, pelo segundo ano consecutivo a Rumo continua a ser a única empresa do setor de logística no Brasil a compor as carteiras World e Emerging Markets do Índice Dow Jones de Sustentabilidade (DJSI), referência global na avaliação de critérios ambientais, sociais e de governança.

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

A Rumo é uma sociedade anônima de capital aberto, com ações negociadas na Bolsa de

Valores de São Paulo (B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão) sob o ticker RAIL3. Em 31 de dezembro de 2024 o capital social estava representado por 1.854.868.949 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

O relacionamento da Rumo com a comunidade financeira e com os investidores é pautado pela transparência e respeito aos princípios dos mais altos níveis de governança, legais e éticos. A área de Relações com Investidores realiza contatos frequentes com investidores e analistas de mercado através da participação em conferências, visitas a investidores, eventos promovidos para a divulgação de informações relativas ao desempenho da companhia e os mais diversos atendimentos diários respondendo às demandas do mercado. Além disto, mantém um site de relações com investidores com informações atualizadas, específicas, segmentadas e direcionadas para públicos distintos.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES EXTERNOS

A política da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa com os auditores independentes se fundamenta nos princípios que preservam sua independência. Esses princípios consistem, de acordo com os padrões internacionalmente aceitos, em que: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gestão no seu cliente, e (c) o auditor não deve representar legalmente os interesses de seus clientes.

Em atendimento à Resolução CVM nº 162, de 13 de julho de 2022 (“Resolução CVM nº 162/22”), informamos que não houve outros serviços contratados junto aos nossos auditores independentes, BDO RCS Auditores Independentes - Sociedade Simples Limitada e suas partes relacionadas durante o exercício de 2023, além do exame das demonstrações financeiras da Companhia e que não tiveram qualquer implicação no princípio de independência descrito no parágrafo acima.

AGRADECIMENTOS

A Administração da Rumo agradece aos acionistas, clientes, fornecedores e instituições financeiras pela colaboração e confiança depositados e, em especial, aos seus empregados pela dedicação e esforço empreendidos durante o ano de 2024.

Para detalhes da análise dos resultados de 2024, visite o nosso site: <http://ri.rumolog.com>.

Curitiba, 20 de fevereiro de 2025.

RUMO S.A.
CNPJ/ME nº 02.387.241/0001-60
NIRE 413.000.19886

Relatório Resumido do Comitê de Auditoria
(Estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO - 2024

Sobre o Comitê de Auditoria Estatutário

O Comitê de Auditoria Estatutário ("CAE" ou "Comitê") da Rumo S.A. é um órgão estatutário de funcionamento permanente, dentro das melhores práticas de Governança Corporativa.

Os membros do Comitê são eleitos anualmente pelo Conselho de Administração, podendo ter o mandato renovado, a critério do Conselho de Administração, por, no máximo, 10 (dez) anos, devendo ser igualmente observados os limites e requisitos de independência previstos no Regimento Interno do Comitê e regulamentação aplicável.

Todos os membros são independentes, sendo que 1 (um) deles, a Sra. Maria Carolina Ferreira Lacerda, atua como conselheira de administração, e o Sr. Felício Mascarenhas atua como especialista financeiro.

De acordo com o Regimento Interno, cabe ao Comitê zelar pela qualidade e integridade das demonstrações contábeis da Rumo S.A., pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos das empresas de auditoria independente e da auditoria interna, assim como pela qualidade e efetividade do sistema de controles internos e da administração de riscos.

As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e controles internos, dos gestores dos canais de denúncia e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

Auditoria Independente

A BDO RCS Auditores Independentes S/S Ltda. é a empresa responsável pela auditoria das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, conforme normas profissionais emanadas do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e requisitos específicos da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Os auditores independentes são igualmente responsáveis pela revisão especial dos informes trimestrais (ITRs) enviados à CVM durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

O relatório dos auditores independentes reflete o resultado de suas verificações e apresenta sua opinião sobre a fidedignidade das demonstrações contábeis do exercício em relação aos princípios de contabilidade do CFC, em consonância com as normas emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB), normas da CVM e preceitos da legislação societária brasileira.

Com relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, os auditores

independentes emitiram um relatório em 18 de fevereiro de 2025, contendo opinião sem ressalvas.

Auditoria Interna

Os trabalhos de Auditoria Interna são realizados por equipe interna. O Comitê de Auditoria Estatutário é responsável pela aprovação do plano de auditoria interna, cuja execução é acompanhada e orientada pela gerente da área de auditoria e riscos.

A auditoria interna desenvolve sua atuação de forma ampla, observando principalmente a cobertura das áreas, processos e atividades que apresentam os riscos mais sensíveis à operação e impactos mais significativos na implementação da estratégia da Companhia.

Atividades do Comitê de Auditoria em 2024

O Comitê reuniu-se 9 (nove) vezes no período de março de 2024 a fevereiro de 2025.

Dentre as atividades realizadas durante o exercício e assuntos discutidos, destacam-se:

- Aprovação e acompanhamento do Programa Anual de Trabalho da Auditoria Interna, incluindo integração com atividades relacionadas à gestão de riscos e Compliance.
- Análise e monitoramento dos pontos de atenção e recomendações da Auditoria Interna, bem como acompanhamento das providências adotadas pela Administração.
- Monitoramento do sistema de controles internos, verificando sua efetividade e processos de melhoria, além do monitoramento de riscos de fraudes.
- Acompanhamento da metodologia de gestão de riscos e dos resultados obtidos, garantindo a evidenciação dos riscos relevantes para a Companhia.
- Aprovação e acompanhamento do Programa Anual de Trabalho da Auditoria Independente e sua execução tempestiva.
- Análise das demonstrações financeiras, por meio de reuniões com administradores e auditores independentes, para discussão das informações trimestrais (ITRs) e demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.
- Supervisão do canal de denúncias, garantindo confidencialidade e independência no processo de apuração de violações ao Código de Ética.
- Reuniões com executivos da Companhia, para acompanhamento das estratégias de negócio e melhorias operacionais.
- Avaliação e monitoramento das transações com partes relacionadas e suas respectivas evidenciações.
- Acompanhamento dos programas de Compliance Jurídico e do processo de gestão de riscos.
- Avaliação da independência do novo auditor independente, que analisará as demonstrações financeiras relativas ao exercício social que se encerrará em 31 de dezembro de 2025.

Conclusão

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário da Rumo S/A, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam à análise das demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e do relatório anual da administração relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pela BDO

RCS Auditores Independentes S/S Ltda., o Comitê entende que as demonstrações financeiras refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas.

Dessa forma, recomenda por unanimidade a aprovação das demonstrações financeiras pelo Conselho de Administração, nos termos do artigo 10, Parágrafo Único, III da Resolução CVM 81, de 29 de março de 2022.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2025

Maria Carolina Ferreira Lacerda
Coordenadora do Comitê de Auditoria

Felício Mascarenhas
Membro do Comitê de Auditoria da Rumo S.A.

João Ricardo Ducatti
Membro do Comitê de Auditoria da Rumo S.A.

PARECER DE RECOMENDAÇÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Os membros do Comitê de Auditoria da Rumo S.A. (“Companhia”), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno do Comitê de Auditoria, procederam ao exame e análise das Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Parecer sem ressalvas dos Auditores Independentes, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, e considerando as informações e esclarecimentos prestados pela administração da Companhia e pela BDO RCS Auditores Independentes S/S Ltda., opinam, por unanimidade e sem ressalvas, que os referidos documentos refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, e recomendam a aprovação, nos termos do artigo 10, Parágrafo único, III da Resolução CVM 81, de 29 de março de 2022, pelo Conselho de Administração da Companhia.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2025.

Maria Carolina Ferreira Lacerda
Coordenadora do Comitê de Auditoria

Felício Mascarenhas
Membro do Comitê de Auditoria

João Ricardo Ducatti
Membro do Comitê de Auditoria

PARECER DO CONSELHO FISCAL

RESULTADOS DO ANO DE 2024

O Conselho Fiscal da RUMO S.A., por unanimidade, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado (i) as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 (“DFs 2024”), considerando os trabalhos realizados ao longo do exercício, bem como o relatório da Administração da Companhia, o relatório do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia e o relatório dos Auditores Independentes, o qual não contém ressalvas, opina que os referidos documentos estão em condições de serem submetidos à apreciação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2025.

Paulo Clovis Ayres Filho
Presidente

Carla Alessandra Trematore

Reginaldo Ferreira Alexandre

Guido Barbosa de Oliveira

Marcelo Curti

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, inciso 6º da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, inciso 5º da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com opiniões expressas no relatório do auditor independente emitido em 20 de fevereiro de 2024 pela BDO RCS Auditores Independentes SS CRC 2 SP 013846/O-1